

# A Geografia da Serra dos Tapes

natureza, sociedade e paisagem



Giancarla Salamoni  
Ana Carolina Bilhalva Drehmer  
Luiz Felipe Wassmansdorf  
Maiara Tavares Sodré  
Maria Regina Caetano Costa  
Mateus Silva da Rosa  
Tieissa Fonseca da Silva

# **A Geografia da Serra dos Tapes**

natureza, sociedade e paisagem

Giancarla Salamoni  
Ana Carolina Bilhalva Drehmer  
Luiz Felipe Wassmansdorf  
Maiara Tavares Sodré  
Maria Regina Caetano Costa  
Mateus Silva da Rosa  
Tieissa Fonseca da Silva



#### **Reitoria**

Reitora: *Isabela Fernandes Andrade*

Vice-Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Chefe de Gabinete: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Ensino: *Maria de Fátima Cossio*

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: *Flávio Fernando Demarco*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Paulo Roberto Ferreira Júnior*

Pró-Reitor Administrativo: *Ricardo Hartlebem Peter*

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação: *Julio Carlos Balzano de Mattos*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Fabiane Tejada da Silveira*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

---

#### **Conselho Editorial**

Presidente do Conselho Editorial: *Ana da Rosa Bandeira*

Representantes das Ciências Agrárias: *Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner*

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: *Eder João Lenardão (TITULAR), Daniela Hartwig de Oliveira e Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos*

Representantes da Área das Ciências Biológicas: *Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello*

Representantes da Área das Engenharias: *Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR), Walter Ruben Iriondo Otero e Rafael de Avila Delucis*

Representantes da Área das Ciências da Saúde: *Fernanda Capella Rugno (TITULAR), Tatiane Kuka Valente Gandra e Jucimara Baldissarelli*

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: *Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria das Graças Pinto de Britto*

Representantes da Área das Ciências Humanas: *Charles Pereira Pennaforte (TITULAR) e Lucia Maria Vaz Peres*

Representantes da Área das Linguagens e Artes: *Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes*

---

# **A Geografia da Serra dos Tapes**

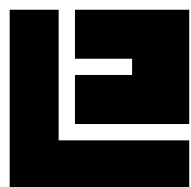
natureza, sociedade e paisagem

Giancarla Salamoni  
Ana Carolina Bilhalva Drehmer  
Luiz Felipe Wassmansdorf  
Maiara Tavares Sodré  
Maria Regina Caetano Costa  
Mateus Silva da Rosa  
Tieissa Fonseca da Silva



**Pelotas 2021**





**Editora  
UFPel**

**Filiada à A.B.E.U.**

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto  
Pelotas, RS - Brasil  
Fone +55 (53)3284 1684  
editora.ufpel@gmail.com

**Chefia**

*Ana da Rosa Bandeira*  
Editora-Chefe

**Seção de Pré-Produção**

*Isabel Cochrane*  
Administrativo

**Seção de Produção**

*Suelen Aires Böettge*  
Administrativo  
*Anelise Heidrich*  
Assistente de Revisão  
*Alana Machado Kusma (Bolsista)*  
*Angélica Knuth (Bolsista)*  
Design Editorial

**Seção de Pós-Produção**

*Morgana Riva*  
Assessoria  
*Madelon Schimmelpfennig Lopes*  
*Eliana Peter Braz*  
Administrativo

**Revisão Técnica**

*Ana da Rosa Bandeira*

**Assistente de Revisão Ortográfica**

*Anelise Heidrich*

**Projeto Gráfico & Capa**

*Alana Machado Kusma*

**Fotografias da capa**

*Pesquisa de campo (acervo dos autores)*

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação  
Elaborada por Leda Lopes CRB: 10/2064

G345 A Geografia da Serra dos Tapes [recurso eletrônico] : natureza, sociedade e paisagem / Giancarla Salamoni...[et al.]. - Pelotas : Ed. UFPel, 2021. 140 p. : il. color.

E-book (PDF) ; 30,8 MB  
ISBN: 978-65-86440-63-8

1. Geografia. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento rural. 4. Espaço geográfico. 5. Serra dos Tapes (RS). I. Salamoni, Giancarla...[et al.]. II. Título.

CDD: 910.98165

# **Sumário**

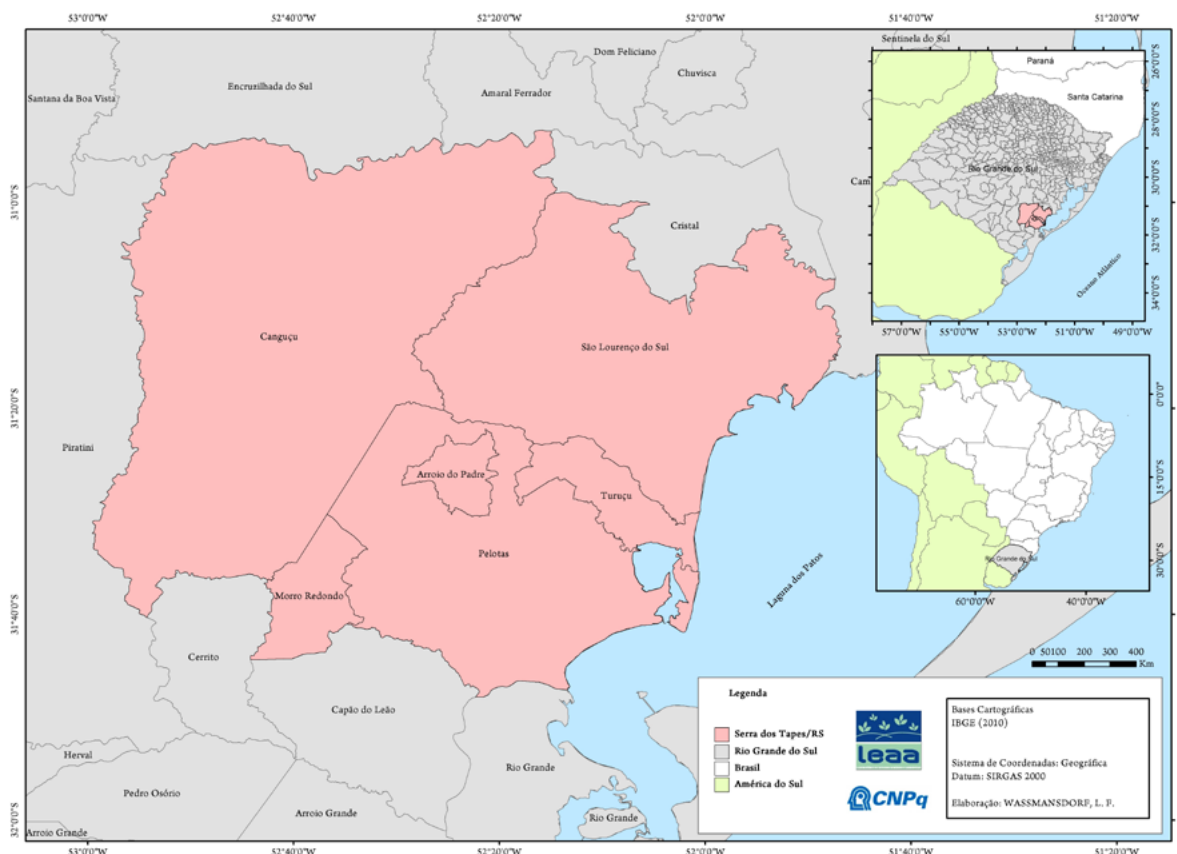
<b>7</b>	<b>Apresentação</b>
<b>10</b>	<b>Os elementos e as dinâmicas da natureza</b>
<b>32</b>	<b>A formação histórico-cultural e o contexto socioeconômico atual</b>
<b>65</b>	<b>A leitura da paisagem</b>
75	Leitura da paisagem nas Unidades de Paisagem Natural (UPN) dos municípios de Pelotas e Arroio do Padre
90	Leitura da paisagem nas Unidades de Paisagem Natural (UPN) dos municípios de Morro Redondo e Canguçu
115	Leitura da paisagem nas Unidades de Paisagem Natural (UPN) dos municípios de São Lourenço do Sul e Turuçu
<b>128</b>	<b>Para finalizar</b>
<b>130</b>	<b>Referências</b>
<b>138</b>	<b>Sobre as/os autoras e autores</b>

## **Apresentação**

Este livro compõe a agenda do projeto de pesquisa “Diagnóstico sobre as repercussões do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre os sistemas agrários familiares no RS: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local”, o qual contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq 401605/2016-7) para sua execução e publicização.

A reflexão proposta trata de compreender os processos geo-históricos presentes na organização espacial da Serra dos Tapes, no estado do Rio Grande do Sul, que representa o campo empírico da pesquisa, mostrando as articulações entre as diversas dimensões do espaço que enreda sociedade e natureza. Nesse sentido, o espaço geográfico é aqui entendido como resultado das interações dos grupos sociais com o meio físico-natural na construção de bases para o povoamento e, fundamentalmente, pensado a partir dos elementos que conformam comunidades territoriais particulares, como é o caso da região serrana dos municípios de Pelotas, Arroio do Padre, Morro Redondo, Canguçu, São Lourenço do Sul e Turuçu.

Para tanto, são apresentados os elementos e dinâmicas da natureza, os aspectos da formação histórico-cultural e o contexto socioeconômico atual, que informam sobre as tessituras espaciais e, ainda, alguns dos elementos das paisagens deste recorte territorial, ou seja, os municípios da Serra dos Tapes (Figura 1).



**Figura 1** – Mapa de localização dos municípios da Serra dos Tapes.  
 Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

Verdum (2004) lembra sobre a longa tradição da Geografia em produzir compêndios, muitos desses se tornaram clássicos da literatura geográfica, sobre a caracterização de unidades territoriais, em diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Essas obras, ainda hoje, apresentam-se como recursos didáticos nas práticas de educação formal e não formal.

Assim, o livro em tela é tributário dos esforços de geógrafos e geógrafas em sistematizar os diversos temas, conceitos e categorias metodológicas envolvidas no reconhecimento de uma unidade territorial, neste caso, a Serra dos Tapes, “como uma unidade construída historicamente, uma unidade político-administrativa, uma unidade cultural e mesmo simbólica [...]” (VERDUM, 2004, p.7).

As distintas seções do livro foram produzidas por autoras e autores integrantes do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais- LEAA. Criado em 2001, como projeto de extensão permanente, na perspectiva de ancorar atividades de ensino, pesquisa e extensão, o LEAA é constituído por uma equipe de professoras-pesquisadoras e estudantes – bolsistas e não bolsistas – de graduação e de pós-graduação, especialmente dos cursos de Geografia e de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. A principal marca da produção acadêmico-científica do grupo envolvido neste projeto está em sua associação a temáticas pertinentes ao mundo rural.

Entre 2019 e 2020 a equipe de pesquisa percorreu a Serra dos Tapes, buscando conhecer, especialmente a partir da observação, a diversidade dos mosaicos paisagísticos que se expressam nas relações dos grupos sociais com as dinâmicas da natureza e constituem as grafias dessa porção do estado gaúcho.

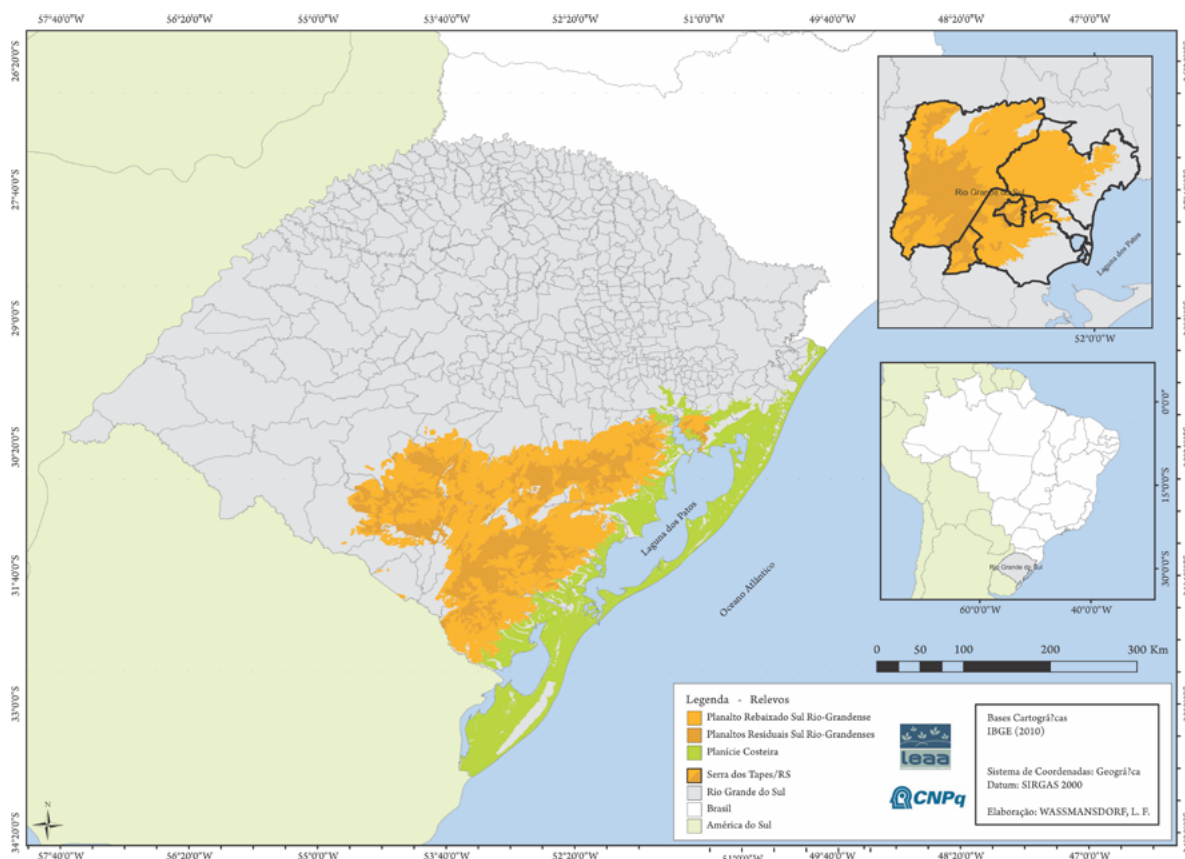
# Os elementos e as dinâmicas da natureza

A classificação das unidades geomorfológicas, amparada na metodologia de classificação proposta por Ross (1985) para o Rio Grande do Sul, ou seja, baseada em características morfoestruturais, possibilita a classificação do relevo gaúcho em cinco unidades, haja vista a inclusão do compartimento Cuesta de Haedo (proposta por MÜLLER FILHO, 1970) nessa proposta metodológica. Assim, o relevo passa a ser dividido em Planalto Uruguaio Sul-rio-grandense, Depressão Periférica, Planalto Meridional, Cuesta de Haedo e Planícies ou Terras Baixas Costeiras (VERDUM; BASSO; SUERTEGARAY, 2004). Segundo essa classificação, a Serra dos Tapes está inserida no Planalto Uruguaio Sul-rio-grandense ou Escudo Cristalino Sul-rio-grandense (Figura 2), compreendendo o compartimento de relevo ao sul do rio Camaquã e, ainda, como escreve Grando (1989), é parte do sistema formado pela Serra do Sudeste.

O Escudo Cristalino Sul-rio-grandense ou, simplesmente, Escudo Sul-rio-grandense foi formado no período geológico Pré-cambriano<sup>1</sup>, e corresponde a um núcleo mais localizado após a formação da bacia do Paraná, particularmente depois do evento efusivo basáltico na Era Mesozoica, podendo ser classificado como núcleo catiônico Uruguaio-Rio-grandense. O Escudo Sul-rio-grandense é parte do escudo brasileiro, sendo este uma ampla área de base cônica, cujo embasamento cristalino é posto à superfície pela desnudação.

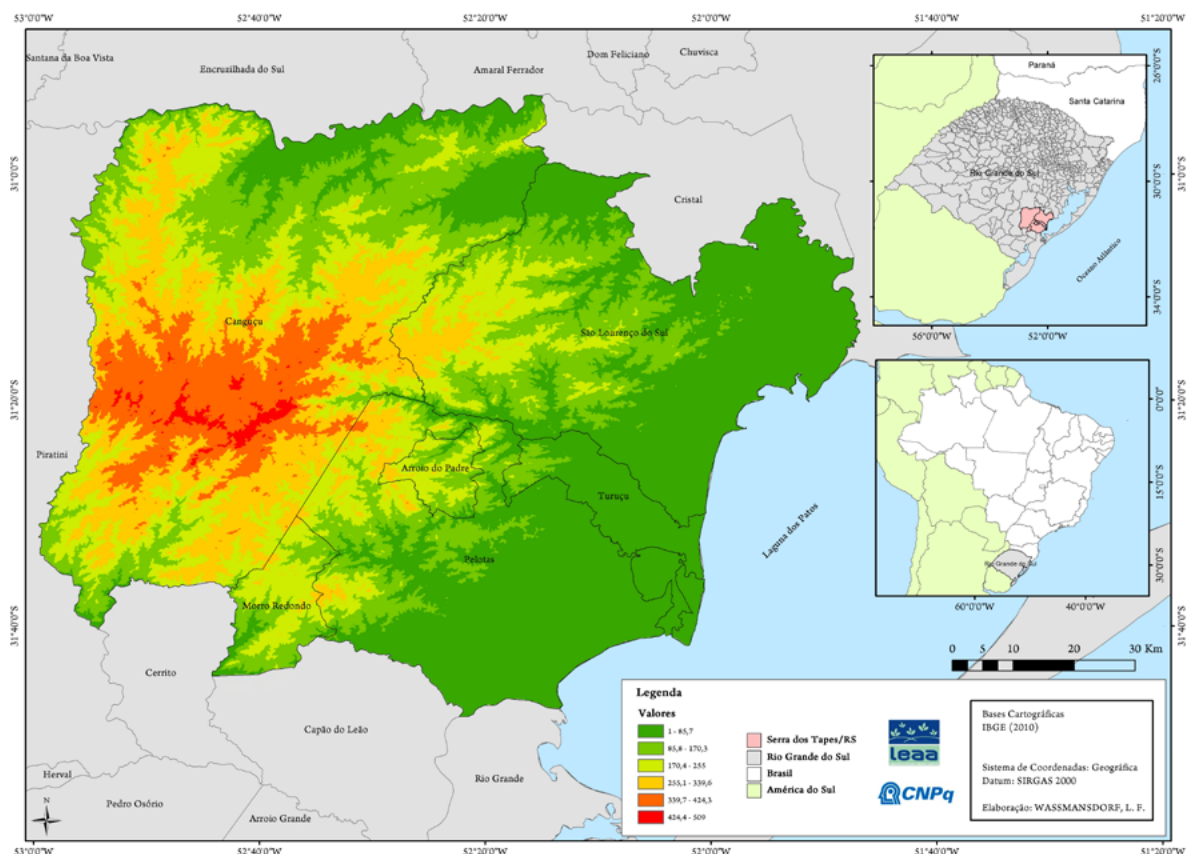
---

1. O Pré-cambriano é o mais antigo dos dois éons da história geológica da Terra, englobando o período desde a formação do Planeta, há 4.500 milhões de anos, até o aparecimento, há aproximadamente 550 milhões de anos, de abundantes fósseis de metazoários biomineralizados (conchas, carapaças etc.). O Pré-cambriano representa 85% do tempo geológico e é subdividido em duas eras, o Arqueano, mais antigo (4.500-2.500 milhões de anos), e o Proterozóico, mais recente (2.500-550 milhões de anos) (SCHOPF, 1995).



**Figura 2** – Mapa de localização do Escudo Cristalino Sul-rio-grandense.  
 Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

O Escudo Sul-rio-grandense abrange uma área de aproximadamente 65.000 km<sup>2</sup> (CHEMALE Jr., 2000), formado por vários tipos de rochas e alcança altitudes de até 500 metros (Figura 3). As feições são do tipo morro arredondado e os afloramentos do embasamento cristalino são esparsos. Esse escudo é uma manifestação geotectônica da plataforma meridional da América do Sul, tratando-se especificamente do Cráton do Prata. O Cráton do Prata possui grande extensão e estende-se do território argentino e uruguaio até o Rio Grande do Sul, continuando a partir do litoral de Santa Catarina, para o norte, limitando-se com o Cráton do São Francisco. No Oeste, delimita-se com o Cráton Paraguai Oriental e no centro-Norte com o Cráton do Amazonas (VIEIRA, 1984).



**Figura 3** – Mapa altimétrico dos municípios da Serra dos Tapes.  
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

O relevo no Escudo Sul-rio-grandense se caracteriza por colina de baixa altitude, vertentes suaves e grande concentração de materiais meteorizados que se deslocam para o fundo dos vales, impulsionados pelos mecanismos de remoção (lavagem pluvial, solifluxão e deslizamentos). Sua malha hidrográfica é representada por grande concentração de sangas e arroios que movimenta esse material ou parte dele em direção aos rios e, seguinte, às lagunas costeiras, como o Canal São Gonçalo. Segundo a inclinação de estrutura dômica do escudo, a rede hidrográfica tem direção geral leste e predominância dentrítica, contribuindo, ao longo do tempo, para a formação da bacia sedimentar de Pelotas, devido à poderosa hidrodinâmica da área (DUTRA, 2010).



## **Município de Pelotas**

O município de Pelotas localiza-se entre as coordenadas geográficas de 31° 45' de latitude Sul e 52° 20' de longitude Oeste. Sua posição geográfica é favorecida, pois além de situar-se numa encosta (região fisiográfica Encosta do Sudeste) é, também, um município litorâneo que tem proximidade com o oceano Atlântico e a Laguna dos Patos.

Possui uma área de 1.610 km<sup>2</sup> e tem os seguintes limites municipais: ao norte, São Lourenço do Sul e Camaquã, ao leste com a Laguna dos Patos, ao sul com Rio Grande e Capão do Leão e a oeste com o município de Pedro Osório e Canguçu.

O município de Pelotas apresenta clima subtropical úmido, com forte influência oceânica, justificando, assim, a umidade relativa do ar que é de 80%. E, consoante com os apontamentos de Salamoni (2000), sofre influência da posição litorânea do município, posição essa que contribui para manter certa linearidade no clima de Pelotas, além de torná-lo mais úmido. Assim, não são identificadas mudanças abruptas nos indicadores térmicos, bem como não ocorrem temperaturas demasiadamente altas ou baixas. A maior umidade atmosférica proporcionada pela proximidade com o Oceano Atlântico repercute em elevados indicadores de umidade relativa do ar (80%), bem como na conformação amiúde de nuvens, as quais velam o sol em aproximadamente metade dos dias do ano. A formação de nevoeiros com densidade pronunciada entre os meses de março e agosto é, também, uma consequência da elevada umidade atmosférica do município (ROSA, 1985).

O autor acima referido apresenta dados numéricos que podem representar de forma mais tangível as afirmações supramencionadas:

Também graças, em grande parte, à influência do mar, o nosso inverno não é rigoroso, assim como o verão não é muito quente, sendo apenas 10,6° a amplitude térmica anual. Além disso, a média das mínimas é de 13,4° e, a das máximas, 22,9°, o que dá uma noção das temperaturas que ocorrem com mais frequência no inverno e no verão, respectivamente (ROSA, 1985, p. 123).

Grando (1989) complementa esses apontamentos sobre o delineamento do quadro climático de Pelotas realçando a insuficiência pluviométrica verificada em número significativo de dias no final da primavera e do verão e nos primeiros dias do outono. Ademais, a ocorrência de precipitações diárias majoradas pode ser observada durante todo o ano, de forma inconstante.

No que tange às geadas, se mostram mais intensas entre junho e agosto e mais amenas no período entre setembro e outubro. De fevereiro a outubro pode-se verificar a ocorrência de índices de umidade relativa do ar ainda superiores ao da média anteriormente aludida. Finalmente, o mês mais quente costuma ser o de janeiro, enquanto o mais frio normalmente é o de junho.

A posição do município, localizado entre os 31° e 32° de latitude sul, confere com a área abrangida pela zona de elevadas pressões de latitude média. Tal situação conduz ao desenvolvimento de um fenômeno atmosférico anticiclônico – com moderada frequência e especialmente nos dias de outono – o qual favorece a ocorrência de dias mais claros, com reduzida presença de nuvens, e de noites com temperaturas consideravelmente mais baixas (ROSA, 1985).

O município está localizado na Encosta do Sudeste e apresenta duas formações de relevo bem distintas, a saber: a região de planície costeira e a de baixas ondulações situadas na encosta oriental da Serra dos Tapes. A primeira decorre da formação derivada dos sedimentos das rochas magmáticas (granitos e gneiss), associados a sedimentos de origem marinha e, a segunda, da formação do Escudo Sul-rio-grandense (parte integrante ao Escudo Brasil-Guiana-Patagônia da América do Sul – Complexo Cristalino Brasileiro).

As planícies e baixadas possuem altitude inferiores a 50 metros e abrangem quase metade da superfície municipal. “Trata-se de uma região sedimentar, coberta de sedimentos quaternários, predominando, quando ao grau de erosão, os terrenos de denudação com sedimentos residuais [...]” (ROSA, 1985, p. 65).

A zona alta e acidentada correspondente à área ocupada pelo Escudo Sul-rio-grandense, de acordo com Rosa (1985), encontra-se localizada na porção noroeste do município, sobre a Serra do Sudeste,

mais especificamente, no segmento inferior da Encosta Oriental da Serra dos Tapes. Trata-se de uma formação geológica marcada por falhas e dobras, característica da margem do Escudo Cristalino. Esta área abrange, aproximadamente, metade da área ocupada pelo município.

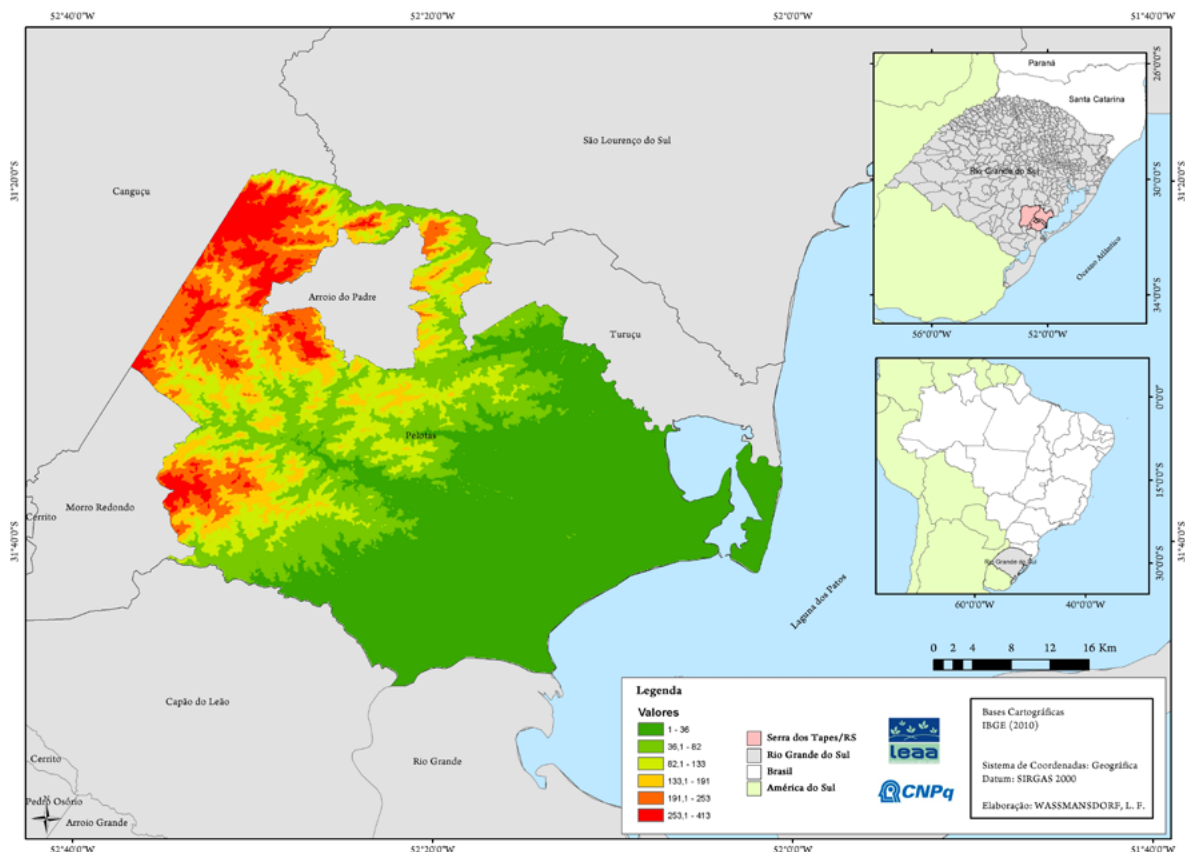
Na porção localizada a sudeste, podem-se reconhecer os domínios morfológicos da Planície Costeira, em oposição à anterior, justamente a formação mais recente do Estado, encontrando-se ainda em processo de sedimentação. Os sedimentos depositados nessa área são oriundos da erosão das formas mais elevadas da Serra dos Tapes. Segundo Salamoni (2000, p. 210) “A formação geológica da área de planície é constituída por sedimentos recentes de origem flúvio-lacustre, arenosos em sua maioria”. Cumpre destacar que a transição entre as duas áreas aqui descritas ocorre de forma gradativa, com ausência de declives muito pronunciados.

No que tange ao relevo do município, é possível identificar com clareza um delineamento topográfico que acompanha a dualidade da estrutura geológica de Pelotas, com reflexos na altimetria que varia de 0 a 503 metros (Figura 4).

Sobre a área abrangida pelo Escudo Sul-rio-grandense, Grando (1989, p. 25) destaca que o “[...] relevo varia de ondulado a acidentado, sendo este último predominante”. A mesma autora salienta que as altitudes dessa zona do município não extrapolam os 400 metros. Essas altitudes moderadas da área mais elevada de Pelotas são representativas do estado de senilidade em que se encontra o relevo, uma vez que ele se assenta sobre uma formação geológica datada do Pré-cambriano, e, portanto, já muito alterada pela ação da erosão. Dessa forma, predominam nessa área pequenos morros, caracterizados por ondulações pouco protuberantes.

Já na zona abarcada pela Planície Costeira se realça o relevo baixo e aplainado, formado por sedimentos do Período Quaternário, da era Cenozoica, erodidos da Serra dos Tapes e transportados pela ação das águas. Como já destacado anteriormente, trata-se de um relevo ainda em processo de formação, uma vez que permanece ocorrendo, de forma intensa, a deposição de sedimentos nessa área. Rosa (1985, p. 65) sintetiza a caracterização desse relevo, afirmando que:

Quanto à área plana e baixa do município — a metade sudeste — situada junto ao Canal São Gonçalo e à Lagoa dos Patos, ela constitui uma planície flúvio-lacustre, com trechos de várzeas pantanosas, especialmente às margens do São Gonçalo.



**Figura 4** – Mapa altimétrico do município de Pelotas.

Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

Considerando o exposto, pode-se depreender a direção na qual ocorre o aumento gradativo das altitudes do relevo em Pelotas:

[...] de modo geral, a altitude do relevo de Pelotas aumenta de sudeste, onde se encontra a cidade, para noroeste, região tipicamente colonial, apresentando, nesse perfil, uma amplitude altimétrica de zero a 400 metros; em regra, as altitudes aumentam de leste para oeste (isto é, para o interior do município) e do sul para o norte (ROSA, 1985, p. 59).

Os solos do município, tanto na metade noroeste quanto na porção sudeste, apresentam-se com profundidade limitada, e, segundo Grando (1989, p. 25), “[...] podemos dizer que ambos são solos ácidos, com fertilidade natural moderada e igualmente propenso à erosão”.

Na metade noroeste, a presença de um relevo acidentado torna o solo mais suscetível à erosão e compromete de forma mais intensa a sua profundidade. Trata-se de um solo árido, com coloração avermelhada devido aos intensos processos de lixiviação, os quais estimularam a concentração de ferro. Sua composição é oriunda do desgaste das rochas cristalinas, como granitos e gnaisses. Na metade sudeste do município predominam os solos originários da Formação Graxaim, os quais apresentam textura irregular, sendo compostos por areia, argila e cascalho. Estes solos apresentam-se com maior teor de nutrientes e melhor capacidade de retenção de água do que os anteriores (ROSA, 1985).

De forma mais específica, no noroeste de Pelotas, Silva Neto e Basso (2005) atualizaram essa caracterização tomando como referência a terceira edição do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, elaborado pela EMBRAPA; destacam como predominante o argissolo, mas com a presença de litossolo em áreas de encosta mais elevada, nas quais ocorre o afloramento de rochas e de manchas pontuais de aluvião bem drenados.

Os mesmos autores ainda afirmam que na metade sudeste do município os solos com predominância são o planossolo e o espodossolo, ocorrendo também solo de aluvião bem drenado, aluvião mal drenado e dunas. Sinteticamente, cabe pontuar a relação da formação geológica do município com os tipos de solos encontrados, uma vez que a localização de Pelotas entre a faixa terminal de uma encosta e uma planície acabou por favorecer a preponderância de solos areno-argilosos, os quais apresentam certas implicações sobre as formações vegetais encontradas no município.

O município de Pelotas possui uma situação hidrográfica muito favorável. Situa-se às margens do Canal São Gonçalo e possui grandes mananciais de água doce como a Laguna dos Patos, com 10.144 km<sup>2</sup>, que banha 40 km<sup>2</sup> do município, e a Lagoa Mirim, com 2.966 km<sup>2</sup>. Con-

forme Rosa (1985), o município de Pelotas possui sete bacias fluviais, que são: Bacia de Pelotas, Arroio Grande, Corrientes, Contagem, Santa Bárbara, Moreira e Reserva.

A estrutura geológica de Pelotas apresenta implicações muito claras sobre a hidrografia do município:

Em primeiro lugar, os arroios têm, em geral, a direção noroeste – sudeste, obedecendo, portanto, a inclinação do Escudo Cristalino. Além disso, na área cristalina, devido à pouca permeabilidade do terreno, não há muita infiltração e penetração de água subterrânea, e, por isso, os poços menos profundos chegam a secar na época menos chuvosa (verão-outono) (ROSA, 1985, p. 36-38).

Em função das altitudes pouco acentuadas da área mais elevada de Pelotas, Silva Neto e Basso (2005) indicam que o ponto mais elevado do município, o Cerro do Gerivá, apresenta apenas 360 metros de altitude e não é possível encontrar em Pelotas nenhuma queda d'água de proporções dignas de destaque, sendo predominante na paisagem municipal a presença de corredeiras.

Outro ponto de incontestável importância no que concerne à hidrografia de Pelotas diz respeito à localização do município na margem esquerda do Canal São Gonçalo, curso d'água responsável por interligar a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim. A primeira, conforme apontado por Rosa (1985), devido à sua ligação com o Oceano Atlântico, consiste em um dos mais extensos criadouros naturais de peixes encontrados no planeta. É digno de nota, entretanto, que apesar da boa disponibilidade de recursos hídricos do município, Pelotas não apresenta efetivamente nenhum rio, pois os cursos de água existentes apresentam, invariavelmente, comprimento limitado ou dimensão esguia.

Como aspectos fisiográficos, observa-se que o terreno é pouco acidentado e a vegetação predominante são campos, matas nativas e matas de eucalipto. A vegetação do município de Pelotas apresenta-se de distintas formas, isto é, matas nativas na zona alta e ondulada, e campos na zona plana e baixa. Todavia, restam poucas áreas cobertas por mata nativa devido, principalmente, à ação antrópica. Também, são

bastante comuns os plantios arbóreos de espécies exóticas, tais como eucalipto, acácia e pinus, estas matas classificam-se como artificiais, uma vez que estão em áreas que anteriormente eram recobertas por matas nativas.

As características das formações vegetais de Pelotas refletem, uma vez mais, a estrutura geológica o município. Na metade noroeste, alta e acidentada, encontra-se uma vegetação de mata nativa, com presença de vegetação mais desenvolvida; enquanto na metade sudeste, baixa e plana, verifica-se uma vegetação de campos. Cabe enfatizar, contudo, que essa dualidade tão bem definida da vegetação do município se refere às suas características originais as quais, no contexto hodierno, mostram-se muito alteradas pela intervenção antrópica.

Rambo (2000) esboça um painel geral atinente à vegetação de Pelotas:

A terra dos campos secos, mistura de areia do litoral e pedregulho da serra, é magra, abrigando uma vegetação de dimensões reduzidas e de uma pobreza comparável à dos campos secos do litoral. Ao longo dos arroios desenvolvem-se formações de anteparos mais ricas do que ao do sul de Piratini, e os ilhotes e espigões de granito ora se acham revestidos de campo seco entremeados de matações, como o de Capão do Leão, ora ostentam matas de meia altura, entre as quais sobressaem figueiras de belo porte. Nas partes pantanosas, predominam os juncais, de mistura com uma espécie de parque palustre constituído de arbustos espinhosos de maricá (*Mimosa Sepiaria*) e exemplares contorcidos de crista-galo (RAMBO, 2000, p. 84).

Mais especificamente na metade noroeste, correspondente à Serra dos Tapes, a vegetação se mostra herbácea e subarborescente, com destaque para a presença de matas-galerias e de vegetação arbustiva, esta última restrita a encostas. Segundo Silva Neto e Basso (2005, p. 243),

Como cobertura vegetal encontrou mata nativa, principalmente no alto dos cerros, boa preservação de matas ciliares, alguns bosques de eucalipto, pastagens nativas e cultivadas (resteva de azevém e pasto italiano), reflorestamento (eucaliptos) e capoeiras.

Sobre a redução da mata nativa, Rosa (1985, p. 144) enfatiza que “[...] Pelotas tem, atualmente, pouquíssimas matas nativas. São pequenas e encontram-se dispersas na zona alta e ondulada do município. O maior número concentra-se ao noroeste (distritos de Arroio do Padre e Quilombo)”. Segundo o mesmo autor, a ocorrência da mata nativa se dá por meio de capoeiras em estágios variados, ou ainda como resquícios da floresta original nas áreas com desníveis mais acidentados.

Quanto à área de campos, é possível afirmar que ela teve o seu desenvolvimento favorecido pelo relevo plano, pelos solos argilosos e pelas precipitações mais reduzidas durante o verão. A cobertura vegetal atual do município apresenta certa preponderância dos campos sobre a mata em termos de extensão, entretanto, na paisagem original de Pelotas, a área ocupada pelos campos e pela mata nativa era aproximadamente a mesma, o que atesta o destacado papel da ação humana na transformação das formações vegetais primitivas do município.

De acordo com Silva Neto e Basso (2005, p. 242), predomina a “[...] cobertura vegetal rasteira (campo), bosques de eucalipto e alguns pontos com boa mata ciliar”. As especificidades dos campos de Pelotas são abordadas por Rosa (1985), que salienta o papel condicionante exercido pelos solos areno-argilosos, os quais influem de forma negativa na qualidade das pastagens nativas. Esse solo é o responsável pela ausência de “campos finos” e pela ascendência de “campos grossos”, os quais apresentam limitada cobertura vegetal e restrito valor forrageiro.

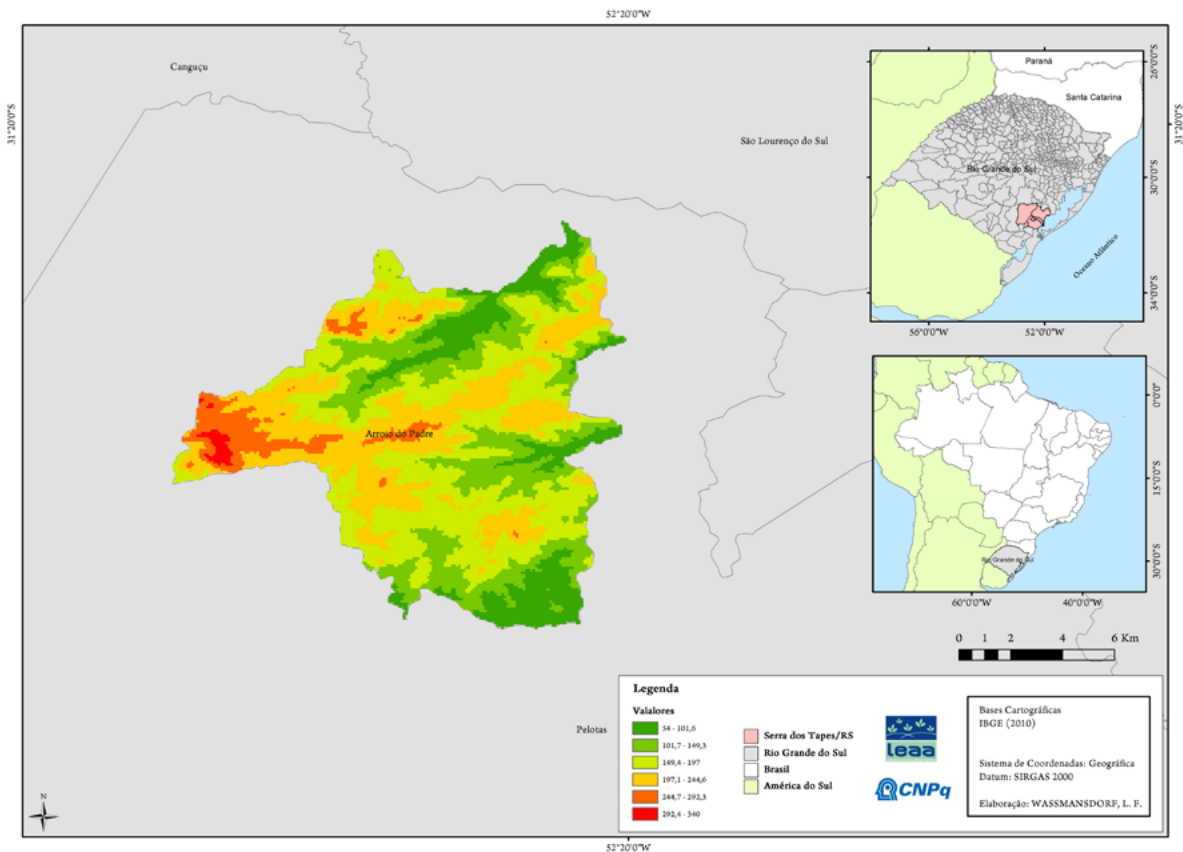


## **Município de Arroio do Padre**

O município de Arroio do Padre está localizado nas coordenadas geográficas 31° 25' latitude sul e 52° 22' de longitude oeste, estende-se por 124,317 km<sup>2</sup>, com seu território totalmente cercado pelo município de Pelotas (IBGE, 2013), situa-se a 30 km a sul-leste do centro urbano de Canguçu. A área do município está integralmente inserida na formação geológica denominada Escudo Sul-rio-grandense, com formações de rochas cristalinas (granitos e migmatitos). Assim, o relevo tectônico se configura como falhado ou diaclasado, dobrado ou ondulado. O relevo “dobrado” é predominante sobre o “ondulado”, correspondendo a altitudes, geralmente, superiores a 200 metros. As altitudes no município variam de 40 a 300 metros (Figura 5).

O clima do município do Arroio do Padre se assemelha às características de clima temperado de altitude. Quando considerados os macrotipos climáticos (classificação climática de Köppen), Arroio do Padre enquadra-se no Clima Subtropical Úmido, com inverno fresco a frio. Uma das características desse tipo climático é a regularidade da distribuição anual pluviométrica (1.250mm a 2.500mm) e as baixas temperaturas no período do inverno (MEURER; FLACK, 2015).

Os solos do município de Arroio do Padre caracterizam-se pela presença de litossolo (pouco favorável para a agricultura) e solo castanho acinzentado podzólico (com fertilidade mediana). Esses solos são, geralmente, rasos e apresentam alguma pedregosidade, junto com poucos arbustos ou bosques de floresta baixa e têm uma pastagem natural, com qualidade baixa a regular, utilizada para cultivos aráveis, ainda que não sejam favoráveis para tais cultivos, pela sua conformação topográfica e pelo regime de chuvas, esses solos estão sujeitos à erosão. Por ser um município majoritariamente rural, o uso do solo é caracterizado pelo predomínio de culturas cíclicas, como milho, feijão, batata, entre outros. Entretanto, nos últimos anos, ocorreu um aumento significativo do cultivo de tabaco (PMAP, 2008).



**Figura 5** - Mapa altimétrico do município de Arroio do Padre.  
 Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

O município do Arroio do Padre, por sua conformação topográfica, apresenta-se como um divisor de águas, com arroios correndo para o norte e desaguando no Arroio Grande (Turuçu), e outros correndo para o sul e sudeste, desaguando no Arroio Corrientes, como o Arroio do Padre e o do Touro. Correndo inicialmente na direção oeste-leste e fletindo, depois, no sentido norte-sul, o Arroio Andrade (recebe afluentes em sua margem esquerda e cursos d'água de pequeno porte), limite entre o Arroio do Padre e o distrito Quilombo de Pelotas, indo desaguar num tributário do Arroio Pelotas. Assim, Arroio do Padre possui três Bacias tributárias: Bacia do Arroio Grande (Turuçu), Bacia do Arroio Corrientes e Bacia do Arroio de Pelotas.

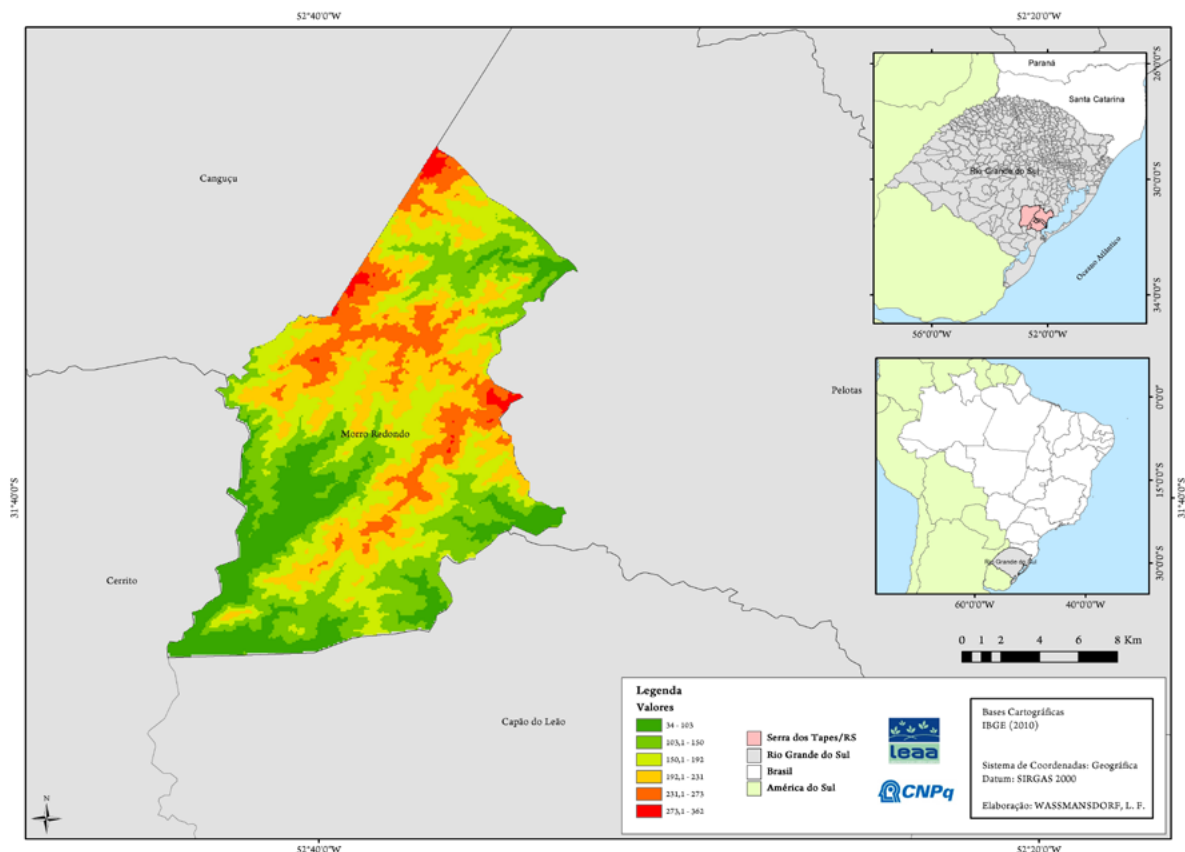
A primeira bacia se situa no extremo norte do município de Pelotas, constituída pelos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, com 55 km de extensão. Drena tanto as águas do Arroio do Padre quanto

as águas do distrito de Santa Silvana de Pelotas. Seus afluentes estão situados em terras de Pelotas, à sua margem direita, sendo os principais: Pimenta, Quilombinho, do Touro e Santa Clara. A segunda bacia abrange os distritos de Santa Silvana e Cerrito Alegre de Pelotas e se situa ao sul da Bacia do Arroio Grande. Seus principais afluentes se localizam na margem esquerda, tendo como principal afluente o Arroio Corrientes, que possui um curso de cerca de 20 km. A terceira bacia ocupa a terça parte de Pelotas e tem aproximadamente 60 km de extensão. Está a montante no distrito Quilombo de Pelotas, com altitude de 300 metros e passando pelo distrito da Cascata, Cerrito Alegre e Monte Bonito, também desaguando na sede urbana de Pelotas, no canal São Gonçalo.

Sobre a vegetação, em suas formações originais havia matas densas e cobrindo grandes extensões do território. Atualmente, a vegetação predominante se caracteriza como rala, formada por caponetes isolados, onde predominam as espécies vassoura vermelha, aroeira do campo, capororoca, açoita-cavalo, guajuvira, timbaúva, cedro, pinheirinho, branquilha, angico, batinga, figueirão, goiabeira, canela, araçá, pitangueira, entre outras. As matas de árvores mais altas, como cedro, canela e açoita-cavalo eram predominantes nas encostas e margens dos cursos d'água (áreas com umidade do solo favorável). Após períodos de desmatamento, as espécies exóticas de maior incidência são o eucalipto, o pinus e a acácia.

### **Município de Morro Redondo**

O município de Morro Redondo está localizado nas coordenadas 31° 39' latitude sul e 52° 34' longitude oeste. Seus limites são ao norte o município de Pelotas, ao sul Capão do Leão, a leste Capão do Leão e a oeste Canguçu e Cerrito. Morro Redondo é um município pertencente à bacia hidrográfica do Piratini-São Gonçalo-Mangueira, com altitude de 245 metros (Figura 6) e extensão de 245 km<sup>2</sup> (PMSB, 2016).



**Figura 6** – Mapa altimétrico do município de Morro Redondo.  
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

O clima é subtropical, semiúmido, com estações bem definidas, ocorrência de geadas fortes no inverno e frequentes no outono e na primavera, tendo a precipitação anual irregularmente distribuída, com estiagens em abril, agosto, dezembro e janeiro. As condições climáticas do município permitem a realização de cultivos tanto de inverno (trigo, centeio, aveia, cevada, forrageira de ciclo hibernar) quanto de verão (milho, arroz, soja, sorgo, forrageira de ciclo estival). Sob o ponto de vista climático, a fruticultura, principalmente a viticultura, possui condições favoráveis de desenvolvimento no município (PMSB, 2016).

De acordo com Cunha (1996), o município de Morro Redondo apresenta duas zonas geomorfológicas: a zona alta e a zona central. A zona alta compreende as partes mais altas do relevo, comumente caracterizada como serra, em cujo material de origem predominam as rochas cristalinas e metamórficas, e a zona central partes de relevo ondulado

mais baixo do que a serra, com a presença de rochas cristalinas e metamórficas. Conforme encontra-se apresentado no Plano Municipal de Saneamento Básico do município, essas zonas se subdividem em sequências geomorfológicas, sendo a zona alta subdividida em terras altas rochosas, terras altas não rochosas e terras altas não rochosas planas, e a zona central em colinas cristalinas (PMSB, 2016).

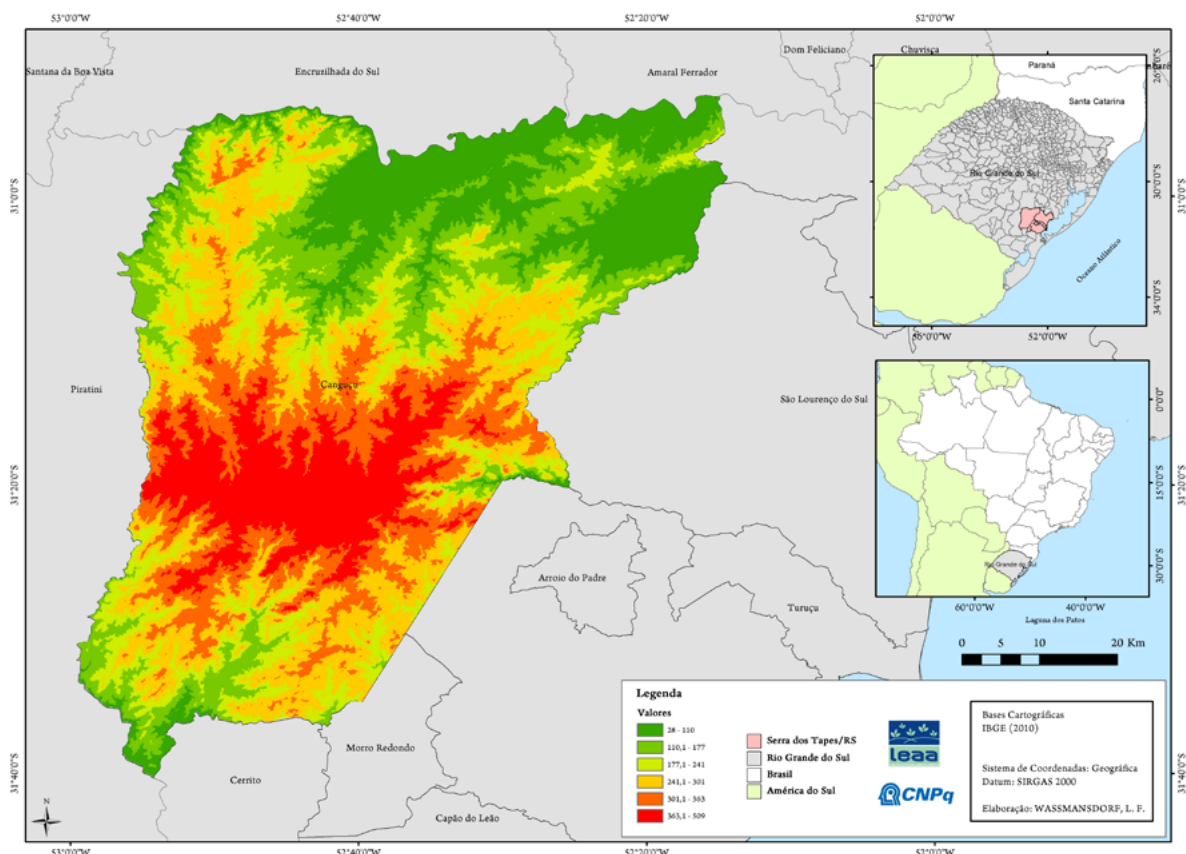
Os solos do município de Morro Redondo são do tipo bruno acidetado (luvissole), podzóico vermelho-amarelo (argiloso vermelho e vermelho-amarelo), regossolo (neossolo regolítico) e litossolo (neossolo litolítico). Ocorrem afloramentos rochosos em algumas terras altas.

A cobertura vegetal é formada por pastagens nativas, culturas temporárias, culturas perenes (principalmente a cultura de pêssogo), matas naturais e matas artificiais.

## **Município de Canguçu**

O município de Canguçu está localizado nas coordenadas 31° 23" 56" latitude sul e 51° 43' 53" de longitude oeste, com altitude média de 420 metros (Figura 7). Estende-se por uma área total de 3.526,253 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), tendo como limítrofes os municípios de Morro Redondo, Piratini, Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Cristal, Cerrito, Pelotas e São Lourenço do Sul. Canguçu se situa a 52 km ao Norte-Oeste de Pelotas.

Por estar localizado em um domínio climático subtropical com chuvas regulares, o município possui uma ampla drenagem composta por riachos, arroios e rios. Entre os principais arroios pode-se destacar: Pantanoso, Oliveira Saraiva e Maria Antônia. Já os principais rios formadores das duas maiores bacias hidrográficas são o rio Piratini e o Camaquã (VIEIRA, 1984).



**Figura 7** – Mapa altimétrico do município de Canguçu.

Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

O clima predominante é o subtropical, com as estações do ano definidas e com chuvas regulares. Destacam-se os aspectos relativos aos índices de pluviosidade média anual em torno de 1300 mm, com temperatura média de 20°C, caracterizando Canguçu por ter um clima agradável, com exceção de alguns eventos de calor no verão e frio extremo no inverno (DUTRA, 2010).

O relevo é formado tanto por áreas planas quanto acidentadas, estando assentado na formação geológica do Escudo Sul-rio-grandense, no domínio da Serra dos Tapes, segmento da Serra Sudeste. Canguçu possui alguns compartimentos geomorfológicos, entre eles o Compartimento Geomorfológico de Cristas, o Compartimento Geomorfológico de Colinas e o Compartimento Geomorfológico da Planície Aluvial do Rio Camaquã. No que diz respeito ao relevo, as principais

características são: forte, ondulado, escarpado, montanhoso, suave e aplainado, com a predominância de coxilhas e serras.

Os solos variam conforme o compartimento geomorfológico, apresentando solos rasos com afloramentos rochosos esparsos, solos profundos, solos aluviais, solos profundos, solos menos suscetíveis à erosão e solos férteis. Conforme Simch (2002 *apud* DUTRA, 2010), o município possui áreas com solos totalmente distintos, com destaque majoritário para as áreas onduladas que compõem aproximadamente um terço do território, onde os segmentos de drenagem começam a aprofundar-se, formando os vales de arroios e de relevo menos íngreme, com predominância de solos profundos, podendo ser utilizados para cultivos anuais ocasionais ou intermitentes, com controle efetivo da erosão. Por outro lado, um terço da área total do município é constituída por solos menos suscetíveis à erosão, podendo ser utilizados para cultivos anuais com rigoroso controle dos fatores erosivos. Esta área corresponde às colinas aplainadas, relevo suave, ondulado, e vegetação campestre com solos profundos, bem drenados e de média fertilidade.

A vegetação, conforme os compartimentos geomorfológicos de Canguçu, é formada por: vegetação arbustiva, resquícios de mata nativa e vegetação campestre.

## **Município de São Lourenço do Sul**

O município de São Lourenço do Sul localiza-se pelas coordenadas geográficas Latitude: 31° 21' 46" Sul e Longitude: 51° 58' 44" Oeste e possui uma área de 2.036,10 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). Os seus limítrofes são os municípios de Turuçu, Canguçu e Cristal. Localiza-se a leste de Canguçu e às margens da Laguna dos Patos.

Sobre o clima do município de São Lourenço do Sul, Dors (2016) escreve que:

O clima do município é subtropical pouco úmido com inverno frio e verão fresco, a temperatura média do mês mais frio oscila entre 11-14°C e a temperatura mínima média deste mesmo mês gira em torno de 5-11°C. A temperatura média do mês mais quente varia entre 20-26°C e a temperatura

máxima média deste mês é de 26-29°C. Chove entre 1200-1500 mm anuais, distribuídos em 80-100 dias de chuva, nos meses mais secos as chuvas mensais variam entre 75-115 mm e nos mais chuvosos o volume aumenta para 115-155 mm (DORS, 2016, p.36).

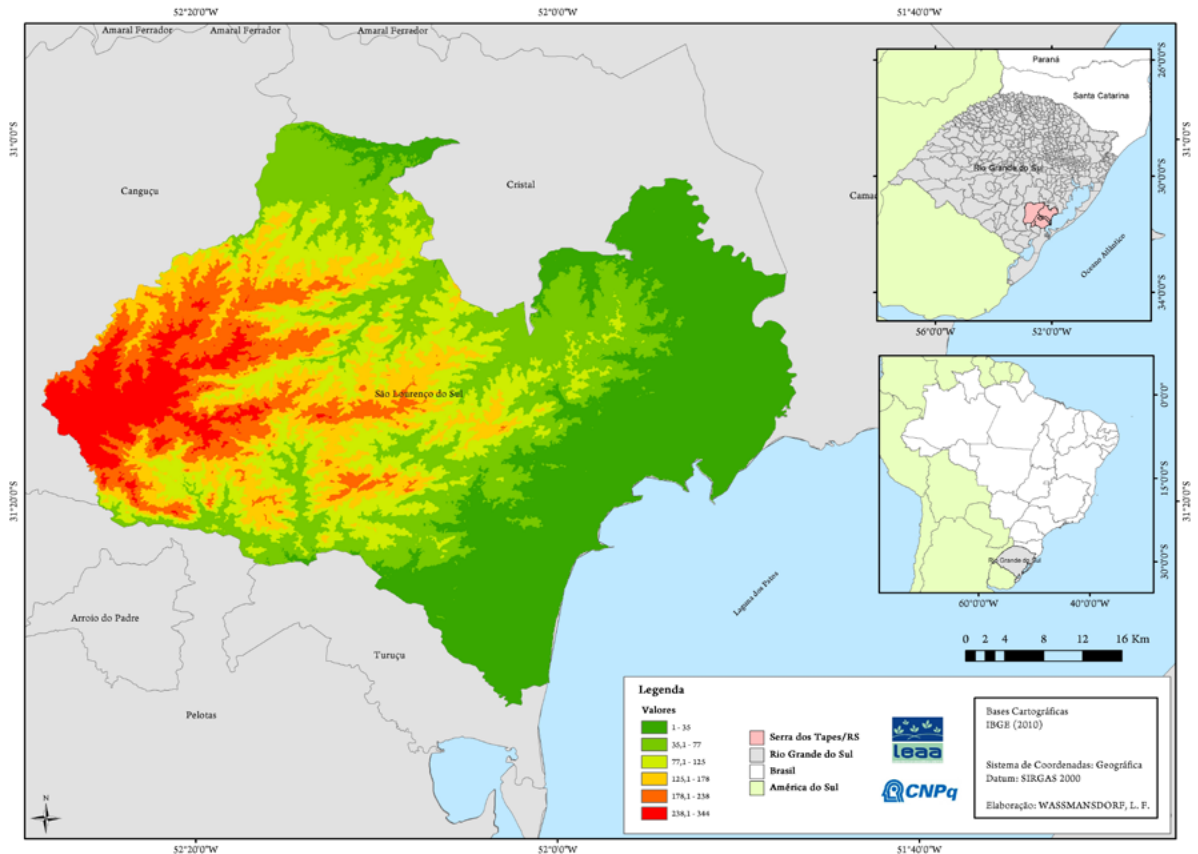
O município de São Lourenço do Sul encontra-se situado em uma zona de transição entre a Planície Costeira, com altitudes médias de 25 metros na área de várzea, e a Encosta do Sudeste – Serra dos Tapes, com altitude máxima de 325 metros (Figura 8), sendo que dois terços do município, correspondente a área rural, estão localizados na Serra dos Tapes. A estrutura geológica do município é originária das eras Paleozóicas e Cenozóide. A região serrana está assentada nas rochas cristalinas (graníticas), denominada pelos nomes: Complexo Canguçu, Serra dos Tapes ou Serra do Sudeste, pertencente ao Escudo Sul-rio-grandense. A zona plana, de várzea e costeira à Laguna dos Patos, é formada por rochas sedimentares, com aflorações gráficas no litoral e nas praias lagunares (do período quaternário).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,1986), a geomorfologia do município de São Lourenço do Sul é composta por uma Planície Lagunar Estreita, junto à Laguna dos Patos, formada por sedimentos holocênicos. Próximo a esta, situa-se a Planície Alúvio Coluvionar, formada por sedimentos marinhos expostos nos períodos interglaciais. Nas coxilhas, encontra-se o Planalto Rebaixado Marginal que, pela alta dissecação, configura a formação de colinas com topos estreitos, sinuosos e planos. A serra é definida como Planaltos Residuais, onde o relevo é formado por superfícies extensas, conservadas pela resistência ao intemperismo das rochas graníticas (espigões), contrastando com superfícies altamente dissecadas em virtude das alternâncias dos minerais das rochas.

Os solos são característicos de três regiões: a serra, as coxilhas e as planícies. A primeira apresenta solos podzólico bruno acinzentado, litólico e regossolo, sendo recentes e pedregosos, depositados em ralas camadas (em relevo íngreme). A segunda, solos podzólicos, depositados em camadas relativamente espessas (em relevo ondulado). E a terceira, solos hidromórfico cinzento, planossolo e glei pouco húmico,



sendo recentes (sedimentos quaternários) e resultados do processo geológico das rochas do planalto (em relevo plano) (CUNHA, 2006).

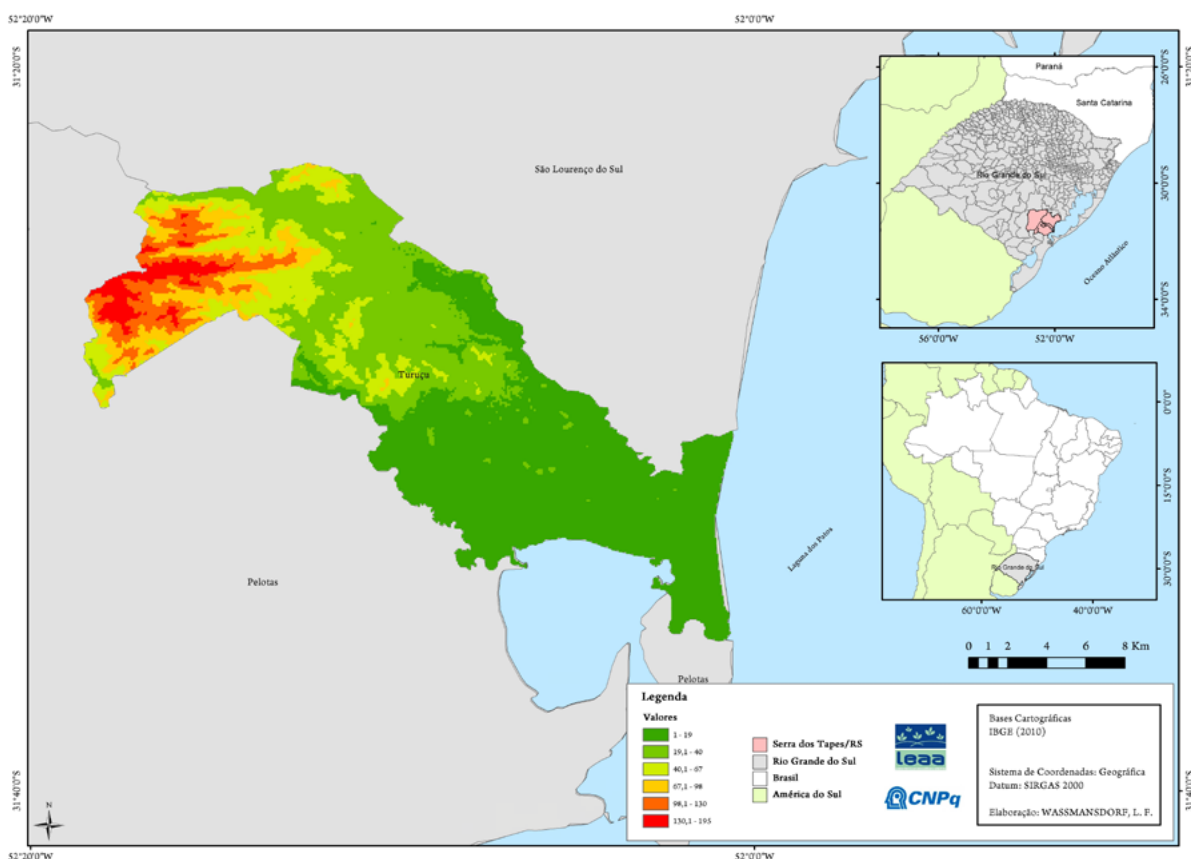


**Figura 8** – Mapa altimétrico do município de São Lourenço do Sul.  
 Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

A cobertura vegetal do município mantém 12,12% da cobertura vegetal original, sendo que 8% são de espécies nativas e 4,12% de exóticas. A vegetação é rala e rasteira junto ao litoral e torna-se mais espessa à medida que avança sobre a região serrana onde ocorre a Floresta Estacional Semidecidual. Assim, predomina, na planície litorânea, as formações herbáceas; vegetação rasteira com a presença de arbustos e algumas árvores de pequeno porte, e, nas serras, matas mistas.

## Município de Turuçu

O município de Turuçu está localizado nas coordenadas 31° 25' 40" de latitude sul e 52°17' 10" de longitude oeste, com 30 metros de altitude (Figura 9). Possui uma área de 253,635 km² e delimita-se ao norte com o município de São Lourenço do Sul; ao sul e oeste com o município de Pelotas e a Leste com a Laguna do Patos. O município divide-se pela área urbana sede, onde localiza-se o bairro Arroio Grande, e pelas localidades rurais de Colônia Azevedo, Feitoria, Colônia São José, Colônia São João, Colônia Corrientes, Colônia São Domingos, Colônia Santa Clara, Picada Palmeira, Colônia Santa Silvana, Picada Flor e Colônia Santana.



**Figura 9** – Mapa altimétrico do município de Turuçu.

Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

O clima do município é temperado, com precipitação anual de 1.300mm. A temperatura média anual é de 18°C, atingindo temperaturas mínimas próximas de 0°C, no inverno, e temperaturas máximas, ocasionalmente, próximas dos 40°C, no verão. Tem como ventos predominantes os de nordeste e sudeste, sendo mais intensos no período de agosto a janeiro.

O município apresenta afloramentos rochosos que variam entre plano e moderadamente ondulado, com declividades superiores a 20% até áreas planas. Na planície costeira afloram os depósitos continentais de leques aluviais e canais anastomosados, no Escudo Sul-rio-grandense a formação geológica está associada à presença de rochas magmáticas e gnaisses de estruturas variáveis.

O solo predominante é o podzólico vermelho. Na parte da planície, o solo é formado principalmente por arenitos e lamitos, que variam das épocas do terciário superior ao holoceno.

A rede hidrográfica do município faz parte da bacia do rio Camaquã, sendo os principais tributários o Arroio Turuçu (com sua nascente próxima à Canguçu) e o Arroio Corrientes (com crescimento rápido de suas águas quando chove), além dos córregos e arroios de pequeno porte, banhado, que deságuam nas águas da Laguna dos Patos.

No que se refere à cobertura vegetal, no município de Turuçu são encontrados fragmentos remanescentes da Floresta Estacional Semi-decidual e Estepe, situados nas áreas mais íngremes e às margens dos cursos d'água. Na zona de contato entre a Planície Costeira e o Escudo Sul-rio-grandense, ocorre uma área de características úmidas (banhados) e matas paludosas, tendo como elementos característicos a vegetação de restinga ao longo da Laguna dos Patos (PREFEITURA MUNICIPAL DE TURUÇU, s.d.).

## **A formação histórico-cultural e o contexto socioeconômico atual**

Apesar da ocupação oficial do estado do Rio Grande do Sul estar relacionada a fatores de proteção militar e de garantia do ordenamento político sobre o território sulino, Bernardes (1997) alerta para o fato de que o efetivo povoamento do estado se dá em decorrência não de fatores político-militares, mas sim em função de motivadores econômicos. Para o autor, o ciclo do ouro em Minas Gerais foi determinante para a instalação do povoamento definitivo, pois os núcleos de exploração do minério representavam para os criadores gaúchos um mercado em potencial para as tropas de muares e equinos criadas no Rio Grande do Sul.

Diante disso, o delineamento da organização do espaço agrário, em especial de sua estrutura fundiária, entrementes, guarda estreita relação com os interesses da Coroa Portuguesa de radicar um povoamento que extrapolasse a mera ocupação militar do Rio Grande do Sul. Conforme enfatiza Prado Jr. (1996), a alternativa encontrada pela Coroa Portuguesa consiste na distribuição indiscriminada de sesmarias, não só concedidas no nome dos beneficiários, mas também de suas esposas, filhos ainda bebês ou mesmo aquelas crianças que sequer haviam nascido. O autor destaca ainda que por meios desses subterfúgios o limite inicialmente estabelecido de três léguas por beneficiário acaba por perder totalmente seu significado.

Por consequência da distribuição de sesmarias, tem início a implantação das estâncias e a formação ainda incipiente das primeiras charqueadas. Segundo Rocha e Miorin (1989), esse processo foi responsável pela configuração da grande propriedade no estado do Rio Grande do Sul:

Os grandes espaços despertavam nos luso-brasileiros uma ânsia de propriedade sem limites, estabelecendo-se os primórdios dos latifúndios modernos e lançando-se, dessa maneira, o fundamento econômico básico de apropriação da terra; a preia do gado xucro, largamente consumido na forma de charque e de couro no Centro do país, segundo um sistema produtivo regional e subsidiário (ROCHA; MIORIN, 1989, p. 18).

As sesmarias foram concedidas a figuras ilustres do reino português e, também, a quaisquer indivíduos que apresentassem condições financeiras de empreender uma atividade que promovesse o desenvolvimento econômico da região. A origem do município de Pelotas atine a uma dessas doações de sesmarias, mais propriamente a que foi outorgada ao Coronel Thomaz Luiz Osório no ano de 1758 (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013). Essa sesmaria recebeu a designação de Rincão de Pelotas e hoje abrange área na qual se localiza o bairro urbano do Laranjal.

O marco originário da formação histórica do sul do Rio Grande do Sul constitui-se na:

[...] expedição e acampamento militar (200 soldados), sob as ordens do Brigadeiro José da Silva Paes, visando a construção do forte 'Jesus-Maria-José' no ano de 1737, que cumpriu a função estratégica de garantir a posse, defesa e manutenção do território sob a égide da Coroa Portuguesa. A presença militar lusitana na estrada do estuário desempenha o papel de controlar o tráfico de navios, protegendo o continente da entrada de invasores (MDA, 2006, p. 19).

Em 1763, portugueses ilhéus foragidos passaram a ocupar o atual município de Pelotas, buscando escapar da invasão espanhola em curso na Vila de Rio Grande. E são essas ocupações de portugueses evadidos que justamente representam os primeiros registros existentes da ocorrência de estabelecimentos residenciais em Pelotas. Assim, as origens do município estão ligadas à condição de refúgio que Pelotas manteve durante seus primeiros anos, tal condição foi ainda corroborada pela presença da Serra dos Tapes, formação de relevo que conferia

maior proteção aos portugueses que buscavam se manter abrigados no futuro município (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

Paralelamente ao período de desenvolvimento das estâncias e das charqueadas, mais especificamente no final da primeira metade do século XVIII, a pequena produção de caráter familiar é introduzida no território sulino. As terras de matas foram consideradas o “berço” das colônias na Serra dos Tapes e, não importando qual tenha sido o agente colonizador, nem a natureza étnica do povoamento nessas áreas, a implantação e consolidação da propriedade familiar foi marcada por dificuldades de toda ordem (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

Copstein (1975) lembra que especialmente os núcleos coloniais que se formaram na porção sul do Estado do Rio Grande do Sul são testemunhas do inter-relacionamento havido entre a sociedade luso-brasileira e os grupos sociais formados por descendentes de escravos, camponeses nacionais ou caboclos<sup>2</sup> e imigrantes europeus não portugueses, estes últimos designados como colonos<sup>3</sup> (particularmente na Serra dos Tapes, os colonos-imigrantes alemães, pomeranos, italianos e franceses).

A presença do campesinato negro nesse território tem suas raízes históricas fincadas nos séculos XVIII e XIX, sendo associada ao ciclo saladeiril. Para Rubert e Silva (2009), dadas as duras condições de trabalho nas charqueadas, nas olarias e na construção do patrimônio material arquitetônico de Pelotas, as fugas dos escravos para locais mais distantes e íngremes foi uma estratégia desses grupos que acabou se tornando frequente, levando à formação de quilombos em diversos locais da Serra dos Tapes.

---

2. O termo caboclo, na literatura antropológica e sociológica, está relacionado à mestiçagem entre brancos e índios (SEYFERTH, 1991).

3. “Para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (SEYFERTH, 1992, p. 80). Para a mesma autora (1992, p. 80), “colono é a categoria designativa do camponês [...] e sua marca registrada é a posse de uma colônia [...] a pequena propriedade familiar”.

As fugas individuais ou coletivas eram a forma mais comum e característica de resistência. O centro do núcleo charqueador pelotense, formado pelos matos na Serra dos Tapes, o Arroio Quilombo, o Passo dos Negros, abrigava um grande número de fugitivos (CAPA, 2010, p. 18).

No entendimento de Pinheiro (2014),

[...] em relação ao período do Pós-abolição, as pesquisas acadêmicas são mais escassas para essa região e mesmo com esse processo árduo de reconstrução histórica, ainda há um vazio de informações do final do século XIX até o período atual sobre a formação dos territórios negros (PINHEIRO, 2014, p. 324).

Atualmente, existem 28 comunidades quilombolas distribuídas pelos seis municípios que fazem parte da Serra dos Tapes (Figura 10). Essas comunidades já receberam as certidões de autodefinição emitidas pela Fundação Cultural Palmares<sup>4</sup>. Segundo o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)<sup>5</sup>, que desenvolve ações de assistência técnica e extensão rural junto aos quilombolas desde os anos 2000,

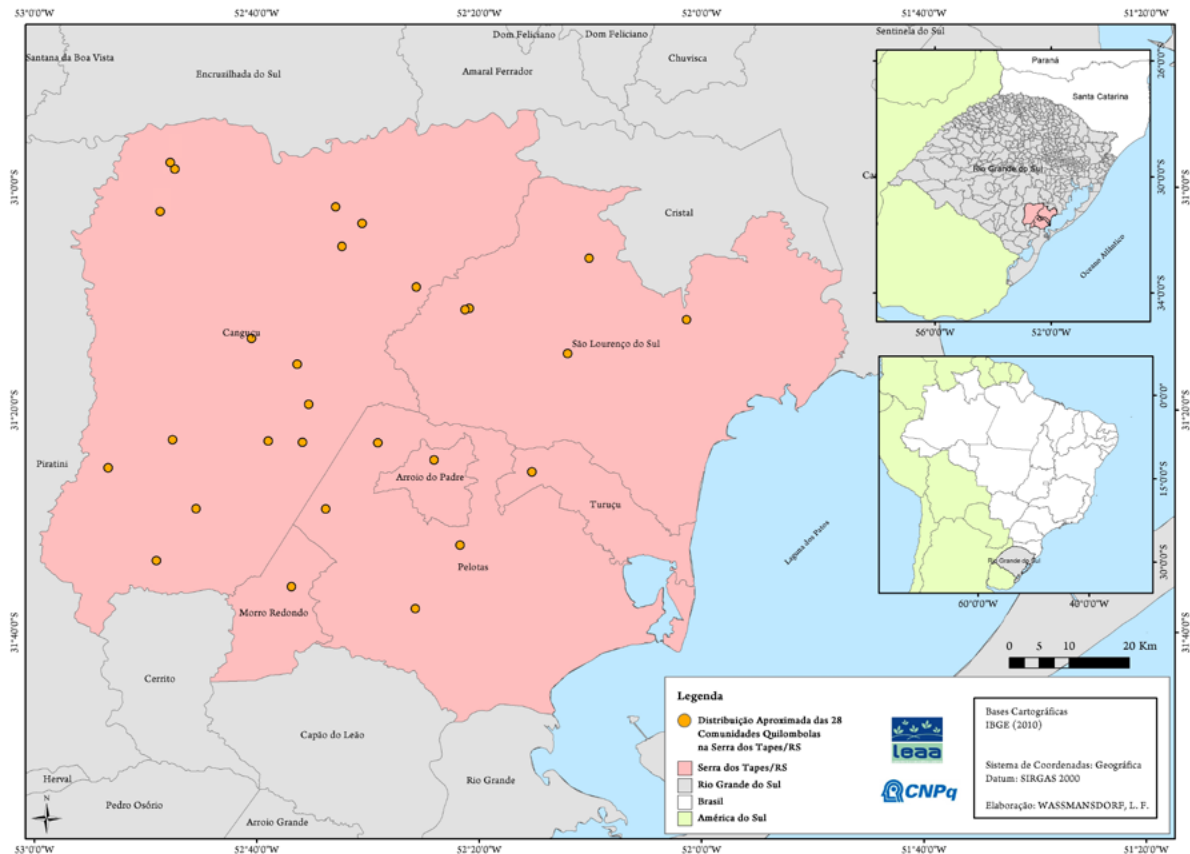
[...] a entrega dos documentos significa muito mais do que a comprovação de que existem descendentes de negros escravizados nos municípios pesquisados, mas faz com que toda uma região mude sua autopercepção e reconheça a importante contribuição do povo negro no seu desenvolvimento (CAPA, 2010, p. 2).

---

4. “Este processo de reconhecimento, na região sul do estado, ocorreu a partir do mapeamento realizado pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a fim de identificar as comunidades negras rurais do Território Zona Sul” (GOIS, 2019, p. 14).

5. O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) é uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com atuação nos três estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Criado em 1978, iniciou suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa (RS), com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (CAPA, 2010).

Essas comunidades rurais trazem consigo características que resistem no tempo, em seu espaço, e mantêm laços de pertencimento e de identidade culturais que passam por complexas redes de relações de parentesco, sociais, afetivas e econômicas.



**Figura 10** – Mapa da distribuição espacial das comunidades quilombolas na Serra dos Tapes. Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

As comunidades quilombolas praticam atividades agrícolas e não agrícolas para garantir o trabalho e a renda das famílias. Cultivam produtos diversificados e criam animais para o autoconsumo e, eventualmente, comercializam parte da produção em mercados locais de proximidade (como armazéns e feiras). Além disso, integrantes do grupo doméstico, comumente os homens, empregam-se como trabalhadores



assalariados em propriedades rurais vizinhas, garantindo, assim, um incremento na renda monetária familiar.

Pinheiro (2014) reconhece os avanços em relação à maior valorização das comunidades quilombolas por meio da garantia de direitos básicos, como a titulação das terras, o acesso a políticas públicas de moradia rural e ao crédito, a assistência e extensão técnica e a participação em associações e movimentos sociais, os quais não tinham sido alcançados anteriormente por esses atores. Porém, para a autora, permanece a condição de subalternidade, que segue como marca desses territórios, pois não se fala em uma mudança efetiva de sua condição social ou em autonomia em relação aos projetos de desenvolvimento rural. Como alerta o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA, 2010):

Apostando que a diversidade – não apenas biológica, mas também cultural, étnica e religiosa – é decisiva para a manutenção da vida. Sem diversidade é impossível construir independência e autonomia. Significa levar em conta a maneira com a qual as comunidades lidam com a realidade: sua língua, suas histórias, sua religiosidade, crenças, tecnologia, relações de poder, entre outros (CAPA, 2010, p. 17).

Por sua vez, os camponeses caboclos também estão presentes na região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul desde o século XVIII, podendo ser associados à ocupação pela posse dos “fundos territoriais” das grandes propriedades pecuaristas-charqueadoras, que tinham suas áreas localizadas, em maior proporção, nas terras baixas da Planície Costeira. Esses sujeitos históricos estão associados aos processos de mestiçagem e de precarização do acesso à terra e à agricultura de autoconsumo.

É fato o enorme significado que a colonização europeia não-portuguesa representou no processo de consolidação da agricultura de base familiar, em pequenas propriedades rurais no Rio Grande do Sul. Porém, é necessário salientar que os chamados posseiros se constituíram nos precursores dessa forma de ocupação do território, por meio da posse da terra. Como afirmam Lando e Barros (1992),

Se atentarmos para as raízes sobre as quais se assenta o regime da pequena propriedade rural, veremos que nelas se encontram os intrusos e posseiros que, investindo contra o sistema de direito e o sistema de força da classe latifundiária, procurarão impor-se pela violência, no processo histórico de gestação da propriedade camponesa (LANDO; BARROS, 1992, p. 38).

Analisando os fatos históricos, principalmente os ocorridos no século XIX, entende-se que esse foi um século de profundas mudanças estruturais: em 1808, a vinda da família real para o Brasil; em 1815, a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal, com todas as implicações desses dois fatos. O casamento de D. Pedro I com a grã-duquesa da Áustria, Maria Leopoldina de Habsburg, em 1817, contribuiu para reforçar os laços econômicos e políticos com as unidades político-administrativas que conformavam o Império Austro-Húngaro e que, posteriormente, dará origem ao Estado Nacional da Alemanha. Consequentemente, a partir do primeiro quartel do século XIX ocorrerá a imigração de população dessas regiões para o Brasil (TUBINO, 2007).

O decreto oficial de imigração europeia não portuguesa data de 16 de março de 1820, declarando de forma explícita o interesse do governo imperial em incentivar a entrada de imigrantes alemães e aqueles de outros países que considerassem oportuno se estabelecerem no território brasileiro. O projeto era discriminatório, pois não incluía o trabalhador livre negro, o indígena e os mestiços. Esse fato fica evidenciado nas palavras de Piccolo (1997):

Galvão, nomeado pelo governo central, como todos os demais presidentes de província, se pronunciava a favor da colonização, vendo nela não apenas um projeto capaz de desenvolver economicamente o Rio Grande do Sul [...]. Para ele, que tinha como referência, especificamente, a colônia de São Leopoldo, a colonização deveria ser num país ainda escravista como o Brasil, fator de branqueamento da sociedade (PICCOLLO, 1997, p. 85).

O projeto de imigração alemã não era apenas de caráter econômico, mas, sim, integrava o universo ideológico da elite social e política brasi-

leira de “branqueamento” da sociedade. Ribeiro (1995, p. 437) também concorda com essa ideia sobre o projeto de branqueamento, na sua afirmação de que “[...] a população gringa resultante do empreendimento da colonização branqueadora ocupa, hoje, uma vasta ilha nos centros dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.

Com a volta de D. João para Portugal, em 1821, as Cortes Imperiais desejavam o retorno do Brasil à situação de Colônia, em contraposição a isso, D. Pedro I proclama a independência, em 1822, iniciando o primeiro reinado. O Reino de Portugal, inconformado, anuncia a vinda de tropas para assegurar a ordem portuguesa do território. O governo brasileiro contava com um efetivo pequeno de tropas militares, pois, com o retorno da Corte, o exército ficou com seu contingente reduzido. D. Pedro I, então, solicita ao Major Schaeffer<sup>6</sup> o recrutamento de jovens alemães para unirem-se ao exército, recebendo a patente de oficial (ROCKENBACK; FLORES, 2004).

Para cumprir as recomendações do Imperador, Schaeffer não mediu esforços para convencer seus compatriotas de que o Brasil era um paraíso. O governo brasileiro oferecia 77 hectares de terra, ferramentas, gado, sementes, auxílio financeiro nos dois primeiros anos e isenção de impostos nos dez primeiros anos.

Com esses atrativos, o recrutamento de jovens soldados foi um sucesso, pois ao final de 1824 foram formados 27 batalhões de recrutas alemães no Exército Brasileiro. Por exigência do governo alemão, os emigrados deviam renunciar à cidadania de origem. Esse procedimento se justificava porque as autoridades alemãs não desejavam que emigrados arrependidos voltassem à terra natal. Em 1846, criou-se a Lei Imperial nº 397, específica para a naturalização dos colonos vindos para São Lourenço do Sul, que garantia a cidadania brasileira prometida por Schaeffer na Europa (ROCKENBACK; FLORES 2004).

---

6. O major Jorge Antônio von Schaeffer foi um oficial alemão a serviço no Brasil. Este militar recebia comissão sobre o número de famílias que emigravam para outros continentes. Schaeffer propagou o projeto de colonização no Rio Grande do Sul, prometendo terras e muitas vantagens aos seus conterrâneos (SCHIERHOLT, 2002).

Contudo, o período do reinado de D. Pedro I (1822-1831) foi marcado por grandes turbulências. A imigração alemã dirigida, que havia iniciado com entusiasmo especialmente no Rio Grande do Sul, onde a função social do imigrante era não só ocupar a terra, mas também garantir a posse do território e demarcar as fronteiras ao sul do País, passou por um período de interrupção. Segundo Tubino (2007), em 15 de dezembro de 1830 teve início uma estagnação imigratória geral, provocada pela desastrosa Lei do Orçamento, que cancelava toda e qualquer ajuda financeira à colonização estrangeira em todo o País e no Rio Grande do Sul, em especial, pela Revolução Farroupilha (1835-1845).

A abdicação de D. Pedro I, em 1831, fez o Brasil viver nove anos de Regência que culminaram com a maioridade antecipada de D. Pedro II, então, com 15 anos de idade. D. Pedro II acreditava que a presença alemã seria benéfica ao Brasil, pois o imigrante traria consigo uma visão cultural, técnica e econômica capaz de colaborar para o desenvolvimento tanto da agricultura quanto de outras atividades relacionadas ao processo de formação das cidades no Brasil.

D. Pedro II, consciente das vantagens que a imigração traria para o País, em 1844, determina a vinda de alemães, para povoar a região onde atualmente é o município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, reabrindo, também, a imigração para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A predominância de alemães nos projetos mais consistentes de colonização pode ser explicada pela presença influente de indivíduos de origem germânica junto ao governo imperial brasileiro e por seu papel na orientação da política imigratória nos seus primórdios. Os nomes das colônias (Leopoldina, São Leopoldo, São Pedro de Alcântara) remetem à Imperatriz Leopoldina e seu filho D. Pedro II.

Na segunda metade do século XIX, com a abolição do tráfico de escravos pela promulgação da Lei Eusébio de Queiróz, de 1850, apresentou-se um cenário de instabilidade econômica, principalmente relacionada às grandes lavouras de base escravocrata, pois o Governo Brasileiro tinha no escravo a fonte de abastecimento de mão de obra nos latifúndios. A saída foi reforçar os acordos comerciais com a Alemanha e estimular a vinda de imigrantes.

A colonização do Brasil foi marcada por caráter absolutamente mercantilista, direcionando-se para a exploração em larga escala de produtos primários para exportação. As concessões de sesmarias eram caracterizadas pela extensiva exploração das terras e vigoraram no Brasil de 1530 a 1822. No século XIX, a situação de aquisição de terras no Brasil havia se tornado caótica. Em 1822, a obtenção de terras através do sistema de doação de sesmarias foi extinta. A Lei de Terras, regulamentada em 1854 através do Decreto n. 1318 de 30 de janeiro, definiu a significação de terras devolutas, aboliu a gratuidade de lotes aos colonos, estabelecendo como único título de posse a compra; criou a Repartição Geral das Terras Públicas que teria a seu cargo a delimitação, a divisão e proteção das terras devolutas e a promoção da colonização nacional e estrangeira; conferiu aos colonos estrangeiros, proprietários de terras, a naturalização de direito, após certo tempo de residência e a dispensa do serviço militar (LAZZARI, 1980).

Pode-se compreender que a imigração alemã para o Brasil teve como objetivo a vinda de um efetivo para a ação militar, para o povoamento do extremo sul do País e para a instalação de um tipo de agricultura familiar, com homens livres e baseada na policultura, fornecedora de produtos agrícolas para o mercado interno.

Salamoni (2000) analisa o processo imigratório como elemento que reforça e consolida o papel da economia gaúcha enquanto periférica e subsidiária em relação ao centro do país, isso porque a abolição da escravidão acentuou a demanda por gêneros alimentícios dos agora trabalhadores livres. Ocorre que a produção agrícola para o atendimento dessa demanda não poderia se dar no centro do país, onde oferecesse ameaça ao caráter monocultor e latifundiário da produção de café. Seria necessário que esses gêneros alimentares fossem produzidos em outra localidade e por outrem:

Os núcleos coloniais formados no sul do Brasil preenchiam os requisitos exigidos para tal função, principalmente porque sua localização geográfica, fora dos limites das fazendas cafeicultoras, não representava nenhuma ameaça à hegemonia do latifúndio. Pelo contrário, a existência de núcleos bem-sucedidos de pequenos proprietários agrícolas, produzindo

em termos de subsistência, atuou também como ‘chamariz’ para atrair novas levas de imigrantes que, posteriormente, seriam desviados para as fazendas de café, engrossando ainda mais o contingente de mão-de-obra assalariada nestas áreas (SALAMONI, 2000, p. 24).

Até a chegada dos primeiros colonos imigrantes alemães, o Rio Grande do sul era uma Província quase despovoada, baseada na ocupação da terra pelas sesmarias, e a base da economia era a pecuária e a produção de charque e couro. Em julho de 1824, os primeiros alemães chegam ao Sul do Brasil, sendo assentados à margem sul do Rio dos Sinos, onde a antiga Real Feitoria do Linho-Cânhamo fora adaptada para servir como sede temporária aos recém-chegados, no atual município de São Leopoldo.

As dificuldades enfrentadas ao longo do período de ocupação territorial ajudam a construir em terras brasileiras a figura do “pioneiro”<sup>7</sup> – como desbravador da floresta e o fundador das colônias alemãs – que aparece frequentemente como tema da literatura sobre imigração alemã no Brasil. Nos relatos e histórias de vida dos imigrantes, ao longo do processo de colonização, são descritos conflitos na demarcação da terra, dificuldades na derrubada da mata, problemas com o povoamento disperso, precariedade das estradas e do transporte, iminência de doenças e eventos climáticos, endividamento e dependência em relação aos comerciantes já estabelecidos, entre outros.

As continuidades da ação dos agenciadores durante o Império e a propaganda oficial das empresas particulares de colonização atraem, principalmente, não só camponeses, mas também trabalhadores urba-

---

7. Waibel (1979) considera que o imigrante desempenha o papel de “pioneiro” por ser o primeiro homem a penetrar na mata, tornando-a acessível ao processo civilizatório, nos moldes europeus. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar padrões de vida. “Sim, empregamos o conceito de pioneiro também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual!” (WAIBEL, 1979, p.281-2). Ainda, o agricultor pode ser denominado como tal por constituir uma zona pioneira, nas palavras do autor: “Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena” (WAIBEL, 1979, p. 282).

nos e artífices, em busca de melhores condições de vida. Nesse contingente estão professores, artesãos, operários, refugiados políticos e até indivíduos com recursos financeiros para dedicar-se a atividades comerciais e industriais.

Segundo Bergamaschi (2007), foi a possibilidade de inclusão social, concretizada pela posse da terra, que moveu os imigrantes europeus para o Brasil. Com isso, diante da incapacidade financeira de adquirir terras em seu país de origem, surge a alternativa de realizar esse desejo em uma pátria distante, alcançando, desse modo, estabilidade e segurança para a família. A escolha dos alemães, porém, foi ditada pela imagem do agricultor eficiente cultivada por uma parte da elite imigrantista, embora recebesse críticas contundentes de setores nacionalistas preocupados com a introdução em massa de gente com língua, cultura e religião muito diferentes da realidade brasileira.

Nesse contexto, configura-se, historicamente, o processo de instalação dos colonos no sul do Rio Grande do Sul, como explica Grando (1989, p. 73),

A Serra dos Tapes foi dividida em pequenas propriedades, estabelecendo-se ali imigrantes que não chegavam, na maioria dos casos, diretamente da Europa, e sim de colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul e mesmo de outras Províncias.

Daí surgem as iniciativas particulares de colonização, contribuindo para o parcelamento da terra (desconcentração fundiária), para a diversificação produtiva e, não menos importante, para a formação da diversidade étnico-cultural<sup>8</sup>. Na geografia atual, a zona colonial situada sobre

---

8. Em 1849, tem-se a criação de colônias, em Pelotas, de caráter particular, como a colônia D. Pedro II, que se formou a partir da atuação da Associação Auxiliadora da Colonização. As colônias Nova Cambridge e Monte Bonito são fundadas em 1850, respectivamente, por irlandeses e alemães prussianos. A colonização com imigrantes franceses se dá a partir de 1879, também na região da Serra dos Tapes, formando a Colônia Santo Antônio, por iniciativa do comerciante João Pinheiro. Em 1881, o Governo Imperial criou algumas colônias, sendo que a que obteve êxito foi a Colônia Maciel, que em 1883 passa a receber imigrantes italianos (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013).

a Serra dos Tapes distribui-se entre os municípios de Pelotas, Arroio do Padre, Morro Redondo, Canguçu, São Lourenço do Sul e Turuçu.

Inicialmente, o modelo econômico predominante na região baseava-se nas estâncias e charqueadas que compunham o conjunto da atividade saladeiril, a qual trouxe muita riqueza à área meridional do estado e impulsionou a industrialização do Rio Grande do Sul, concentrada nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Era comum que os charqueadores fossem proprietários de uma *data*<sup>9</sup> de mata na Serra dos Tapes, muito embora, anteriormente ao processo colonizador, a região havia sido território de intensa ocupação indígena, associada arqueologicamente à tradição tupi-guarani (AFFELDT, 2007).

O grande impulso à colonização na Serra dos Tapes foi dado em 1858, pela criação da Colônia Rheingantz, no atual município de São Lourenço do Sul, que na época fazia parte do território de Pelotas, resultado de um empreendimento idealizado e coordenado pelo empresário alemão Jacob Rheingantz. Tratava-se de uma corrente imigratória de língua alemã, porém com forte predominância da etnia pomerana, cuja presença é um diferencial na composição étnica da zona colonial da Serra dos Tapes. Os imigrantes pomeranos eram majoritariamente protestantes. Esta situação os isolava das comunidades luso-falantes católicas, dificultando contatos linguísticos e casamentos interétnicos.

A discriminação religiosa nos períodos colonial e imperial foi explícita, pois o catolicismo era a religião oficial. No início do Império a Constituição de 1824 suavizou as perseguições religiosas e permitiu o culto protestante entre os colonos alemães, mas também proibiu sua manifestação pública, a construção de igrejas luteranas e restringiu a cidadania plena aos católicos (FACHEL, 2002, p. 145).

---

9. Eram porções de terras brasileiras doadas pelo reino de Portugal aos açorianos no sistema de sesmarias ou também chamada de *data* de terra e tinha por objetivo fundamentalmente ocupar e explorar estas terras e dominá-las enquanto área colonial. As *datas* possuíam área inferior as sesmarias e variavam entre 200 e 300 hectares (ROCHA; MIORIN, 1989).



Os pomeranos que migraram para o Brasil eram provenientes de uma região do Império Austro-Húngaro onde a atividade agrícola era a principal base da economia, com os pequenos produtores encontrando-se vinculados aos grandes proprietários da terra e para quem deveriam produzir (SALAMONI; ACEVEDO; ESTRELA, 1995). O nome Pomerânia tem a sua origem em *Po Morje*, que na língua *wende* significa “terra perto do mar” (RÖLKE, 1996).

Ribeiro (1995) afirma que a identidade cultural dos imigrantes do Brasil sulino decorre da segregação que estes enfrentaram após sua chegada, quando se inseriram em uma sociedade profundamente distinta, com a qual não conviviam.

Além de São Lourenço e Pelotas os Pomeranos formaram núcleos em São Leopoldo-RS, nos Estados do Espírito Santo e Santa Catarina. Entretanto, por estarem em uma região de predominância luso-brasileira, os pomeranos de Pelotas – São Lourenço do Sul, talvez sejam os que mais conseguiram manter suas tradições, porque fecharam-se fortemente em suas comunidades, cristalizando sua cultura com menor influência de outras etnias (SALAMONI; ACEVEDO; ESTRELA, 1995, p. 23).

Os imigrantes alemães e pomeranos, denominados colonos, estabeleceram a policultura de autoconsumo com base no trabalho familiar. Os colonos não utilizavam mão de obra externa e todos os membros da família se envolviam em tarefas da casa e na produção agrícola. Outros grupos étnicos de origem portuguesa, italiana, francesa e africana se estabeleceram pelo território da Serra dos Tapes. Assim, em 1900, havia 61 colônias conforme o *Relatório da Intendência Municipal* de 1922, sendo que em 28 dessas colônias a origem dos colonos era de alemães e pomeranos (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

O período turbulento do Estado Novo, próximo à segunda grande guerra mundial e marcado por manifestações hostis, influenciou o modo de vida desses imigrantes, bem como sua socialização, desempenho econômico provindos das atividades agrícolas e sua reprodução social. Enfrentando as dificuldades, os colonos desenvolveram um sistema econômico com base em produtos desenvolvidos no interior de suas

propriedades: vitivinicultura, doces em pasta, indústria de conservas de pêssego e aspargos, além da produção de alimentos destinados ao comércio da região de Pelotas. Com essa estratégia, determinados colonos puderam acumular uma quantia relativa de capital que foi utilizado para a edificação de moinhos, os quais serviram para a produção de farinha de trigo e de milho, bem como para as primeiras fábricas de conservas.

No Governo de Getúlio Vargas, houve apoio aos grupos industriais maiores através de incentivos fiscais e de crédito, introduzindo um cenário de restrições e tensões com relação às dificuldades legais, como normas sanitárias e trabalhistas, reprimindo as pequenas indústrias. Assim, os produtores foram condicionados a serem fornecedores de matéria-prima para a indústria processadora, caso do pêssego, do aspargo e do tomate, principalmente. Recentemente, as indústrias estão estabelecidas no município de Morro Redondo e de Pelotas. Embora tenha havido uma crise na cultura do pêssego, pelos baixos preços recebidos pelos produtores entre os anos de 2000 a 2005, desestimulando e erradicando, em alguns casos, os cultivos de pomares de pêssego, atualmente, observa-se uma retomada da persicultura. Ainda, como exemplos de integração da agricultura com as indústrias tem-se a cultura do tabaco e a prática da silvicultura.

O resultado dos processos histórico-geográficos na Serra dos Tapes foi a formação de comunidades rurais com determinadas características socioculturais, compartilhadas por camponeses de distintas origens étnicas<sup>10</sup>. Dentre as práticas sociais comuns a esses agricultores familiares pode ser identificada a organização econômica, baseada

---

10. Na coletânea intitulada *Saberes e Sabores da Colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do Rural*, organizada por Renata Menasche, são apresentados os resultados de pesquisas que tomam a cultura como tema central e a Serra dos Tapes como recorte territorial. “Por agregar vários dos estudos realizados no âmbito da agenda de pesquisa Saberes e Sabores da Colônia, onze dos trabalhos reunidos nesta coletânea têm seu universo empírico circunscrito à chamada Serra dos Tapes, que delimita áreas que, no sul do Rio Grande do Sul, foram historicamente ocupadas por grupos indígenas, negros fugidos ou libertos da escravidão e camponeses com origem na imigração europeia, os colonos” (MENASCHE, 2015, p. 8).

na produção diversificada de gêneros agrícolas em associação com a pecuária para o autoconsumo, e, por vezes, especializada em produtos para o mercado.

Como enfatizam Salamoni e Waskiewicz (2013), a produção diversificada foi a mola propulsora da agricultura nos núcleos coloniais da Serra dos Tapes, onde os colonos praticavam, ainda, a produção artesanal de alimentos para consumo doméstico e o artesanato de produção de ferramentas e equipamentos agrícolas.

Aspectos relacionados às condições climáticas, combinados às estruturas de solo dessa região, forneceram as condições necessárias para a diversificação de cultivos. A região, num primeiro momento, privilegiou a fruticultura em uma escala comercial, com a cultura do pêssego, muito difundida nos municípios de Pelotas, Morro Redondo e Canguçu. Aliado ao desenvolvimento da industrialização desse produto no ramo de doces e conservas, inclusive ganhando o cenário nacional, configurou-se um setor agroalimentar expressivo na região, representado por mais de uma centena de agroindústrias que processavam os produtos advindos da agricultura familiar regional.

A expansão urbana, a partir das décadas de 1940 e 1950, combinada com o crescimento dos empregos nas cidades, permitiu uma ascensão da comercialização do excedente físico da atividade policultora das colônias no mercado local e regional, possibilitando a permanência e reprodução social e econômica da agricultura familiar (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013).

A partir da década de 1960, houve uma queda nos moldes da produção artesanal colonial, ofuscada pela ascensão da industrialização dos processos de produção, levando a uma relativa especialização da produção para o mercado daqueles produtos passíveis de maior transformação industrial sobre aqueles oriundos das produções de pequena escala. Grando (1989) indica essa transformação no município de Pelotas, identificando uma concentração industrial no ramo de produtos alimentícios no município e um desmantelamento da produção de pequena escala.

Nesse sentido, destaca-se que a indústria passa a orientar determinados tipos de cultivo, participando de todos os processos da produção,

até o seu processamento final, foi o caso do Complexo Agroindustrial de Doces e Conservas, particularmente no município de Pelotas.

Conforme explicam Salamoni e Waskiewicz (2013):

Essa relação de dependência ao capital monopolista, representado pelas grandes empresas, reduziu o produtor à situação de mero fornecedor de matéria prima e comprador de produtos industriais [...] criou relações diretas de exploração entre empresários industriais e colonos, quando o trabalho excedente na zona rural foi canalizado para a indústria fazendo emergir a categoria de agricultores pluriativos (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013, p. 88).

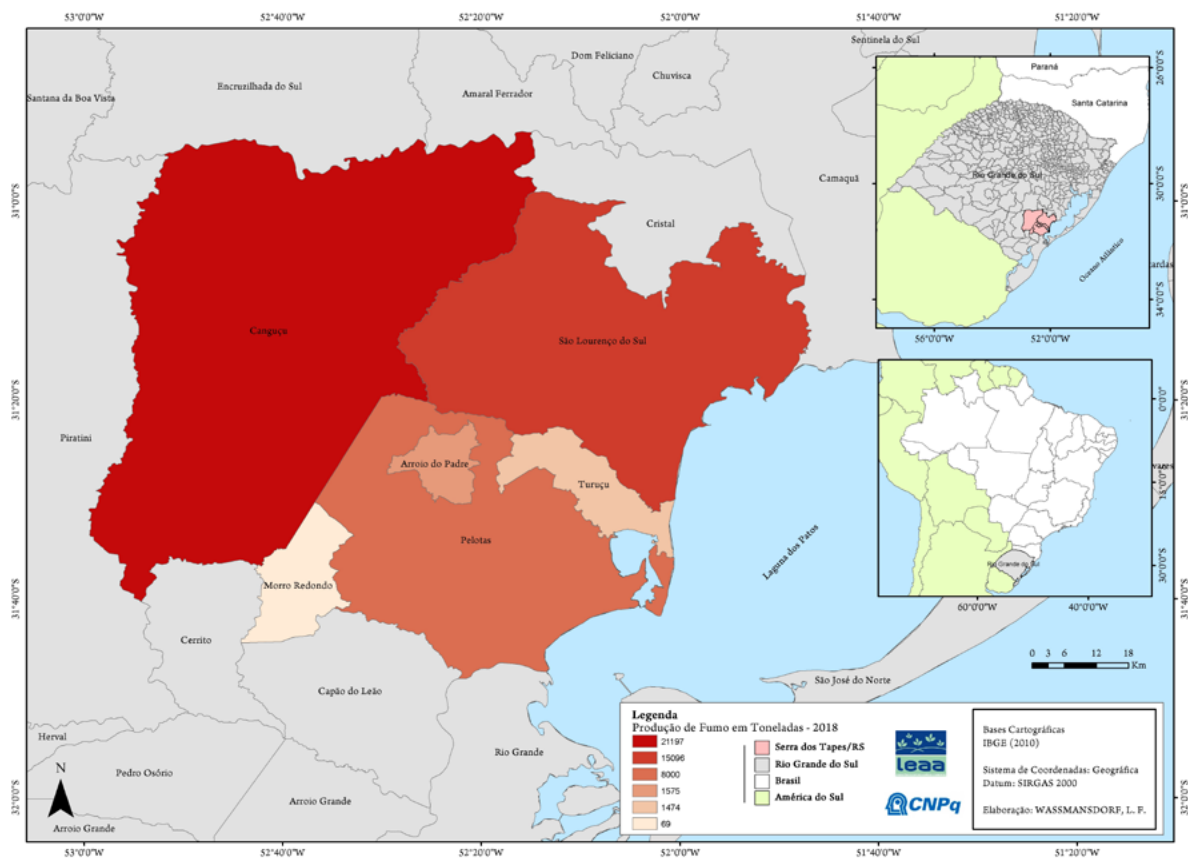
Visto dessa forma, sabe-se que esse vínculo com o capital comercial e industrial passa a ser uma realidade na vida dos agricultores dessa região, justamente porque a produção passou a ser destinada aos setores externos da agricultura, o que, invariavelmente, sujeita essa produção a participar da competição de mercado capitalista, moldando os agricultores a um processo de autonomia e subordinação ao mesmo tempo, materializado em formas específicas de trabalhar a terra com os meios de produção disponíveis (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013). Na região da Serra dos Tapes, esse processo encontra-se representado pela produção de tabaco, pêssago e leite, ainda com destaque para o crescimento da produção de soja.

A produção de tabaco, por exemplo, aparece de forma marcante em Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, demonstrando uma enorme expressividade, em que a região representa a expansão do complexo fumageiro do Vale do Taquari e do Vale do Rio Pardo, localizados no centro do Rio Grande do Sul, para o sul do estado. Os municípios ocupam posição de destaque na fumicultura; Canguçu produziu uma média de 25 mil toneladas por ano entre os anos de 2013 e 2017, sendo que São Lourenço do Sul apresentou, no mesmo período, uma média de 21 mil toneladas, embora tenha havido uma pequena queda de 2014 em diante. Além desses municípios, Pelotas tem uma expressiva contribuição, ao passo que registra no mesmo período uma média de 9,5 toneladas. Canguçu já apresenta quase o dobro do rendimento de Santa

Cruz do Sul, município que, historicamente, tem expressividade nesse cultivo. São Lourenço do Sul representa, atualmente, o segundo município do estado do rio Grande do Sul em produção de tabaco (Figura 11).

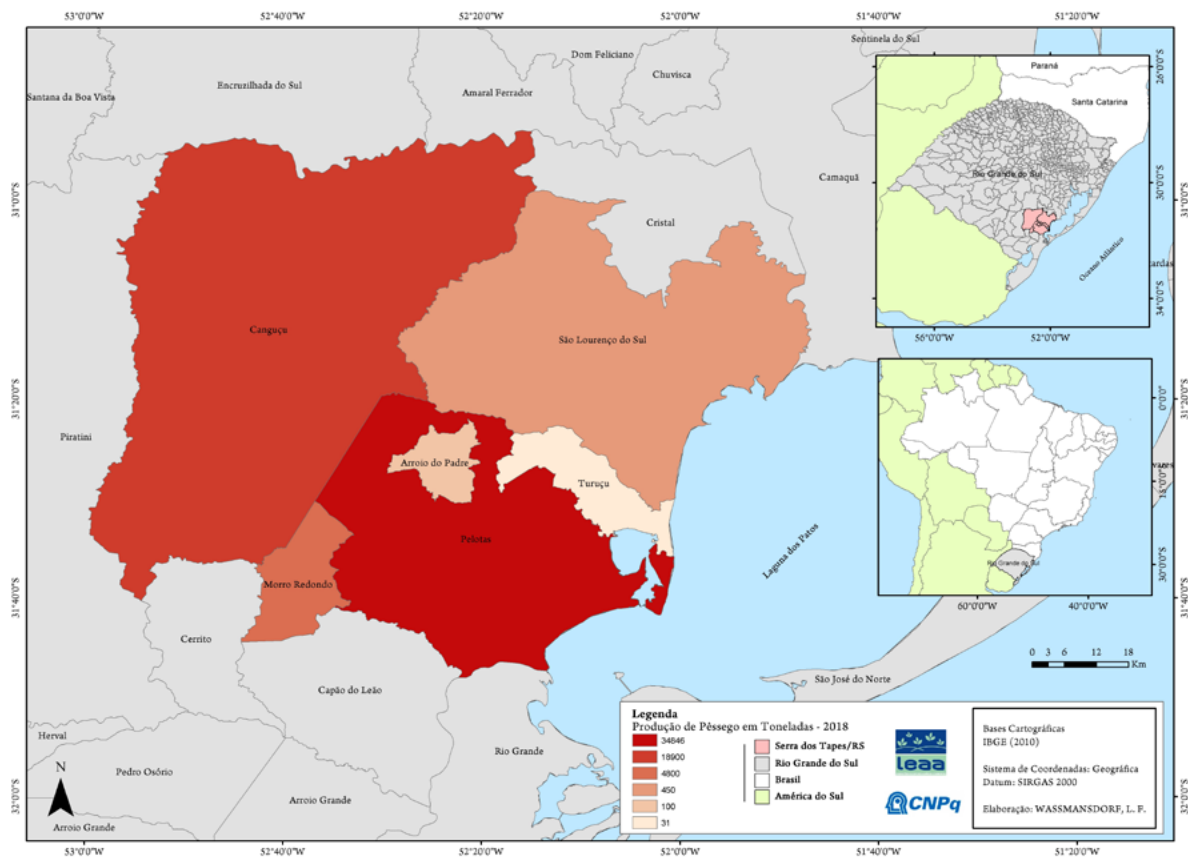
A produção de pêssego, como destacado anteriormente, sempre foi a tônica na produção agroindustrial, principalmente nos municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul. A produção destina-se tanto às agroindústrias, para fabricação de doces em calda e sucos, quanto para o consumo *in natura* (variedades de pêssego de mesa), porém, a região é considerada produtora de variedades para o processamento industrial. Atualmente, a produção vem crescendo nos municípios da Serra dos Tapes; em Canguçu, atingiu praticamente 19 mil toneladas em 2017 e, em Pelotas, berço da persicultura, cerca de 47,5 mil toneladas no mesmo ano, inclusive destoando de anos anteriores, nos quais a produção era de 30 mil toneladas em média. Morro Redondo, com uma produção de 6 mil toneladas, também demonstra uma grande expressividade nesse cultivo agrícola (Figura 12).

A produção de leite também se mostra relevante, principalmente nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul, situando os municípios dentre os maiores produtores do estado. São Lourenço do Sul, com 44 mil litros em 2016, representa uma das maiores produções por município do estado e Canguçu, atingindo um volume médio de 26 mil litros no mesmo ano, também expressa a sua importância. Pelotas registrou, em 2016, uma produção de cerca de 20 mil litros, caindo um pouco em média em relação aos anos anteriores, mas, mesmo assim, reiterando a sua devida importância dentro da cadeia produtiva do leite. Diante disso, a região demonstra ser uma das maiores bacias leiteiras do Estado, com uma produção semiespecializada para o mercado no contexto da agricultura familiar da região (Figura 13).

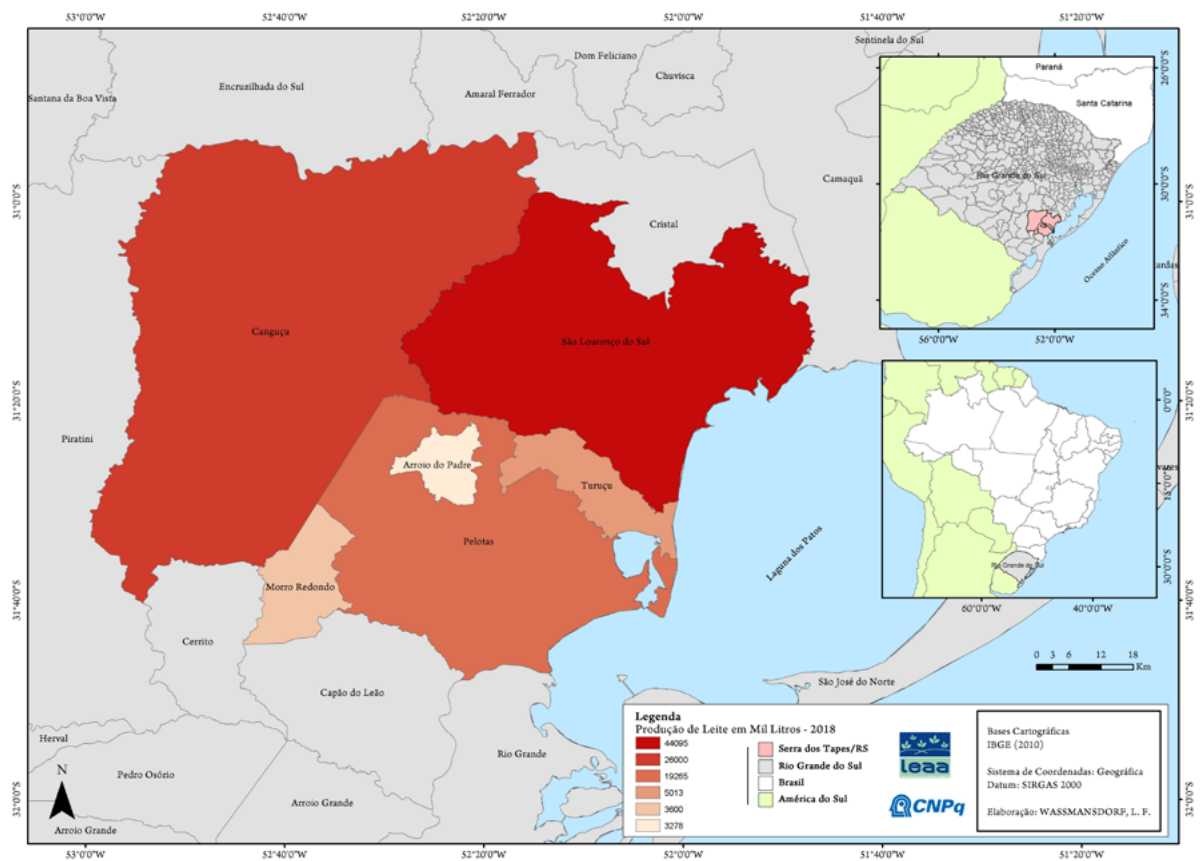


**Figura 11** – Mapa da produção de tabaco na Serra dos Tapes.

Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010, 2017).



**Figura 12** – Mapa da produção de pêssigo na Serra dos Tapes.  
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010, 2017).



**Figura 13** – Mapa da produção de leite na Serra dos Tapes.

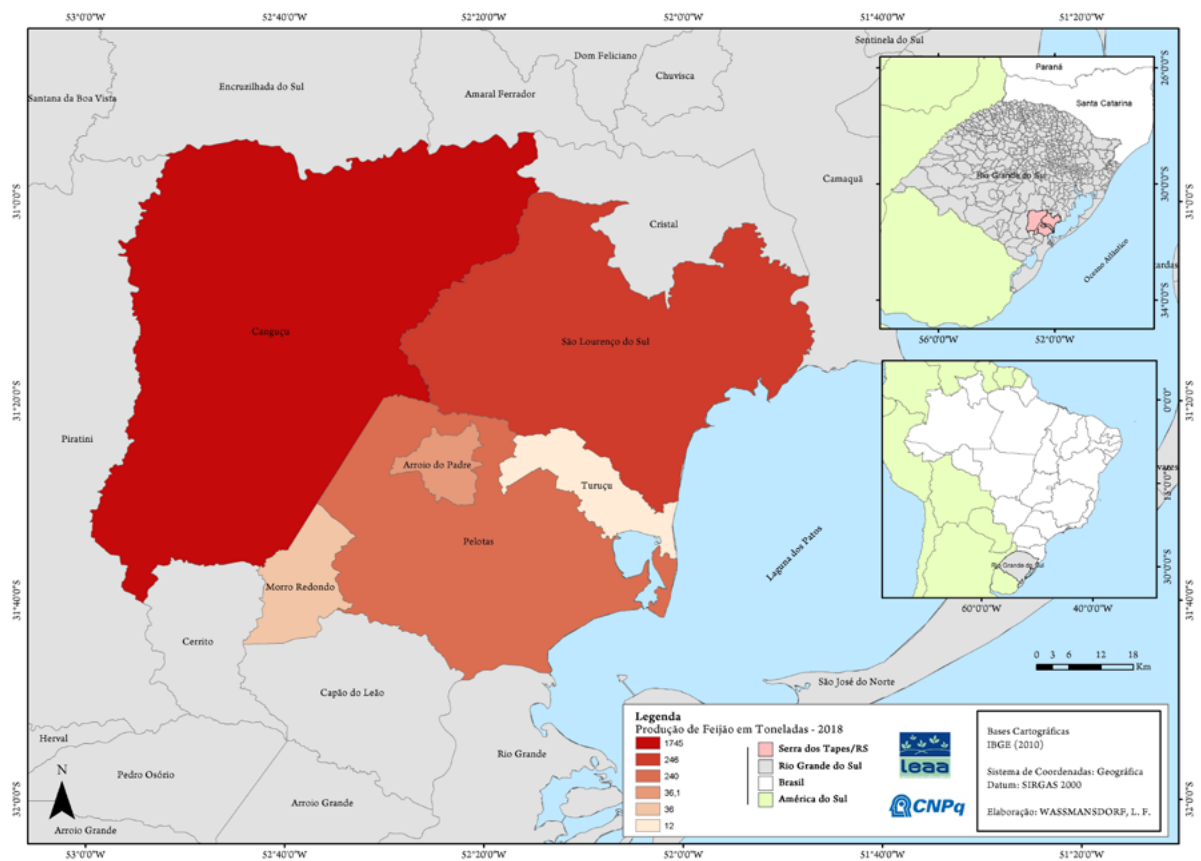
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2017).



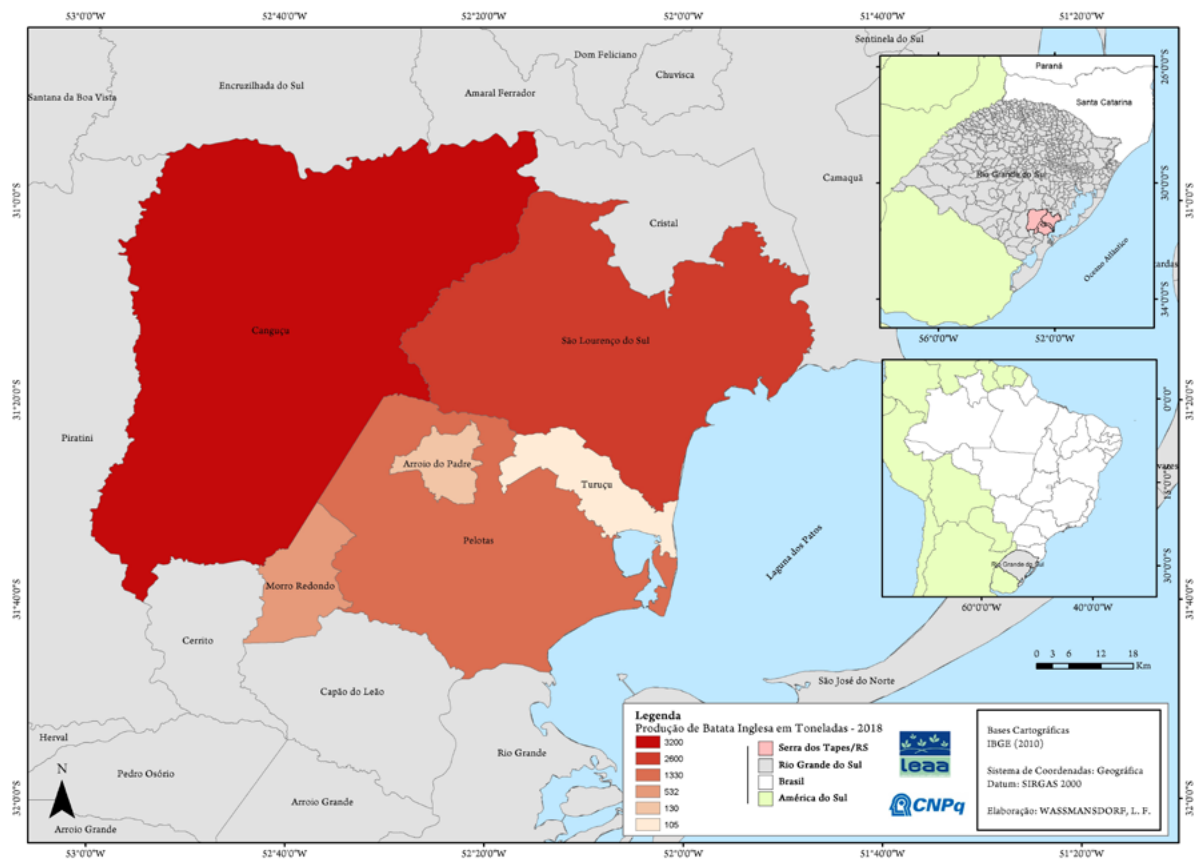
Salamoni e Waskiewicz (2013) evidenciaram mudanças nesse processo, destacando a autonomia parcial desses sujeitos por meio da manutenção da produção para o autoconsumo, combinada com a produção para o mercado. O autoconsumo é de extrema importância para os agricultores familiares – regionalmente também chamados de colonos –, pois representa uma economia de renda para o agricultor, evitando os gastos com a compra de produtos no mercado.

O fato de os colonos integrados estarem submetidos à tecnologia, ao financiamento e à comercialização, não significa que não possuam uma autonomia, ainda que parcial, sobre o processo produtivo. Mesmo estando sob os parâmetros da produção moderna e capitalizada, isso não eliminou sua capacidade de dispor de seus meios de produção, segundo a lógica interna de funcionamento das unidades camponesas, principalmente no que diz respeito à manutenção da produção de alimentos para o autoconsumo (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2003, p. 92).

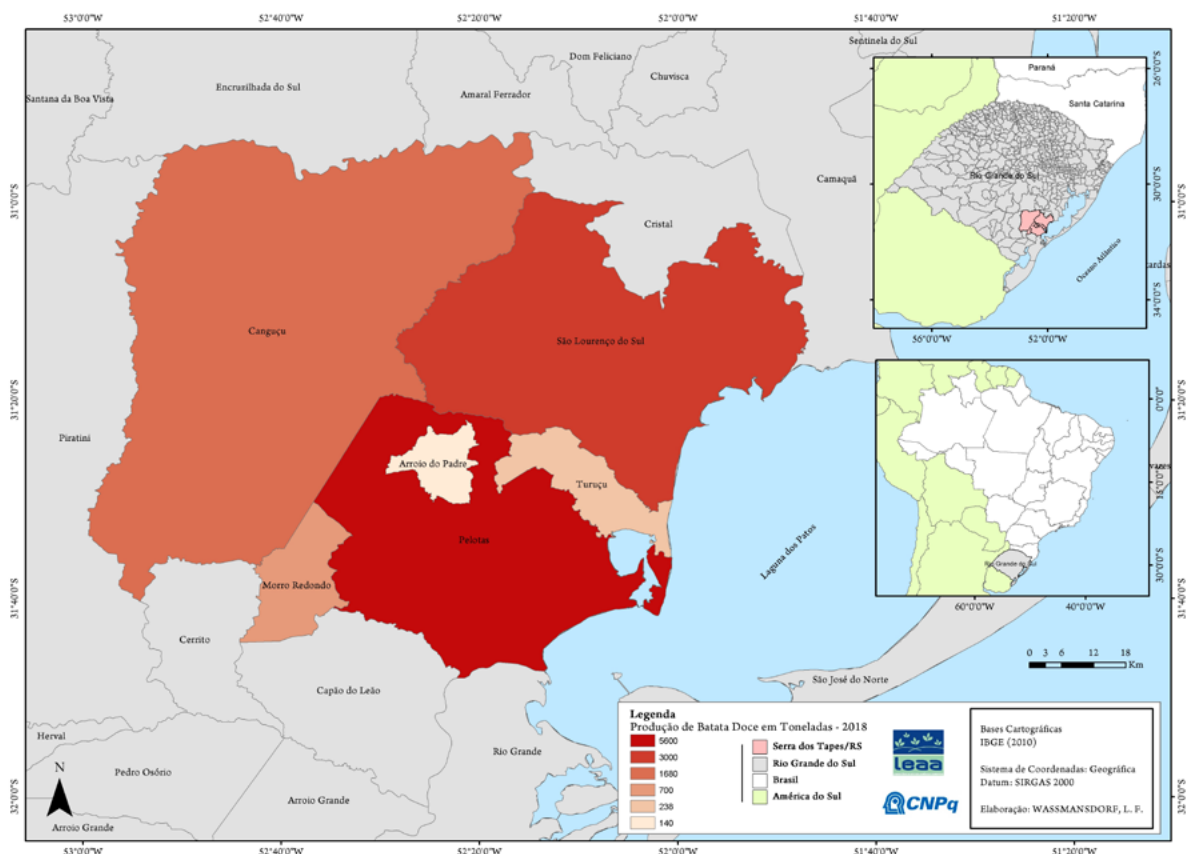
Esse fenômeno é percebido na região de estudo, pois se pode observar a manutenção de produtos como feijão, batata inglesa e batata doce de maneira bastante representativa como produção para o autoconsumo nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, embora parte dessa produção também seja destinada ao mercado (Figuras 14, 15 e 16).



**Figura 14** – Mapa da produção de feijão na Serra dos Tapes.  
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010, 2017).



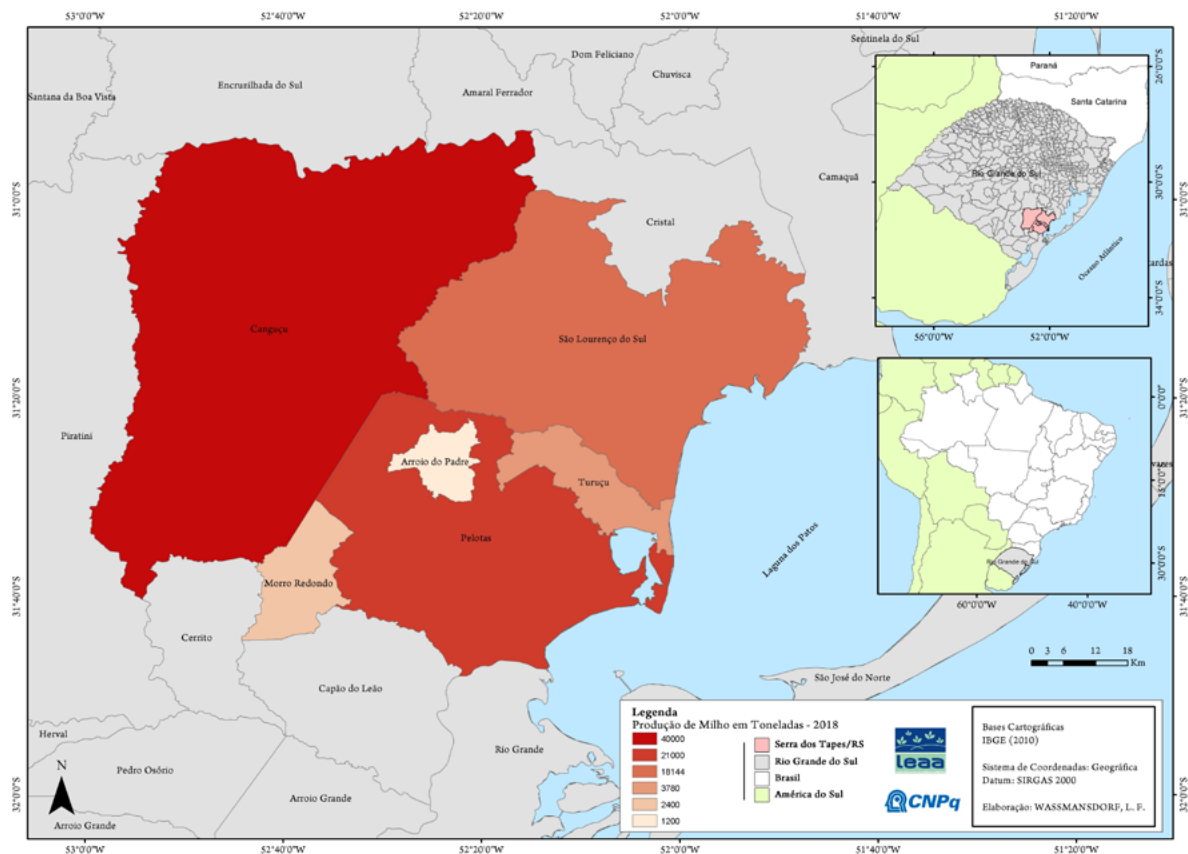
**Figura 15** – Mapa da produção de batata inglesa na Serra dos Tapes.  
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010, 2017).



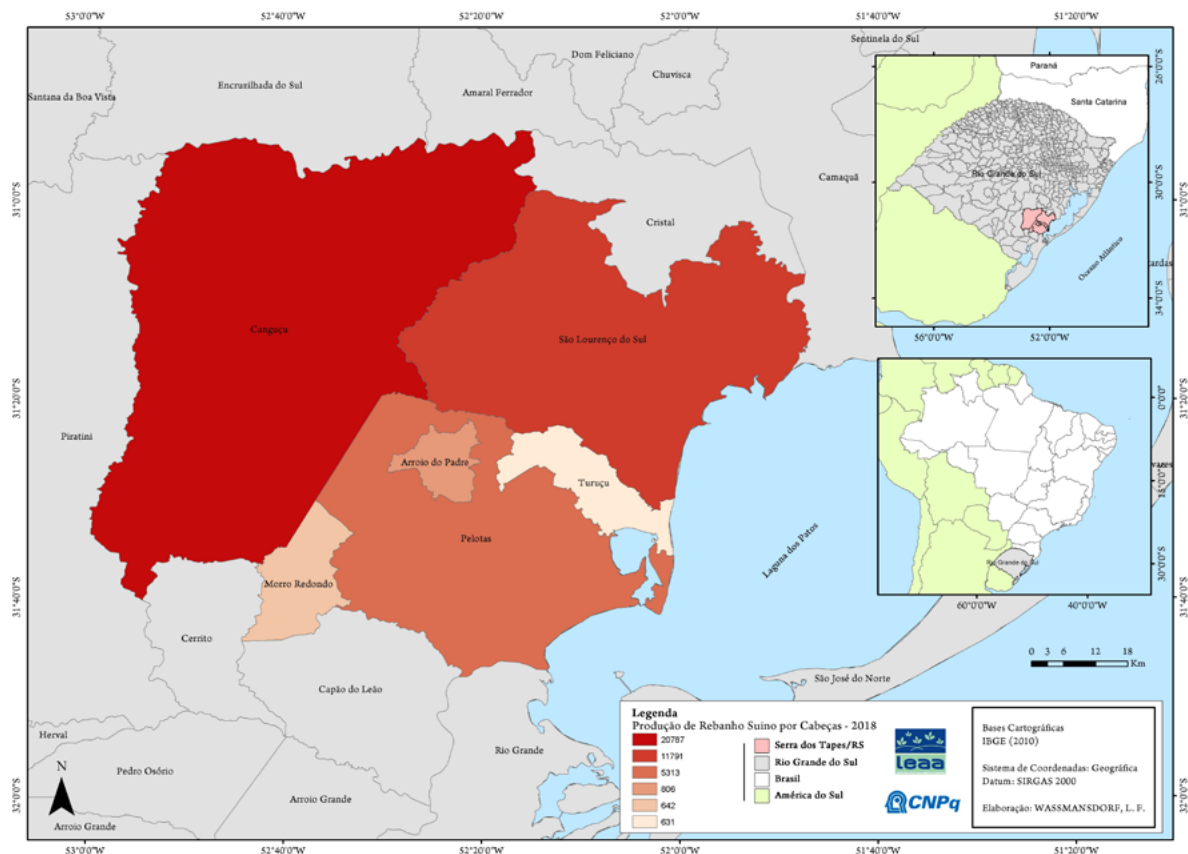
**Figura 16** – Mapa da produção de batata doce na Serra dos Tapes.  
 Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010, 2017).

O milho e a criação de suínos, que possuem a “marca” da agricultura colonial, mantêm-se no contexto da unidade de produção familiar na Serra dos Tapes. O milho pode ser consumido tanto na alimentação dos animais quanto na alimentação humana. Ao ser utilizado como ração animal para galinhas, porcos, bovinos, etc., por sua vez, passa a ser, novamente, consumido de forma indireta na carne e demais produtos de origem animal.

Os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul aparecem com significativo número de cabeças de suínos, com destaque para Canguçu que apresentou uma média/anual, nos anos 2013 e 2015, de 24 mil cabeças de animais. Sobre a expressividade da produção de milho, pode-se dizer que esses municípios conformam a “região do milho” no sul do Estado (Figuras 17 e 18).



**Figura 17** – Mapa da produção de milho na Serra dos Tapes.  
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010, 2017).



**Figura 18** – Mapa da criação de suínos na Serra dos Tapes.  
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010, 2017).

Pode-se afirmar que o processo de modernização interferiu nas formas de produzir nos sistemas agrários familiares e, conseqüentemente, nos hábitos de consumo alimentar das famílias rurais, estabelecendo estratégias de reprodução socioeconômica influenciadas pelo mercado, relegando inclusive, em algumas situações, a produção para o autoconsumo a um segundo plano na organização interna das propriedades. Nesse caso, ressalta-se especialmente a produção de fumo e soja: no primeiro caso, pelo uso intensivo da mão de obra familiar, limitando o tempo de trabalho para outras atividades; no caso da soja, pelo uso da terra, provocando a retração das áreas de outros cultivos.

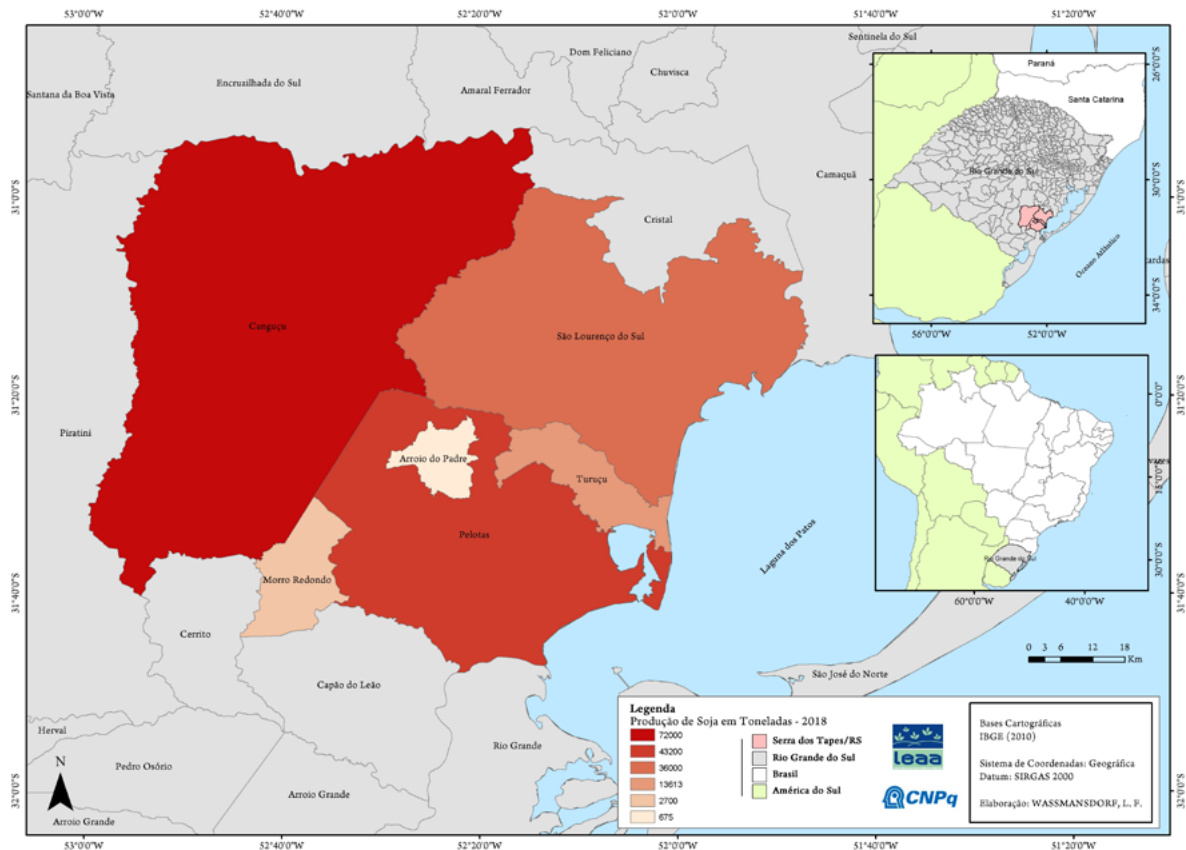
Por outro lado, a aproximação com o espaço urbano também influencia nos modos de vida dos agricultores, combinando a alimentação das famílias rurais, produzidas artesanalmente, com os alimentos industrializados. Ainda assim, não se pode dizer que a produção para o autoconsumo foi suprimida da organização socioprodutiva na Serra dos Tapes, pois os colonos, uma vez inseridos na sociedade moderna, buscam cotidianamente estratégias de reprodução social e territorial no espaço rural e, entre essas estratégias, destaca-se a produção para o consumo familiar. Além disso, outras culturas merecem destaque porque, além de servirem como alimentos básicos das rações de animais, são utilizadas como estratégia de mercado, como é o caso da soja<sup>11</sup>.

O principal componente da expansão do processo de modernização foi o aumento da produção da soja no período de 2014 a 2017, nos municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu. No município de Canguçu, o mais representativo no cultivo da soja, a produção é de aproximadamente 99 mil toneladas (Figura 19). Pode-se especular que a expansão da área do cultivo da soja produza como efeito a substitui-

---

11. O período compreendido entre 1970 e 1985 evidencia uma etapa caracterizada pela “revolução verde”, no qual se dá a ênfase na mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos via expansão da exploração comercial de cereais (soja e trigo). Este momento é marcado, entre outros aspectos, pelo chamado *boom* da soja, principalmente, nas regiões das Missões e Planalto Médio do RS. Posteriormente, no início dos anos 2000, com o advento dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM's), ocorreu uma expansão do cultivo da soja transgênica para outras regiões do estado do Rio Grande do Sul.

ção de outros cultivos, como é o caso do milho, feijão e das pastagens para pecuária leiteira. Entretanto, esse fenômeno necessita ser mais bem estudado.



**Figura 19** – Mapa da produção de soja na Serra dos Tapes.

Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010, 2017).

Haja vista as características de solos e a possibilidade de mecanização das áreas de cultivo, indiscutivelmente, a matriz econômica e produtiva dessa região vem sofrendo mudanças, com ênfase na expansão da cultura de soja, ao lado da produção leiteira e da fumicultura. O fato a ser destacado é que, nas últimas décadas, houve transformações profundas na fisionomia da região da Serra dos Tapes com a introdução do cultivo dessa *commodity* agrícola. Possivelmente, diante de um cenário no qual a expansão da soja e o processo de mercantilização que lhe é característico tende a comprometer a diversificação da matriz



econômica, irá aumentar a dependência dos agricultores em relação aos mercados internacionais, sobretudo os que definem o preço da soja.

Ao lado das dinâmicas socioprodutivas, observa-se, desde os anos 90 do século XX, um intenso processo de desconcentração fundiária na Serra dos Tapes, provocado pela instalação de assentamentos rurais, sobretudo no município de Canguçu.

Muitos estudos<sup>12</sup> já foram realizados na perspectiva de analisar a formação dos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul<sup>13</sup> e, mais especificamente, na Serra dos Tapes. Tais pesquisas puseram em debate as condicionantes estruturais das políticas e dos projetos de assentamento na vida dos sujeitos que se reterritorializaram, focalizando as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias e as possibilidades do desenvolvimento rural na escala local.

O município de Canguçu concentra dezesseis assentamentos<sup>14</sup>, distribuídos no seu território (Figura 20) de modo a desencadear uma desconcentração fundiária, particularmente na sua porção norte, onde

---

12. Mencionam-se como importantes referências sobre a realidade dos assentamentos rurais do município de Canguçu, por privilegiar o contexto empírico como campo de análise, os trabalhos de David (2005), Machado (2014) e Priebbernow (2019).

13. Segundo dados do INCRA, o Rio Grande do Sul possui 345 assentamentos, distribuídos em 97 municípios, onde vivem mais de 12 mil famílias, em uma área de cerca de 294 mil hectares. Maiores informações disponíveis em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

14. “Atualmente, estão instalados 16 assentamentos em Canguçu, com pessoas originárias de diferentes regiões do Rio Grande do Sul e de estados vizinhos, como Santa Catarina. São os assentamentos: Doze de Julho (22 famílias), Nova Conquista (15 famílias), Nova Esperança (nove famílias), Nova Sociedade II (oito famílias), fundados em 1989. O assentamento Colônia São Pedro (sete famílias) foi fundado em 1991, seguido pelo Salso (19 famílias), em 1997 e o Arroio das Pedras (49 famílias), em 1998. Os assentamentos Boa Fé (quatro famílias), Renascer (90 famílias) e União (64 famílias) foram criados em 1999. Os demais assentamentos – Bom Jesus (11 famílias), Guajuviras/Novo Amanhecer (18 famílias), Herdeiros da Luta (57 famílias), Mãe Terra (12 famílias), Perseverantes na Luta (20 famílias) e Pitangueiras/Sem Fronteiras (23 famílias) – foram criados em 2001” (MACHADO, 2014, p. 37).

estão localizadas as propriedades rurais de maiores dimensões em área. A especificidade do município de Canguçu repousa no fato de que, embora seja conhecido como a “capital nacional da agricultura familiar”, seu espaço agrário é marcado pelo contraste entre as grandes propriedades, voltadas para a pecuária extensiva e a silvicultura, e os inúmeros estabelecimentos de agricultura familiar, pequenas propriedades, voltadas para uma produção diversificada. Nessa tradição, na policultura destacam-se a produção leiteira, o milho, o feijão, o tabaco e os hortigranjeiros. Conforme alerta David (2005, p. 84), “Todavia, a organização dos assentamentos rurais não se efetivou sem conflitos, e Canguçu foi, e é até hoje, cenário e palco desses conflitos”.

Mais recentemente, no ano de 2020, foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA o primeiro assentamento de reforma agrária do município de Pelotas, o Assentamento Herdeiros da Resistência. Foram assentadas 24 famílias em Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas (Figura 20), as quais receberam seus Contratos de Concessão de Uso (CCU<sup>15</sup>), documentos que as tornam oficialmente assentadas pelo programa de reforma agrária.

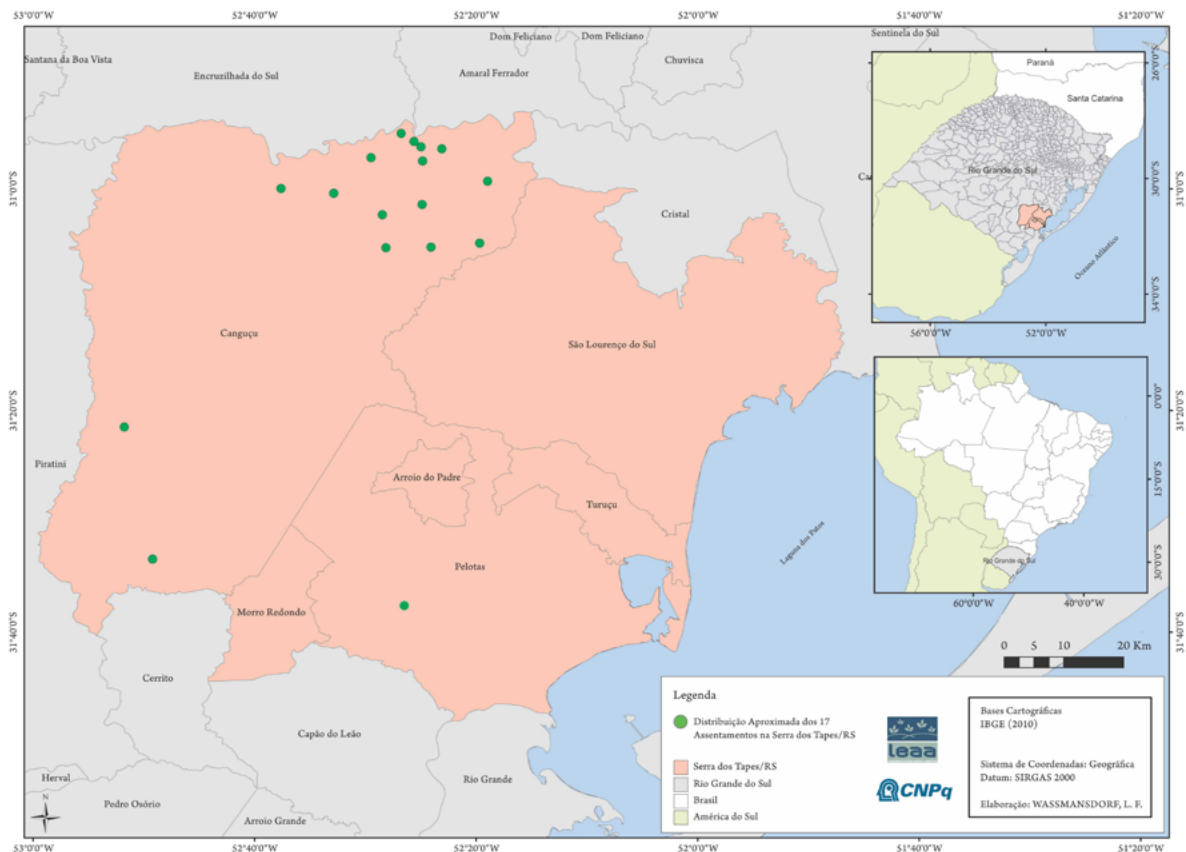
Assim se conformam as territorialidades camponesas, a partir da instalação de assentamentos de reforma agrária, produzindo uma diversidade de formas de uso do território<sup>16</sup>, identificadas pelas múltiplas estratégias produtivas e pelas diferentes manifestações de sociabilidade encontradas entre os assentados. Nas palavras de Ribeiro e Salamoni (2011, p. 195),

---

15. O CCU é um documento temporário, com validade de cinco anos e renovável por mais cinco. Após o período de uma década, o beneficiário fica apto à titulação, o que o torna proprietário definitivo das terras. Maiores informações disponíveis em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentados-de-pelotas-rs-recebem-primeiro-documento-da-terra.html>.

16. Toma-se aqui o conceito de “território usado” de Milton Santos (2012), dada a importância que essa categoria assume ao operacionalizar a análise do espaço geográfico como uma configuração territorial, na qual materialidades e imaterialidades são construídas de forma cumulativa ao longo do tempo (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

via de regra, um território, anteriormente estruturado pela presença da grande propriedade patronal fragmenta-se em lotes nos assentamentos formados por famílias organizadas com base na agricultura familiar, que ali vão viver, produzir e construir seu futuro no espaço rural.



**Figura 20** – Mapa da distribuição espacial dos assentamentos de reforma agrária na Serra dos Tapes. Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

O resultado dos processos histórico-geográficos na Serra dos Tapes foi a formação de comunidades rurais com determinadas características socioculturais, que apresentam uma variedade de formas materializadas em pequenas unidades produtivas, de dimensões físicas diversificadas, organizadas com base na divisão do trabalho familiar e na atividade policultora, tanto para o autoconsumo quanto para o mercado.

Assim, reconhece-se a constituição de uma organização familiar expressiva em números percentuais no rural contemporâneo. O que pode ser dimensionado pela elevada representação dos estabelecimentos agropecuários familiares em relação ao total de estabelecimentos nos seis municípios que compõem a Serra dos Tapes, nos quais a presença da agricultura familiar é de 90,6% em Pelotas, 93,7% em Arroio do Padre, 76,1% em Morro Redondo, 82,2 % em Canguçu, 86,6% em São Lourenço do Sul e 89,5% dos estabelecimentos em Turuçu (IBGE, 2017).

# A leitura da paisagem

A ciência geográfica tem no conceito de espaço geográfico um norteador teórico-metodológico na investigação da realidade, tanto em seu aspecto social quanto em seus elementos naturais, fundamentado nas relações entre sociedade e natureza. Dentro desse conceito, diversas categorias propõem, em sua maioria, métodos e metodologias para a construção do reconhecimento da intervenção dos indivíduos/sociedades sobre o meio, ou seja, um produto/fenômeno das relações humanas e suas práticas sobre o substrato natural, considerando as dimensões objetivas/concretas/materiais e as subjetivas/simbólicas/imateriais. Nesse sentido, a categoria da paisagem, considerada como uma das “lentes” para ler e interpretar o espaço, é percebida por meio de instrumentalização metodológica mediada pelo conjunto de nossos sentidos, sendo a visão considerada basilar nesse processo. A percepção dos diversos elementos de uma paisagem, quando reconhecidos e interpretados, resulta na construção dos sistemas socioambientais presentes na mesma.

Para Salamoni (2000), ao fazer a leitura da paisagem atual é imprescindível “olhar” para os tempos passados:

A paisagem resultante do inter-relacionamento do homem com o espaço que este ocupa, não é fruto de conjunções repentinas, pois ela reflete, entre seus elementos, a variável tempo. Se o tempo é variável importante na organização espacial, a busca de causas explicadoras dos fenômenos geográficos implica, comumente, remontar a um passado (SALAMONI, 2000, p. 10).

Apesar de, no senso comum, a paisagem ser a imagem de um local representado em fotografias, pinturas, entre outras formas de representação gráfica e artística, como categoria teórico-conceitual ela possui um significado mais amplo e dinâmico. Assim, em linhas gerais, a paisagem é o produto da relação natureza e sociedade, pos-

suindo representação, tanto concreta quanto simbólica, dos elementos físicos e humanos no espaço e seus significados criados a partir das experiências individuais e/ou coletivas.

O conceito de paisagem foi se transformando, ao longo do tempo, com o próprio pensamento geográfico. Foi com as obras clássicas da Geografia no século XIX que o conceito de paisagem começou a ser utilizado para transcrição das características de um determinado espaço, baseado na observação, descrição e representação dos elementos da natureza e da sociedade. A partir do início do século XX, começou-se a pensar de forma integrada os aspectos físicos e sociais, porém ainda se limitavam aos fatores materiais e concretos dos espaços. Somente a partir da década de 1970 difundiu-se a ideia de que os elementos sociais, físicos e econômicos se inter-relacionavam, configurando o método sistêmico de estudo da paisagem, levando em conta os aspectos presentes que estão além do visível, como heranças culturais, atitudes, trabalho e outras subjetividades. Até hoje o conceito de paisagem é dinâmico e possui várias dimensões (VERDUM, 2012).

De acordo com Verdum (2012), há três métodos de análise da paisagem: o descritivo, o sistêmico e o perceptivo. O método descritivo tem como base a descrição dos aspectos físicos e visíveis da paisagem. Por sua vez, a análise sistêmica permite uma dinâmica entre os elementos físicos, biológicos e sociais presentes no espaço, criando um sistema indissociável entre estes elementos. Portanto, no método sistêmico, a paisagem é a sua forma, sua estrutura e sua funcionalidade como um todo, não podendo ser analisada separadamente, em partes. Para o método perceptivo, a paisagem é ao mesmo tempo uma marca no espaço e uma matriz deste. A paisagem como marca é uma expressão de determinada sociedade e possui caráter descritivo, porém, sua descrição vai além do campo do visível, do concreto e, como matriz, ela participa dos processos que criam e transformam os elementos presentes no espaço, sendo um importante fator na relação da sociedade com o espaço e a natureza. Neste método é necessário identificar os elementos que fazem parte da paisagem e entender a relação destes com os novos elementos inseridos nela.

Neste estudo foi adotado o método descritivo, por se tratar de leitura de paisagem exploratória dos aspectos fisiográficos e dos elementos visíveis que compõem os diversos mosaicos paisagísticos da Serra dos Tapes, levando em consideração o sentido mais “clássico” da paisagem, o qual é observável a partir do campo de visão (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004).

Para tanto, os registros fotográficos se mostraram de suma importância para a representação da paisagem, sobretudo, dos elementos que caracterizam a diversidade do rural. Nas palavras de Gerhardt *et al.* (2015):

As fotografias selecionadas procuram dar visibilidade para o rural como um espaço de vida evocando paisagens em que natureza e pessoas se entrelaçam e que constituem esse espaço rural e são por ele constituídas. O acúmulo de trabalhos de pesquisa em uma mesma área empírica possibilitou reflexões sobre a multidimensionalidade das relações entre o rural e o desenvolvimento, onde a temporalidade dessas relações se expressa nas imagens e em seus elementos constituintes (GERHARDT *et al.*, 2015, p. 346).

De todo modo, a paisagem é entendida aqui tanto como substrato natural ou físico quanto como produto social, sujeito a transformações produzidas pela relação da sociedade com o espaço. A leitura da paisagem, por sua vez, pode ser operacionalizada pelas categorias: forma, função, estrutura. A forma é o aspecto visível da paisagem, como a morfologia, os cursos d’água, a vegetação e o tipo de ocupação das terras, cada uma possuindo diferenças, podendo ser em relação ao diferente ponto de vista ou distinta função. Já a função se refere ao uso social do espaço, ou seja, às atividades que foram ou são desenvolvidas nele. A estrutura corresponde aos valores e às funções concebidas aos objetos presentes no espaço em determinado momento da história, relacionados à natureza social e econômica do local.

Segundo Puntel (2012),

Pode-se dizer que a paisagem é tudo o que está ao nosso redor, porém, não tem uma existência própria, porque ela existe a partir do momento que o sujeito a percebe, e cada um a vê de forma diferente, não só em função da observação, do olhar, como também em função dos seus interesses individuais (PUNTEL, 2012, p. 30).

Puntel (2012, p.31) relata que “é preciso ultrapassar a paisagem visível, descortiná-la, para chegar ao seu significado. Ela precisa ser vista além da sua aparência, precisa-se buscar explicação para o que está por detrás da paisagem”. Para a autora, a paisagem necessita ser discutida e registrada, pois estudar a relação da natureza e da sociedade com o espaço através da paisagem é muito importante para compreender a complexidade do espaço geográfico em determinado momento histórico. A paisagem é o resultado da vida das pessoas, dos processos que ocorrem no espaço e da transformação da natureza, mostrando a história de uma determinada comunidade, transcrevendo os elementos do presente e conservando os elementos do passado que fazem parte dessa história.

Para este estudo, são utilizadas, como referências centrais, as obras organizadas pelo pesquisador e geógrafo Roberto Verdum, produzidas junto ao Laboratório de Paisagem – PAGUS, do Departamento de Geografia/Instituto de Geociências da UFRGS<sup>17</sup>. A partir do referencial teórico-metodológico foi elaborado um roteiro por pautas no qual constam quatro elementos norteadores do trabalho de campo, a saber: a) Características do meio físico-natural: morfologia do relevo; vegetação; rede hidrográfica; altimetria. b) Características dos usos atuais: atividades agrícolas; atividades mineradoras; espaço construído; rede viária. c) Potencialidades e vulnerabilidades ambientais<sup>18</sup>; e d) Levantamento fotográfico. Foram realizadas expedições de campo para identificação,

---

17. VERDUM, Roberto et al. (org.). **Paisagem**: leituras, significados, transformações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

VERDUM, Roberto et al. (org.). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

18. Expressando-se que o **ambiental** é definido, conceitualmente, como oriundo das relações entre natureza(s) e sociedade(s) humana(s).



descrição e registro dos elementos elencados no roteiro nos municípios que conformam a região da Serra dos Tapes.

Como referência espacial, foi adotada a divisão de Unidades de Paisagem Natural (UPN's) elaborada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), a partir de informações da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), e publicada em março de 2010, para fins do zoneamento ambiental da silvicultura no estado do Rio Grande do Sul.

O estudo é resultado da percepção de potencialidade de expansão do setor florestal no estado. O Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA - através da Resolução nº 084/2004, incluiu a silvicultura no sistema de licenciamento por integradora, possibilitando que o conjunto de empreendedores, participantes de uma Cadeia de Custódia, realize o licenciamento de forma coletiva, a exemplo de outras atividades desenvolvidas na área rural, como a suinocultura, avicultura e outras. Em consequência, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através da Portaria nº 048/2004, instituiu um grupo de trabalho para a realização do zoneamento da silvicultura, constituído por técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Fundação Zoobotânica e Departamento de Florestas e Áreas Protegidas. Em 2005 foram definidos, através da Portaria FEPAM nº 068/2005, os procedimentos para o licenciamento da silvicultura, estabelecendo-se os portes, potencial poluidor e ramos diferenciados em função da espécie a ser plantada. Em 2006, a FEPAM firmou um contrato de cooperação com a Associação Gaúcha de Empresas Florestais, visando a subsidiar a contratação de uma empresa de consultoria para realizar os estudos básicos necessários para a elaboração do zoneamento da silvicultura. Em dezembro de 2006, a FEPAM encaminhou ao Governo do Estado e ao Ministério Público Estadual a proposta de Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Rio Grande do Sul (SEMA, 2010, p. 1).

O zoneamento proposto pela SEMA/FEPAM, registrado nos objetivos gerais da publicação intitulada “Estruturas, Metodologia e Resultados”, estabelece as relações entre Bacia Hidrográfica e a Unidade

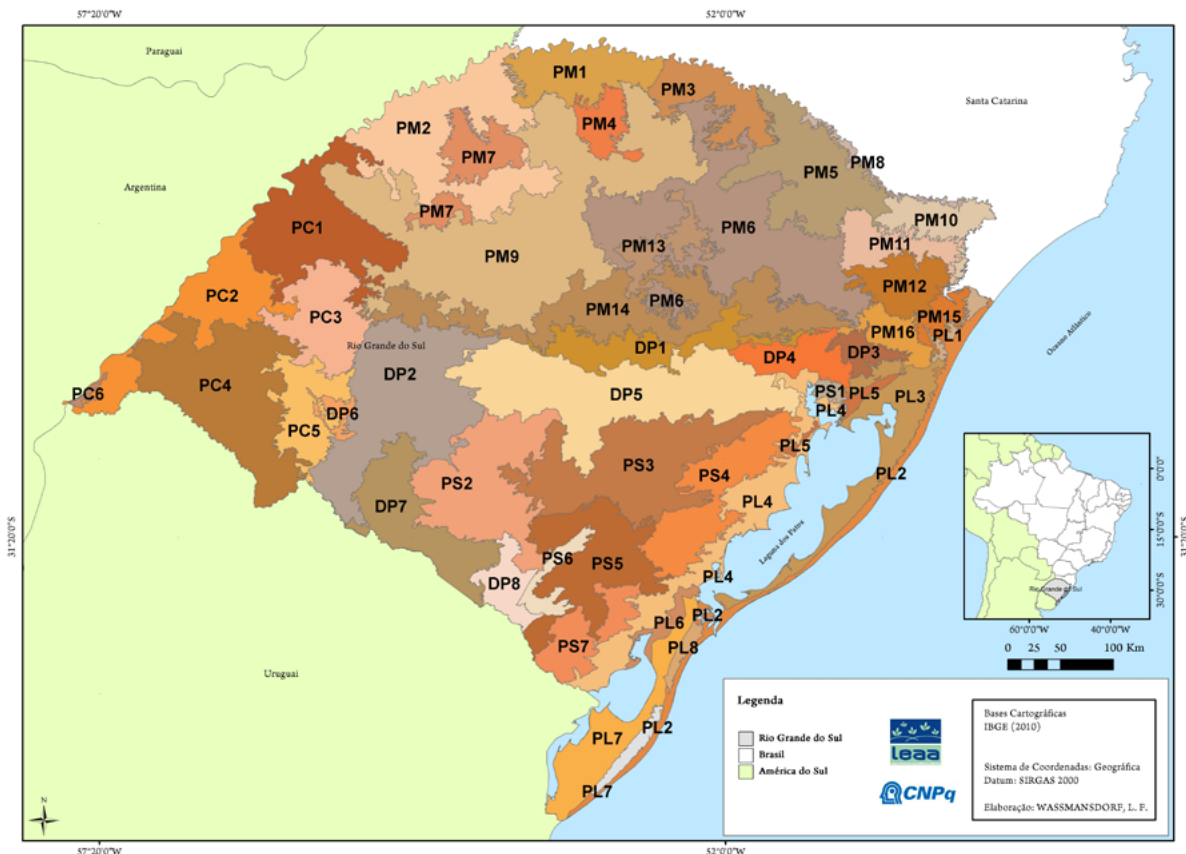
de Paisagem Natural, para definir as diretrizes de uso da atividade de silvicultura no RS, diz que

O Zoneamento Ambiental da Silvicultura – ZAS estabeleceu como unidade de planejamento ambiental a Unidade de Paisagem Natural – UPN, conceituando-as como regiões naturais homogêneas, estabelecidas mediante critérios de setorização do território pelas suas características geomorfológicas, fisionômicas e paisagísticas, com objetivo de servir como base para a definição das diretrizes de uso para a atividade de silvicultura, respeitando as condicionantes de manutenção da qualidade ambiental e objetivos de conservação propostos. As Unidades de Paisagem Natural - UPN pressupõem unidades espaciais que apresentem um alto grau de homogeneidade interna e cuja delimitação não se baseia nas transformações da paisagem pelo uso antrópico, compreendendo unidades de paisagem com características naturais semelhantes, que possam ser utilizadas como unidade de gestão ambiental, neutras em relação aos usos antrópicos e definidas através do cruzamento de bases digitais de geomorfologia, vegetação potencial original, solo e altimetria (SEMA, 2010, p. 6).

Assim, as 45 Unidades de Paisagem Natural (UPN's) (Figura 21), foram definidas com o uso de dados secundários, através do cruzamento de bases digitais de geomorfologia, vegetação potencial original, solo e altimetria, previamente simplificadas na escala 1:250.000, tendo como ferramenta auxiliar o mosaico de imagens de satélite LANDSAT do Estado do Rio Grande do Sul.

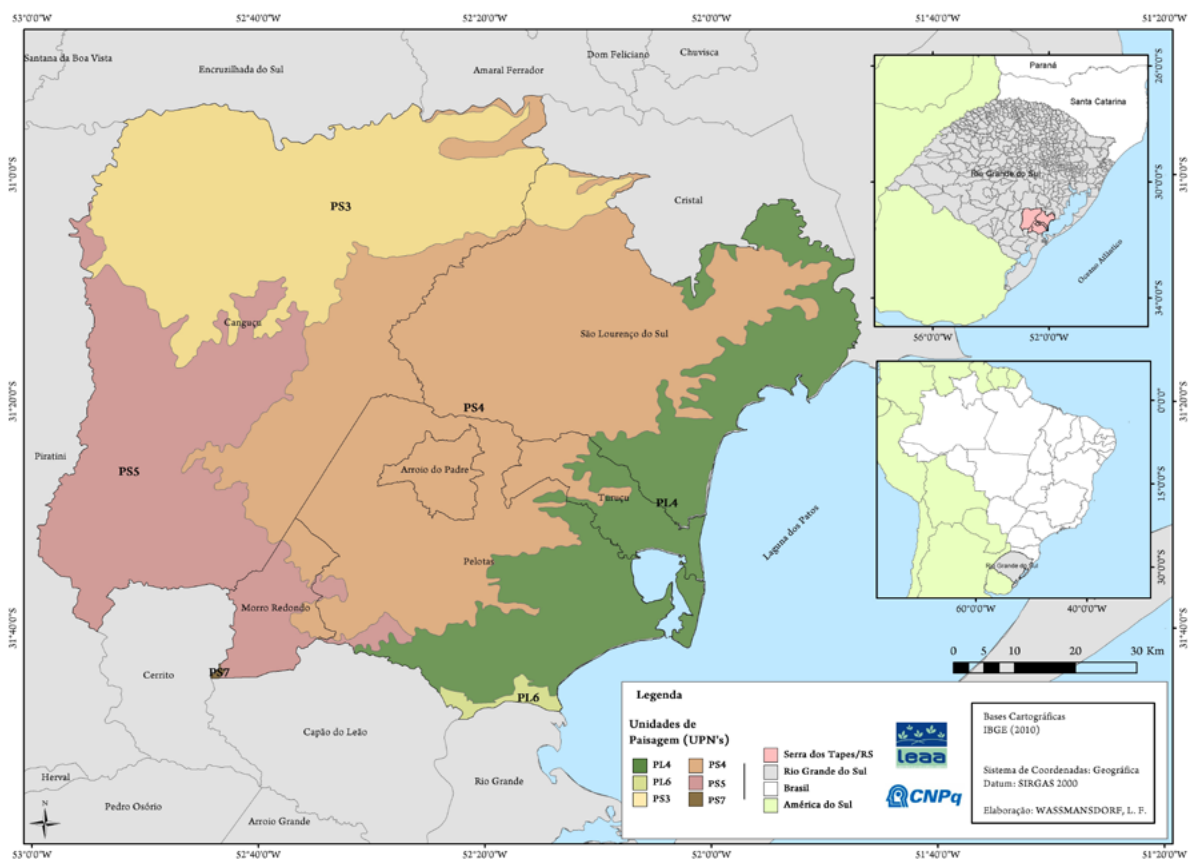
Os polígonos gerados por esse cruzamento inicial foram então agrupados, divididos ou redefinidos conforme a avaliação de sua articulação com os demais temas analisados, resultando em unidades de paisagem com características próprias. O mapa preliminar resultante destes cruzamentos foi submetido à especialistas em uma oficina especialmente organizada para discutir a definição de unidades de paisagem natural do Rio Grande do Sul. Consultas complementares a especialistas com amplo conhecimento sobre regiões específicas do Estado permitiram decidir sobre a situação de algumas UPN cuja definição não foi possível a partir das infor-

mações geradas na oficina. Em articulação com as bacias hidrográficas, as UPN foram utilizadas para organizar uma base para a definição das diretrizes de uso para a atividade de silvicultura, respeitando as características ambientais regionais específicas, os objetivos de conservação e as condicionantes de manutenção da qualidade ambiental. Foram definidas 45 Unidades de Paisagem Natural para o Rio Grande do Sul, com área variando entre 20.318,44 e 2.786.977,65 ha. 78 A nomenclatura das UPN foi definida conforme suas localizações no território gaúcho: PM - para Planalto Meridional; DP – para Depressão Central, PL - para Planície Costeira, PC – para Planalto da Campanha e PS- para Planalto ou Escudo Sul-Riograndense (SEMA, 2010, p. 77-78).



**Figura 21** – Mapa das Unidades de Paisagem Natural do Rio Grande do Sul.  
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010) e SEMA (2010).

As Unidades de Paisagem Natural (UPN's) que compõem o território da Serra dos Tapes, correspondendo aos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul, Turuçu, Arroio do Padre, Morro Redondo e Canguçu, são as PL4, PL6, PS3, PS4, PS5 e PS7. No município de Arroio do Padre há presença exclusiva da UPN PS4; em Canguçu as UPN's PS3, PS4 e PS5; em Morro Redondo as UPN's PS4, PS5 e PS7; em Pelotas as UPN's PL4, PL6, PS4 e PS5; em São Lourenço do Sul as UPN's PL4, PS3 e PS4; e, Turuçu as UPN's PL4 e PS4 (Figura 22).



**Figura 22** – Mapa das Unidades de Paisagem Natural na Serra dos Tapes.  
Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010) e SEMA (2010).

Cada UPN<sup>19</sup> é caracterizada a partir dos principais elementos da paisagem, aspectos naturais e usos atuais relevantes, bem como potencialidades e restrições ambientais.

A UPN PL4 tem como principais elementos da paisagem:

Corresponde à região de planície lagunar costeira, caracterizada pela margem oeste das Lagoas dos Patos e Mirim. Trecho inferior de drenagem do Escudo Sul-rio-grandense, desaguando importantes rios como o Camaquã e Jaguarão, além de inúmeros arroios e pequenas lagoas, compondo uma área de características úmidas (banhados) e matas paludosas. Zona de contato entre a Planície Costeira e o Escudo Sul-rio-grandense. Região de formações pioneiras, vegetação com influência fluvial e ou lacustre, herbáceas sem palmeiras. Altitudes inferiores a 50m. Os elementos marcantes na paisagem são os pontais e vegetação de restinga ao longo da Laguna dos Patos e no sentido Oeste, salienta-se a topografia ondulada marcando o início do Escudo Sul-rio-grandense (SEMA, 2010, p. 130).

A UPN PL6 tem como principais elementos da paisagem:

Corresponde à região da várzea do canal São Gonçalo, caracterizada pela presença de banhados e campos inundáveis com diferentes fisionomias e capões de mata, que ligam a Laguna dos Patos com a Lagoa Mirim. Região de Formações Pioneiras, com influência Fluvial e Lacustre. Engloba o trecho final da mata de galeria do rio Piratini. Paisagem caracterizada por visuais amplas, onde os principais elementos paisagísticos são os banhados e áreas úmidas (SEMA, 2010, p. 136).

A UPN PS3 tem como principais elementos da paisagem:

Corresponde à região da borda norte do Escudo Rio-grandense, com características típicas desta região fisiográfica representadas pelo relevo ondulado, vegetação mista e pre-

---

19. O uso do termo paisagem natural está referenciado pelo estudo da SEMA (2010). Entretanto, neste estudo se considera que a paisagem é concebida a partir das relações entre natureza(s) e sociedade(s) humana(s).

sença marcante de afloramentos rochosos, de grande valor paisagístico. A cobertura vegetal é a Estepe-Parque com floresta de galeria; representando zona de transição entre campo e floresta. Predominam as altitudes entre 200 e 400 m, que variam desde 1 a 50m nas proximidades do rio Camaquã, até elevações que chegam a 600 m. Os elementos marcantes da paisagem são os afloramentos rochosos em forma de complexos e cerros isolados, com aspectos ruiniformes. Destaca-se, neste contexto a região das Guaritas, em continuidade com a região das minas do Camaquã e serra do Apertado. Abriga nascentes dos rios Camaquã e Jacuí (SEMA, 2010, p.136).

A UPN PS4 tem como principais elementos da paisagem:

Corresponde à escarpa leste do Escudo rio-grandense, região das Serras do Herval e de Tapes, com relevo fortemente ondulado, caracterizando o setor mais íngreme do Escudo, com paisagens marcadas pela presença de morros, rios e florestas. Cobertura vegetal representativa da Floresta Estacional Semidecidual e Estepe secundariamente. Gradiente de altitude de leste para oeste que variam entre 1 e 600m. Rede hídrica representada pelas nascentes dos cursos d'água que deságuem na margem oeste da Laguna dos Patos (SEMA, 2010, p. 273).

A UPN PS5 tem como principais elementos da paisagem:

Corresponde à região central do Escudo rio-grandense caracterizada pelo relevo ondulado a forte ondulado, coberto por campos e mata de galeria ao longo dos rios. Vegetação de Estepe Arbórea com floresta de galeria. Topografia acidentada, com predomínio das altitudes entre 200 e 400m, que variam desde 1 a 50m nas calhas dos rios até morros que chegam a 600m. Rede hídrica representada pelas nascentes e arroios que deságuam no canal São Gonçalo, com trecho na bacia do Camaquã. Os elementos paisagísticos relevantes são o campo, as matas de galeria, os cerros e os afloramentos rochosos, associados à importância da região no contexto histórico do RS, com destaque para os locais denominados Pedra das Torrinhas, o Cerro dos Porongos e Morro redondo e o Rio Piratini (SEMA, 2010, p. 279).

A UPN PS7 tem como principais elementos da paisagem:

Corresponde à região de borda sudeste do Escudo rio-grandense, cuja principal característica ambiental é a presença de remanescentes significativos de campos nativos, denominados “Campos de Jaguarão”. A vegetação é de Estepe e Estepe Gramíneo Lenhosa com floresta de galeria. Região de topografia levemente ondulada a ondulada com altitude que variam de 1 a 400 m, predominando as cotas inferiores a 100 m, onde se localizam os depósitos coluvionais, resultantes do transporte de sedimentos, por efeito da gravidade. Abriga nascentes e drenagens do trecho médio dos rios Piratini e Jaguarão, que deságuam, respectivamente, no Canal São Gonçalo e na Lagoa Mirim (SEMA, 2010, p. 293).

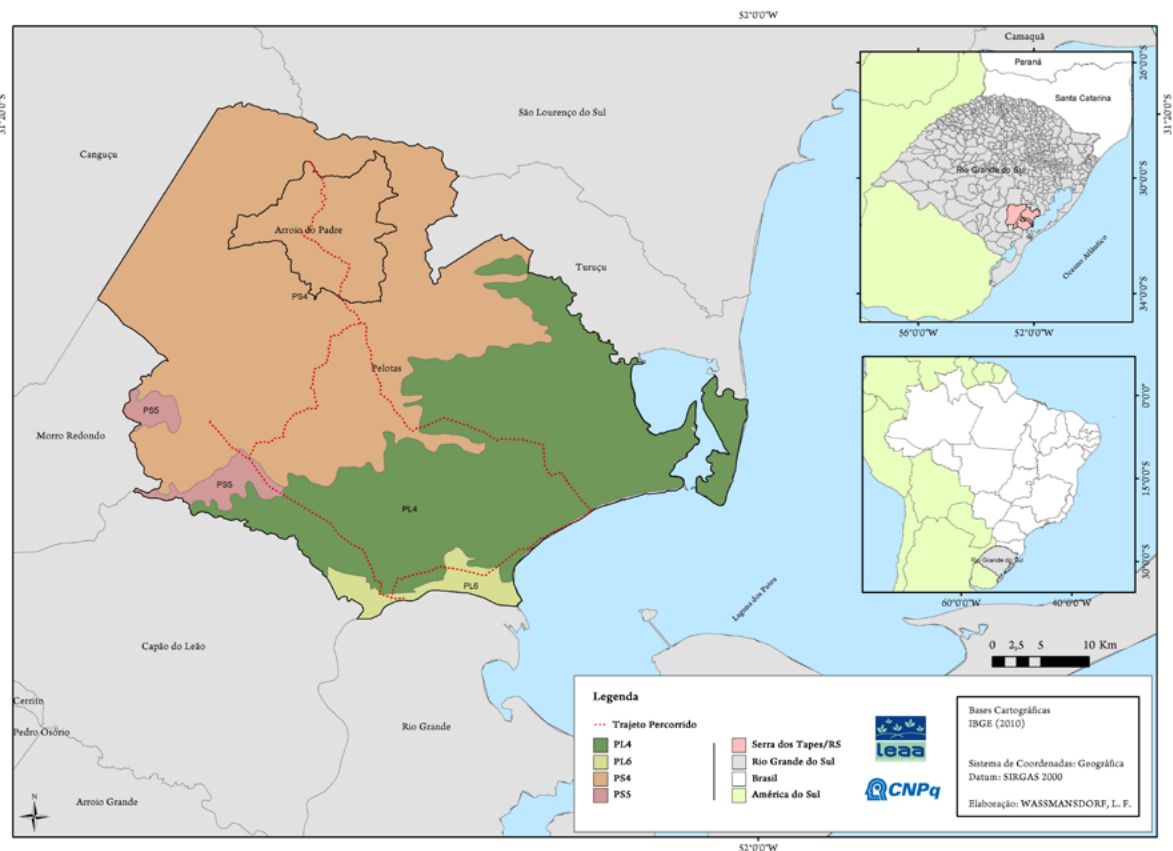
### **Leitura da paisagem nas Unidades de Paisagem Natural (UPN) dos municípios de Pelotas e Arroio do Padre**

A partir de levantamento de campo foi realizada a leitura das Unidades de Paisagens Naturais (UPN's) PS4, PL4 e PL6. Assim, na PL4, que abrange o município de Pelotas, realizou-se a leitura de dois pontos situados na chamada Colônia Z3<sup>20</sup>, denominada Colônia de Pescadores São Pedro, nas margens da Laguna dos Patos e a Estrada da Galateia. Ainda na Planície Costeira, a UPN PL6 tem sua incidência nas proximidades do porto de Pelotas, onde também se localizam diferentes *campi* da Universidade Federal de Pelotas. A PS4, correspondente à escarpa oriental do Escudo Cristalino Rio-grandense. Os pontos elenca-

---

20. “A partir de 1919, foi a Marinha a responsável pelo estabelecimento das Colônias de Pescadores e outros mecanismos de intervenção do estado no setor (SILVA, 1988). Em 1920, foi criada, também pelo estado, a Confederação dos Pescadores do Brasil como sendo o órgão que congregava todas as federações estaduais de Pescadores” (GOMES, 2016, p.216). No Rio Grande do Sul existem 16 Colônias de Pesca: Z1 Rio Grande; Z2 São José do Norte; Z3 Pelotas; Z4 Viamão; Z5 Porto Alegre; Z6 Venâncio Aires; Z7 Quinze de Novembro; Z8 São Lourenço do Sul; Z9 Uruguaiana; Z11 Tavares; Z12 Itaqui; Z13 Cachoeira do Sul; Z16 Santa Vitória do Palmar; Z17 Santa Maria; Z18 Ijuí; Z19 Roque Gonzáles; e Z20 Estrela.

dos para leitura da paisagem foram a ERS-737, conhecida como Estrada da Federeca, a qual dá acesso ao município do Arroio do Padre, além do segmento referente à Estrada do Algodão, do Quilombo e da Ponte Cordeiro de Farias, respectivamente. Por fim, na PS4, situada na área central do Escudo Sul-rio-grandense, os pontos de leitura da paisagem foram a Pedreira do Monte Bonito e o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe (Figura 23).



**Figura 23** – Mapa das Unidades de Paisagem Natural nos municípios de Pelotas e Arroio do Padre. Fonte: Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010) e SEMA (2010).

Ao realizar o detalhamento concernente à leitura da paisagem na UPN PL4 (Colônia Z3 e Estrada da Galateia), situada na região da Planície Costeira, pode-se observar, como características físico-naturais, a predominância de relevo do tipo planície e de vegetação arbustiva,



com resquícios de Mata Atlântica (Figura 24A). A altimetria, por sua vez, varia de 10 a 18 metros (Figura 24B).

No que diz respeito aos usos atuais na referida UPN, nota-se que na sede urbana da Colônia Z3 há o predomínio de atividades pesqueiras, podendo ser destacados dois pontos de comercialização de pescado (Figura 24C). Além disso, outras atividades econômicas que foram observadas na paisagem relacionadas à produção de gelo, pequenos estabelecimentos comerciais, como supermercados, bem como a construção artesanal de barcos de pesca, confecções de redes, gastronomia à base de pescados, ou seja, atividades voltadas para atender a demanda local e gerar renda para as famílias cujo modo de vida é a atividade pesqueira artesanal<sup>21</sup> na Colônia Z3 (Figura 24D).



**Figura 24** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Pelotas.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

---

21. A pesca artesanal é praticada por produtores autônomos em regime de economia familiar ou individual, isto é, leva em conta a obtenção de alimentos para as famílias ou para fins comerciais, auxiliados ou não por pequenas embarcações (MPA, 2014).

O espaço construído da PL4 é bastante heterogêneo, sendo que há residências de dois pavimentos de alvenaria e protegidas por sistemas de segurança e outras moradias com uma estrutura mais simples, construções de madeira, de um pavimento, o que reflete a desigualdade socioespacial nesse local (Figura 25A). A rede viária é configurada por ruas de chão batido, sem pavimentação, por onde circulam veículos particulares e de transporte coletivo (Figura 25B).

O espaço destinado à cultura material é caracterizado pela presença de 15 trapiches, todos eles banhados pela Laguna dos Patos, juntamente com o cais de barcos de pesca, conhecido popularmente como Divineia (Figura 25C). Nesse local, também há espaços festivos e culturais, como o Salão Litoral e a Praça Olegário Costa, além da Escola Municipal de Ensino Fundamental Raphael Brusque, que atende a educação básica para a população da Colônia Z3 (Figura 25D).



**Figura 25** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Pelotas.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

No que tange às vulnerabilidades ambientais da PL4, observa-se a deposição inadequada de lixo doméstico em espaços de terrenos baldios, próximo ao entorno da Laguna dos Patos e dos locais onde se localizam os ancoradouros dos barcos de pesca (Figura 26A), o que pode trazer consequências para a saúde da população da Colônia Z3. Todos os tipos de pesca produzem resíduos e quando depositados em lugares inadequados podem gerar problemas sanitário e ambiental, tanto para os pescadores quanto para os demais moradores. A alta carga de matéria orgânica que esse resíduo possui afeta a sanidade do solo e as fontes de água da região, além de causar riscos à saúde pública.

Em contrapartida, o local apresenta grande potencial turístico, tendo em vista a proximidade com a Laguna dos Patos e a paisagem litorânea como atrativo para atividades relacionadas ao turismo e esportes aquáticos (Figura 26B).

No segundo ponto de observação, na Estrada da Galateia, as características físico-naturais observadas demarcam o predomínio da morfologia da Planície Costeira. Por sua vez, a vegetação é arbustiva, de pequeno e médio porte, com resquícios de Mata Atlântica e com a presença da silvicultura. Ao longo da estrada, percebem-se, também, grandes extensões de áreas de campos, com vegetação de gramíneas (Figura 26C). A rede hidrográfica é configurada por açudes e córregos, sendo que todos eles deságuam na Laguna dos Patos. Há também a presença de alguns arroios, como o Salgado e o Sujo. A altitude dessa porção varia de 16 a 28 metros (Figura 26D).



**Figura 26** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Pelotas.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Vale salientar que essa porção da UPN possui espaços bastante alterados pela ação humana, o que fica claro quando observadas as atividades agrícolas presentes na paisagem (Figura 27A). Neste sentido, nota-se a presença da pecuária, com grande destaque para a produção de leite, além do cultivo de milho, arroz e soja. A Granja Santana<sup>22</sup> e a Granja Mangueira (Figura 27B) são exemplos de propriedades onde são desenvolvidas as atividades da pecuária, rizicultura e sojicultura.

O espaço construído da área que conforma o entorno da Estrada da Galateia é composto por residências localizadas distantes umas das outras, sedes das granjas, indicando as grandes dimensões das propriedades rurais nessa área. No percurso, foi possível observar residências que seguem um mesmo padrão, sendo elas pertencentes a trabalhadores assalariados que prestam serviços nas granjas próximas

---

22. Propriedade rural de aproximadamente 7000 hectares que, em abril de 2014, foi ocupada por 80 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Também conhecida como Granja da Galateia.



(Figura 27C). A rede viária é constituída por uma estrada principal, sem pavimentação.

As vulnerabilidades ambientais observadas referem-se ao provável uso de agrotóxicos no cultivo da soja, predominante em algumas áreas ao longo da Estrada da Galateia, os quais, inevitavelmente, chegam aos cursos d'água que circundam o local. Além disso, há a presença de silvicultura, principalmente de eucaliptos, que empobrecem o solo e ocupam áreas que poderiam ser aproveitadas para a produção de alimentos (Figura 27D).



**Figura 27** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Pelotas.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A leitura da paisagem na UPN PL6, situada também na região da Planície Costeira, é caracterizada por banhados e campos inundáveis com diferentes fisionomias e capões de mata, com paisagem caracterizada pela amplitude visual, onde os principais elementos paisagísticos são os banhados e áreas úmidas. Esta UPN está presente na ligação entre a Laguna dos Patos com a Lagoa Mirim (Figura 28A). “Região de Formações Pioneiras, com influência Fluvial e Lacustre. Engloba o

trecho final da mata de galeria do rio Piratini” (SEMA, 2010, p. 136). A altimetria varia de 10 a 18 metros (Figura 28B).

Os usos atuais nesta UPN revelam predomínio de impermeabilização do solo através da pavimentação de vias, aterro de banhados/várzeas para construção de residências/empresas (Figura 28C), herança da formação territorial deste espaço que presenciou os fluxos socioeconômicos resultados do ciclo do charque do século XVIII e XIX (Figura 28D), representando um importante patrimônio arquitetônico. Atualmente, permanecem como marcas visíveis na paisagem as construções de prédios que abrigavam indústrias alimentícias e que hoje estão desativadas.



**Figura 28** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Pelotas.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

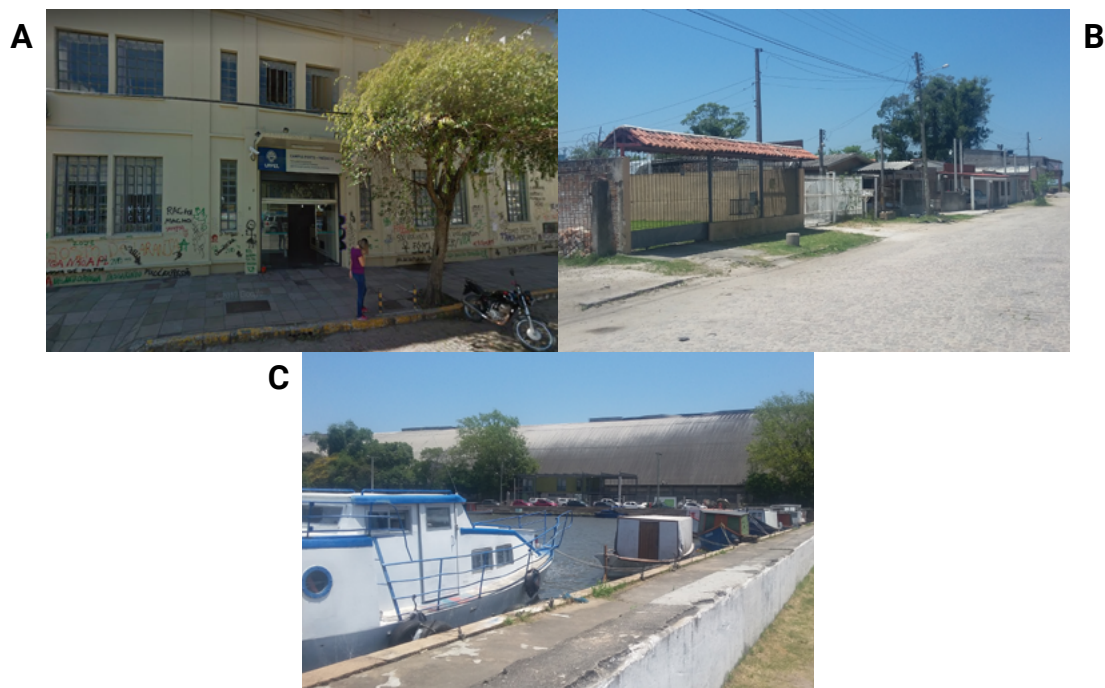
Além disso, outras atividades econômicas estão relacionadas a empresas de comércio e serviços, bem como à construção civil. Há também a presença de escolas municipais e estaduais e de prédios que pertencem à Universidade Federal de Pelotas (Figura 29A).

O espaço construído da PL6 é bastante heterogêneo, desde residências características de cidades portuárias (sobrados e casas geminadas), casarões antigos e prédios modernos de quatro a oito pavimentos, o que reflete a desigualdade socioespacial (Figura 29B). O espaço destinado à cultura material é caracterizado pela presença do porto de Pelotas, banhado pelo Canal São Gonçalo, juntamente com um pequeno ancoradouro de barcos, conhecido popularmente como “Quadrado”<sup>23</sup> (Figura 29C). Nessa porção urbanizada, há presença de patrimônio cultural de caráter religioso (igrejas), educacional (*campi* da UFPel), conformando as dinâmicas que configuram essa paisagem. Para Gerhardt et al. (2015):

A cultura não deixa de ser a forma como as pessoas transformam a materialidade do mundo cotidiano num mundo de símbolos e representações. Assim, as representações podem ser consideradas como uma forma de elaboração humana, através das culturas, nas quais as ideias, os sentimentos e as expressões se constituem em um patrimônio, capaz de ser reproduzido, acumulado e reinventado (GERHARDT, 2015, p. 364).

---

23. O “Quadrado” é um antigo ancoradouro localizado na zona portuária da cidade de Pelotas, onde residem diversas famílias de pescadores. Atualmente, é também local de convívio social frequentado principalmente por jovens e famílias, além de ser usado para atracar os barcos dos pescadores que residem nas proximidades. O nome “Quadrado” deriva do formato quadrangular do cais, que na realidade apresenta uma forma trapezoidal, com uma abertura que o conecta ao Canal São Gonçalo.



**Figura 29** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Pelotas.  
 Fonte: Pesquisa de campo (2020).

As vulnerabilidades ambientais na PL6 estão marcadas pela presença de lixo doméstico em espaços de terrenos baldios, próximo ao Canal São Gonçalo, e ao constante aterramento de banhados, comprometendo o escoamento superficial das precipitações (Figura 30A). Por outro lado, há potencial para atração turística, seja pela presença de patrimônio arquitetônico histórico seja pela presença do Canal São Gonçalo que possibilita o turismo hídrico na UPN PL6.

Em continuidade, para leitura da paisagem na UPN PS4, toma-se o sentido da ERS-737- Estrada da Federeca (Figura 30B), em direção ao município de Arroio do Padre. Na UPN PS4, a morfologia do relevo é bastante declivosa, com a presença de colinas e matacões, “[...] caracterizando o setor mais íngreme do Escudo [...]” (SEMA, 2010, p. 273). A vegetação é marcada por espécies arbustivas de pequeno e médio porte, bem como de espécies arbóreas nativas e de silvicultura (eucalipto, acácia, aroeira, salgueiro, por exemplo – Figura 30C). É marcante, também, o predomínio do solo vermelho e argiloso.





**Figura 30** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Pelotas.  
 Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A rede hídrica é formada por alguns açudes, além do Arroio Pelotas, do Ouro, Quilombinho e Andrade. Essa rede hidrográfica é composta pelas nascentes de corpos d'água que deságuam na Laguna dos Patos (SEMA, 2010). Vale destacar que as altitudes desta UPN variam de 01 a 600 metros (Figura 31A), sendo elas maiores do que aquelas observadas na região da Planície Costeira.

Os usos atuais desse espaço são bastante diversos, com destaque para a presença característica da agricultura familiar (Figura 31B). Assim, observa-se o predomínio de atividades de pecuária familiar, como a criação de gado leiteiro e aves, assim como plantações de milho e tabaco, as quais são fundamentais para a geração de trabalho e renda para as famílias rurais.

Gerhardt *et al.* (2015) ressaltam que:

Registrar as ações e os objetos humanos gerados pelo trabalho representa a busca de uma explicação da realidade e de sua transformação. O trabalho humano representa o híbrido entre natureza e sociedade, composto de formas, conteúdos,

funções e objetos. É o resultado das condições históricas de transformação do espaço geográfico (GERHARDT *et al.*, 2015, p. 366).

Outras atividades econômicas observadas são agroindústrias, próximas à sede do município de Arroio do Padre, e o comércio de flores e plantas ornamentais (Figura 31C). Ainda, como espaço construído, observam-se, ao longo da Estrada da Federeca, residências com boa infraestrutura (Figura 31D).



**Figura 31** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Arroio do Padre.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A rede viária é constituída por estradas pavimentadas (Figura 32A). À medida que a estrada avança em direção à sede urbana do município do Arroio do Padre, pode-se verificar, no que se refere à cultura material, alguns casarões antigos, cemitérios, igrejas, pontos de ônibus, um parque aquático, um cartório, uma instituição de ensino básico, além da Câmara de Vereadores no sítio urbano do referido município (Figura 32B).

Ao realizar a leitura da paisagem no sítio urbano do município de Arroio do Padre, referente à UPN PS4, destacam-se as Avenidas 17 de Abril e 25 de Julho, respectivamente (Figura 32C). O relevo do local é íngreme, com a presença de colinas e morrotes. A vegetação é arbustiva e arbórea, com fragmentos do bioma da Mata Atlântica, além de árvores como figueiras, pinheiros, eucalipto e pinus (Figura 32D). Consoante, ainda, às características físico-naturais, a rede hidrográfica é composta pelos arroios Pimenta, do Touro, Quilombinho, Andrade e Corrientes, os quais circundam a área urbana. A altimetria varia entre 114 e 600 metros.



**Figura 32** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Arroio do Padre.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A respeito das atividades humanas e usos atuais, pode-se observar a presença de comércio de flores e plantas ornamentais (Figura 33A), bem como hortas domésticas (Figura 33B). Ainda, o espaço construído do local é conformado por residências em estilo germânico, geralmente com a presença de jardins bastante floridos. Outros elementos do espaço construído referem-se à presença de lancheira e choperia,



hospital, prefeitura, posto de gasolina (Figura 33C), posto de saúde, agência bancária, rádio local, centro de psicologia, fisioterapia e pilates. Por fim, a maior parte das ruas da cidade conta com pavimentação asfáltica.

Como cultura material, vê-se a presença da Igreja Luterana, cemitério, salão de festas e paradas de ônibus (Figura 33D). Os aspectos da cultura material são bastante preservados, o que se evidencia com a forte atuação do poder público municipal na conservação e restauração deles. As potencialidades observadas dizem respeito às possibilidades turísticas proporcionadas pelo local, onde há a presença marcante da cultura alemã e pomerana.



**Figura 33** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Arroio do Padre.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Na última parada realizada, correspondente à UPN PS4, foram observados dois pontos, isto é, a Pedreira Silveira (Figura 34A), situada no distrito de Monte Bonito e o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, no distrito da Cascata (Figura 34B), ambos pertencentes ao município de Pelotas. No que diz respeito à área de localização da

referida pedreira, pôde-se notar a relevância da atividade mineradora, notadamente a exploração de granito. Essa, por sua vez, imprime na paisagem características como rochas expostas, em processo de exploração, além de algumas residências que serviram de moradia para os trabalhadores da pedreira, no ápice do desenvolvimento da atividade.

Como vulnerabilidades, elenca-se a poluição sonora oriunda do trabalho com o maquinário utilizado para a exploração mineral, juntamente com a poeira e a marca que a atividade mineradora imprime na paisagem.

No que diz respeito às características físico-naturais do entorno do Santuário, observa-se a presença de um relevo bastante íngreme, já inserido na região do Escudo Sul-rio-grandense. A vegetação é arbórea e arbustiva, de porte grande e médio. A rede hidrográfica do local é conformada pelos Arroios Michaela, Pestana e Taquara. E, com relação à altimetria deste ponto de referência, esta varia de 153 a 274 metros.

O espaço construído é marcado pela presença de algumas residências, as quais ficam próximas à BR 392 (Figura 34C), em direção ao Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe. Em relação aos usos do espaço, as atividades econômicas mais frequentes dizem respeito ao comércio de produtos agropecuários, hotel e restaurante, além de supermercado utilizado pelos moradores da localidade da Cascata.

Sobre a cultura material, pode-se observar a presença de dois cemitérios, a Igreja Evangélica Luterana São Mateus, uma igreja católica, bem como uma escola e duas paradas de ônibus, que margeiam a BR 392. Nesse sentido, vale salientar o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, importante como atrativo para o turismo religioso.

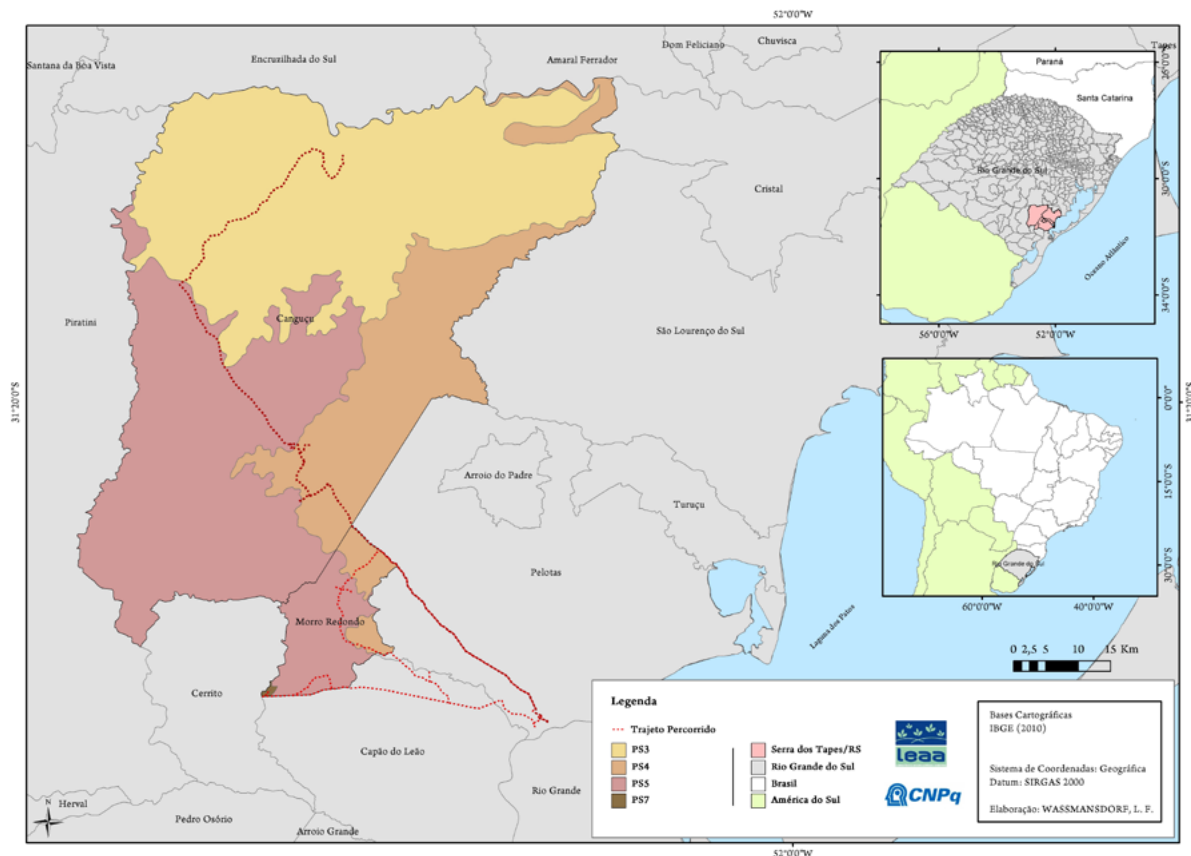
Como potencialidades, é indiscutível a relevância do Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe que recebe, sobretudo aos finais de semana, inúmeras pessoas para visita. Vale dizer, contudo, que a localidade da Cascata representa uma área de interesse turístico, principalmente quanto às potencialidades do turismo rural, uma vez que nessa porção do município de Pelotas há inúmeros cursos e quedas d'água (Figura 34D), os quais oferecem excelentes oportunidades de lazer e descanso.



**Figura 34** – Mosaico de imagens de paisagem no município de Pelotas.  
 Fonte: Pesquisa de campo (2020).

### **Leitura da paisagem nas Unidades de Paisagem Natural (UPN) dos municípios de Morro Redondo e Canguçu**

No segundo levantamento de campo foi realizada a leitura das Unidades Paisagem Naturais (UPNs) PS4, PS5 e PS7 que compõem o município de Morro Redondo (Figura 35). Assim, na PS4, que abrange as porções norte e leste do município, realizou-se a leitura de dois pontos situados na localidade de Rincão Caneleira.



**Figura 35** – Mapa das Unidades de Paisagem Natural nos municípios de Morro Redondo e Canguçu. Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010) e SEMA (2010).

Na localidade de Rincão Caneleira encontram-se estabelecimentos comerciais (Figura 36A), como uma floricultura localizada às margens da Estrada Canguçu – Morro Redondo, próximo ao acesso do município com a BR-392 (Figura 36B), e pequeno comércio de produtos agrícolas, bebidas e alimentos (Figura 36C).

A UPN PS4 é marcada por morrotes, morros e colinas, ou seja, relevo predominantemente ondulado. Nessa parada foi possível visualizar, na linha do horizonte, o Cerro da Graciana, sendo o ponto mais elevado da área (155 metros de altitude). Os usos da terra mostram a presença de plantações agrícolas e vegetação arbórea e arbustiva de porte médio e alto. A mata nativa se apresenta junto aos limites das propriedades rurais (Figura 36D).





**Figura 36** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Morro Redondo.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

As espécies exóticas de maior ocorrência são pinos e eucalipto, indicativo de atividade de silvicultura. Há presença de capões de matas nativas e as áreas de gramíneas estão localizadas próximas às propriedades rurais (Figura 37A). Registram-se, ainda, afloramentos rochosos – campos de matacões – em alguns pontos. A rede hídrica é caracterizada pelos Arroio dos Porcos e Arroio Cadeia e a presença de açudes em diversas propriedades rurais.

O espaço construído é bastante homogêneo, com residências térreas – de madeira ou alvenaria. Preserva-se a arborização nativa e de plantas ornamentais como quebra-vento para proteção das casas. A rede viária no local é de “chão batido”, ou seja, estrada sem pavimentação. A via asfaltada localiza-se apenas na BR-392, distante 200 metros do local.

Dos usos atuais, encontram-se atividades agrícolas - produção de pêssego, tabaco, criação de animais, acácia (para lenha), hortaliças e soja (Figuras 37B e 37C) e não agrícolas - comércio de flores e plan-



tas ornamentais, mercado de bebidas e alimentos, cancha de bocha e comércio de pisos cerâmicos (Figura 37D).



**Figura 37** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Morro Redondo.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

No que se refere a potencialidades ambientais, destaca-se a presença da multifuncionalidade do espaço rural com a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas e a presença de mata ciliar no Arroio Cadeia. Sobre as vulnerabilidades ambientais, destaca-se a presença do cultivo de soja em área de encosta, próximo dos arroios Cadeia e dos Porcos e a contaminação dos cursos d'água pelo uso de agrotóxicos no cultivo de soja.

O centro urbano do município de Morro Redondo é o segundo ponto para leitura da paisagem, na Praça 12 de maio, compreendendo a UPN PS5 (Figura 38A). Local aplainado em cima do morro (altimetria de 261m) é cercado por relevos ondulados, afloramentos rochosos articulados com as construções. Mesmo com a expansão urbana, permanece a presença de vegetação arbórea e arbustiva nativa, sendo árvores de porte médio e alto, com caráter ornamental, como as palmeiras (Figura

38B). Na Avenida Jacarandá, a principal via do centro urbano, também há a presença de araucárias, mirtáceas e figueiras. Na Rua dos Pinus (Figura 38C), a paisagem é marcada pela vegetação de gramíneas, combinadas com espécies nativas. As espécies arbóreas nativas mais comuns são os cedros e na mata artificial a presença do eucalipto. Essa porção é marcada pelas nascentes e vertentes do Arroio Cadeia. Essa porção é marcada pelas nascentes e vertentes do Arroio Cadeia.

Por tratar-se de um espaço urbano nas características dos usos atuais prevalecem as atividades não agrícolas – comércio/varejo/serviços, entretanto, há a presença de práticas agrícolas – criação de animais, cultivos de hortaliças e frutíferas. O espaço construído é formado por prédios públicos e privados (residências e estabelecimentos comerciais). A principal via é a Estrada Morro Redondo – Canguçu que, no centro urbano, é pavimentada por paralelepípedos e chama-se Avenida Jacarandá (Figura 38D). As demais vias da cidade não possuem pavimentação.



**Figura 38** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Morro Redondo.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O espaço destinado à cultura material é caracterizado pela presença de igrejas católicas e protestantes (Figura 39A) e pelo cemitério municipal. Aparecem na paisagem várias casas antigas, com traços de arquitetura europeia (alemã e pomerana) e portuguesa (Figura 39B). A Praça 12 de Maio é o local de sociabilidade nos finais de semana, contando com quadra de esportes e presença de arborização (Figura 39C). A cidade possui um ginásio destinado à prática de esportes e sede de eventos (Figura 39D), no mesmo local se encontra o Museu do município – projeto de iniciativa dos próprios moradores, com apoio da Universidade Federal de Pelotas (Figuras 40A, 40B e 40C).

Das potencialidades ambientais, destacam-se o comércio diversificado e serviços (restaurantes, hotéis, pousadas, feiras de produtos locais, loja de artesanato) e a Rota Turística Via Ecológica Serra dos Tapes (Figura 40D). Além de agroindústrias de doces e conservas e o quilombo urbano Quilombo e Associação Vó Ernestina. Das vulnerabilidades, cita-se a crescente periferização na ocupação do solo urbano, falta de infraestrutura, principalmente de saneamento básico.



**Figura 39** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Morro Redondo.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).





**Figura 40** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Morro Redondo.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O terceiro ponto de leitura da paisagem, também na UPN PS5, encontra-se na margem do perímetro urbano, o Quilombo e Associação Vó Ernestina, localizado em área aplainada em cima do morro (250m de altitude), cercado por relevos ondulados e baixos, onde se visualizam poucos afloramentos rochosos (Figura 41A). A vegetação tem predomínio das espécies arbóreas, de porte médio e alto, de mata nativa, como a figueira, (Figura 41B). Trata-se de área de nascentes, com um banhado protegido por palmeiras e preservado pela comunidade. Há a presença de açude e o abastecimento doméstico de água é fornecido pela Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN).

Todas as residências do Quilombo Vó Ernestina possuem caixas d'água de 500 litros (projeto da comunidade junto aos órgãos públicos entre os anos de 2000 e 2010). A área do Quilombo Vó Ernestina tem como características dos usos atuais as atividades agrícolas, principalmente a produção de hortaliças e leguminosas (feijão). A renda dos moradores também é formada por atividades não agrícolas diversas. Alguns filhos dos primeiros moradores, hoje jovens e adultos, ingres-

saram no ensino técnico e/ou superior. As casas possuem estrutura homogênea, somada às intervenções dos moradores, construídas com apoio de políticas públicas de moradia rural (Programa Minha Casa Minha Vida). A comunidade possui ainda um salão onde são realizadas festas, cursos, reuniões etc. O acesso para o Quilombo dá-se pela Avenida das Acácias, via sem pavimentação asfáltica (Figura 41C).

Quanto às potencialidades socioambientais presentes no Quilombo urbano e Associação Vó Ernestina, ressaltam-se os grupos de mulheres que produzem artesanato<sup>24</sup>, banda de música, oficina de costura, patrulha agrícola (uso comunitário de trator, arado, plantadeira, grade etc.). Como vulnerabilidades, há necessidade de ampliação das políticas públicas para a comunidade quilombola (programas para construção de casas, assistência técnica e extensão rural, geração de emprego e renda) (Figura 41D).

O quarto ponto de leitura de paisagem da UPN PS5 é no Cemitério da Capela da Buena e na Comunidade Evangélica e Cemitério Bom Pastor, situados em um morrote próximo a colinas (Figura 42A), caracterizando um relevo ondulado, com presença de afloramentos rochosos. A vegetação é predominantemente arbustiva, com gramíneas e vegetação arbórea no “pé do monte”, havendo uma vegetação de gramíneas combinada com espécies nativas no interior das propriedades (Figura 42B). As espécies arbóreas de grande porte (figueira, araucária, açoita cavalo) encontram-se entremeadas a matas artificiais de eucalipto. Nesse ponto encontram-se muitas nascentes em altitude média de 187 metros.

As características dos usos atuais concentram-se em atividades agrícolas, tendo como destaque a criação de animais (bovinos, suínos e aves). O espaço construído constitui-se de prédios e casas antigas,

---

24. Em comunidades rurais a prática de atividades artesanais tem se constituído ao longo do tempo como uma das principais alternativas de trabalho e renda. Tais atividades podem ser percebidas como uma das expressões de identidade de uma cultura. Castells (1999, p. 22) explica que “a identidade é uma fonte de significados e experiências de um povo, construída com base em atributos culturais, e que se constituem como referencial para os próprios indivíduos de uma comunidade”.

cemitério e salão de festa da comunidade evangélica. A estrada não possui pavimentação asfáltica e tem início e fim na BR-293, no sentido do município de Piratini.

Aponta-se como potencialidades ambientais locais que servem como mirantes de observação da paisagem cênica da Serra dos Tapes e da Planície Costeira (Figura 42C). Nos cemitérios foi encontrada deposição de lixo próximo das margens de um corpo d'água (Figura 42D).



**Figura 41** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Morro Redondo.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).



**Figura 42** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Morro Redondo.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O quinto ponto de leitura da paisagem contempla um pequeno recorte da UPN PS7 que está presente no município de Morro Redondo, às margens do Arroio Passo das Pedras (Figura 43A). Encontra-se no início da transição entre a região central e a borda sudeste do Escudo Sul-rio-grandense. A principal característica ambiental é a presença de remanescentes significativos de campos nativos, denominados Campos de Jaguarão. A vegetação é formada pela combinação de Estepe e Estepe Gramíneo Lenhosa com florestas de galeria. A topografia se assemelha com a UPN PS5:

[...] levemente ondulada a ondulada com altitude que variam de 1 a 400 m, predominando as cotas inferiores a 100 m, onde se localizam os depósitos coluvionais, resultantes do transporte de sedimentos, por efeito da gravidade. Abriga nascentes e drenagens do trecho médio dos rios Piratini e Jaguarão, que deságuam, respectivamente, no Canal São Gonçalo e na Lagoa Mirim (SEMA, 2010, p. 293).



As características dos usos atuais se assemelham a outras áreas da paisagem como atividades agropecuárias (produção de soja, horti-frutigrangeiros, bovinos, suínos e aves). O espaço construído é rarefeito (devido à baixa densidade demográfica) formado, principalmente, por casas antigas e rede de eletrificação rural. A via de acesso não é pavimentada (Figura 43B).

Aponta-se como potencialidade ambiental a possibilidade de desenvolver uma rota de turismo rural pela existência de mirantes de observação da Planície Costeira e da Serra dos Tapes, das potencialidades hídricas, entre outras amenidades ambientais (Figura 43C). Nesse ponto não há coleta de resíduos pelo município. E, como observado em outras localidades, a produção agropecuária com uso intensivo de agrotóxicos, principalmente no cultivo da soja e tabaco, é fonte de contaminação de nascentes e cursos d'água (Figura 43D).



**Figura 43** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Morro Redondo.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A leitura da paisagem realizada no município de Canguçu tomou como referência as Unidades de Paisagem Naturais (UPN's) PS3, PS4 e



PS5. O trajeto iniciou na PS5, que abrange a metade sul-oeste na localidade de Coxilha dos Campos (1º Distrito), correspondente à região central do Escudo Sul-rio-grandense, seguindo pela estrada antiga que liga os municípios de Canguçu e Morro Redondo. Na Coxilha dos Campos localiza-se a UPN PS4, que corresponde à escarpa leste do Escudo Sul-rio-grandense, região das Serras do Herval e de Tapes. O terceiro ponto da leitura no Mirante da Nossa Senhora de Conceição, conhecido como “Morro da Santa” e localizado na parte norte-centro da metade sul da PS4. O quarto ponto de leitura está localizado no centro urbano de Canguçu (PS4). O quinto ponto na UPN PS3, metade norte-oeste do município (3º Distrito), região da borda norte do Escudo Rio-grandense, no Cemitério dos Goulart na BR471. O sexto e último ponto localiza-se na porção norte do município na localidade do Assentamento Renascer (2º Distrito).

O primeiro ponto de leitura da paisagem na UPN PS5, localidade de Coxilha dos Campos, contempla o cemitério da comunidade e um pequeno estabelecimento comercial. Situado na região central do Escudo Sul-rio-grandense, pode-se observar o relevo levemente íngreme próximo da estrada, tendo horizonte de formação de morros. O morro mais alto denomina-se Morro do Amaral (Figura 44A). A vegetação é arbórea e arbustiva, de porte médio, formada por espécies como cedro, leiteira, aroeira, alecrim do campo (vassourinha), bambu e capim-elefante (Figura 44B). Nas áreas próximas ao Cemitério da Coxilha dos Campos observa-se plantação de milho, mata nativa nas áreas de divisa das propriedades rurais e próximas a um curso d'água (Figura 44C). Nos arredores do estabelecimento comercial a vegetação é arbórea densa e arbustiva de porte médio, de um lado da estrada há a presença de mata de galeria, e do outro lado, casas de moradia. Há a presença de campo de matacões, afloramento de rochas magmáticas do Escudo Sul-rio-grandense; o solo é do tipo argiloso.

Do espaço construído, observa-se que o cemitério possui lápides que representam a diversidade etnocultural do território, pelo registro de sobrenomes de origem portuguesa, espanhola e alemã. Há a presença de lápides imponentes, assim como outras apenas “no chão batido com uma cruz” (Figura 44D).



**Figura 44** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O estabelecimento comercial está localizado no final da área urbanizada da localidade (Figura 45A) e é também o espaço de sociabilidade da comunidade (Figura 45B), caracterizando-se por também agregar o papel de armazém, agropecuária, oficina e “ponto” de coleta de lixo pela Prefeitura Municipal de Canguçu.

Nas proximidades do estabelecimento, encontra-se um agrupamento de domicílios com a infraestrutura de luz e água – porém, sem saneamento básico, demonstrando a precariedade socioeconômica das famílias que ali vivem (periferia rural). A rede viária encontra-se na “velha estrada de Canguçu” – sem revestimento asfáltico (primeiros caminhos de ligação entre os municípios de Canguçu e Morro Redondo). Atualmente, a estrada encontra-se praticamente sem manutenção devido à sua subutilização (Figura 45C). Há uma linha de ônibus que trafega em direção ao centro urbano do município, pois a estrada permite o tráfego de caminhões, ônibus e carros de passeio.

Dos usos atuais, encontram-se atividades agrícolas - animais de criação (principalmente gado leiteiro), acácia para lenha, hortaliças,

frutíferas e soja - e não agrícolas – comércio e trabalho assalariado em atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade).

Das vulnerabilidades ambientais é presente o cultivo de milho, feijão, tabaco e soja em áreas de declive acentuado (cursos d'água), com o agravamento do cultivo de milho próximo ao cemitério, possibilitando uma possível contaminação do solo. A proteção de cursos d'água intermitente dá-se com mata nativa e mata artificial de eucalipto. Registra-se presença significativa de plantio de eucalipto para corte e para uso como quebra-vento. Percebem-se áreas de encosta sem cobertura florestal. No ponto da coleta de lixo pela Prefeitura, há presença da mata nativa (Figura 45D). Área de ocupação residencial em área de vulnerabilidade ambiental (encosta com mata nativa). Via de acesso à área rural sem pavimentação. Dificuldades no escoamento da produção e relatos de abigeato. A potencialidade ambiental agrega um acervo arquitetônico histórico importante para a região e, também, potencialidades para o turismo rural, principalmente, o turismo de aventura.



**Figura 45** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O segundo ponto da leitura é o da UPN PS4, na sede da localidade de Coxilha dos Campos. O relevo apresenta-se com elevações formadas por morros (Figura 46A). A vegetação é de mata de galeria. Encontram-se espécies arbóreas e arbustivas com árvores esparsas como acácia e araucária (350m de altitude) (Figura 46B).

Dos usos atuais, há atividades agrícolas em pequenas hortas domiciliares e frutíferas (Figura 46C) e criação de galinhas e cordeiros. Cabe destacar a presença expressiva de aposentados e trabalhadores assalariados na produção de tabaco no município de Canguçu. Registra-se a presença de maquinário agrícola, como tratores e caminhões para escoamento da produção de tabaco.

Do espaço construído, observam-se domicílios de maiores dimensões, quando comparados aos do ponto anterior – muitos com construções de alvenaria (Figura 46D). Há dois supermercados a uma distância de 40 metros um do outro. Ambos comercializam produtos alimentícios e agropecuários.



**Figura 46** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).



Nesse ponto encontram-se marcos arquitetônicos históricos da localidade: a Escola Estadual de Ensino Fundamental “Maria Moraes Medeiros” (Figura 47A); a “Casa de Comércio Silveira” – Secos e Molhados (representante da arquitetura colonial-tropeira) (Figura 47B); e a sede administrativa e o estádio do clube de futebol “Itararé Football Club”, fundado em 1937 (Figura 47C). Nesse ponto da paisagem se destaca, ainda, a sede da comunidade católica São Pedro da Coxilha dos Campos (Figura 47D) e a Paróquia Santo André. A rede viária é a Estrada Velha de Canguçu, porém, o trecho encontra-se duplicado com um canteiro central.



**Figura 47** – Mosaico de imagens de paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Assim como observado no ponto anterior, há um projeto de rota turística e cultural como uma das potencialidades, a partir do casarão da família Silveira – casarão do século XVIII (Figuras 48A e 48B); na localidade encontra-se a prática de voo livre na Coxilha dos Amaral, conhecido como “Cerro do Seu Zezé” e no “Sítio Pedra do Luar”. Constatou-se que há a coleta de lixo pela prefeitura de Canguçu e abasteci-

mento de água (Figura 48C) e um número significativo de moradores aposentados, retornados de ocupações no centro urbano e que voltam para residir no seu local de origem.



**Figura 48** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O terceiro ponto de observação da paisagem na UPN PS4 é o popularmente conhecido “Morro da Santa”, próximo ao centro urbano de Canguçu. A morfologia do relevo é ondulada, formada por morros (Figura 49A). A vegetação de gramíneas e vegetação arbustiva com árvores de porte baixo e algumas de porte médio (Figura 49B). Mais adiante, uma vegetação arbórea com árvores de porte médio e alto com diversas espécies, Floresta Semidecidual com afloramentos rochosos (Figura 49C). Além da presença de acácia e eucalipto em 476m altitude (Figura 49D).



**Figura 49** – Mosaico de imagens de paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O Mirante da Nossa Senhora da Conceição está localizado às margens da BR 392, distante 4,8km do centro da cidade de Canguçu, com altitude de 480m, de onde podem ser observados cultivos de milho e soja, pequenas hortas e frutíferas domiciliares, criações de bovinos e aves e muitas áreas com silvicultura, com predominância do eucalipto e acácia.

Por se tratar de um ponto localizado no topo do “Morro da Santa”, o espaço construído, de cunho religioso, tem sua singularidade na presença marcante da imagem da Nossa Senhora da Conceição. A obra foi iniciada em 2004, projeto desenhado pela arquiteta Alice Parode. Posteriormente, foi construída a escultura de Nossa Senhora da Conceição, que repousa seu olhar em direção à cidade de Canguçu, obra do escultor gaúcho Vinício Cassiano. A imagem da padroeira do município possui, desde a sua base, 15 metros de altura e pode ser vista de vários pontos da cidade (Figura 50A). Ainda, no mesmo local se encontra a principal torre de antena de telecomunicações do município e uma base da Força Aérea Brasileira – o Destacamento de Controle do

Espaço Aéreo, subordinado ao CINDACTA II (Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea), e estação meteorológica (Figuras 50B e 50C).

O mirante possibilita a visualização da cidade de Canguçu, com prédios de até seis pavimentos, sedes de estabelecimentos comerciais, rede hoteleira, serviços públicos e estabelecimentos bancários. O sítio urbano está localizado sobre o relevo em declive e o cemitério municipal encontra-se em um dos pontos mais elevados da cidade, (Figura 50D).



**Figura 50** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Como potencialidades ambientais, destaca-se que a localidade é área de afloramento de matacões em área de campos, com presença de mata nativa intercalada com campos naturais e, marcadamente, pelo atrativo turístico de caráter religioso com infraestrutura de abastecimento de água e recolhimento de lixo.

O quarto ponto de descrição da paisagem é a sede urbana de Canguçu. O relevo é ondulado, formado por morros (Figura 51A). Por se tratar de uma área urbana, é digno de nota que ainda se encontram áreas de gramíneas e vegetação arbustiva com árvores de porte baixo



e algumas de porte médio (Figura 51B). Árvores de porte médio e alto com diversas espécies estão espaçadas no perímetro urbano, assim como os afloramentos rochosos (variação de altitude entre 450m e 350m).

Dos usos atuais, há atividades agrícolas - pequenas hortas e frutíferas domiciliares e criação de animais para autoconsumo (Figura 51C). A atividade não agrícola é majoritária devido à cidade estar em um processo de expansão no setor de comércio e serviços. Os estabelecimentos comerciais são, majoritariamente, ligados às atividades agrícolas (comércio de máquinas e insumos) e feiras livres de produtos da agricultura familiar (Figura 51D). O município de Canguçu é considerado a capital nacional da agricultura familiar e tem a base da economia urbana relacionada às atividades agrícolas.



**Figura 51** – Mosaico de imagens de paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A cidade sedia a Feira de Sementes Crioulas desde o ano de 2011, tendo ocorrido a 9ª edição no ano de 2019 – espaço de troca de experiências entre agricultores familiares, mediadores/extensionistas, estudantes e de moradores/consumidores de toda a região sul do estado (Figuras 52A, 52B, 52C e 52D).



**Figura 52** – Mosaico de imagens da Feira de Sementes Crioulas.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Do espaço construído, a sede da cidade de Canguçu possui diversas tipologias socioeconômicas (Figuras 53A, 53B e 53C). Um espaço construído diverso com residências térreas de alvenaria e/ou madeira e prédios de até oito pavimentos. Na sede encontram-se ginásio de esportes, corpo de bombeiros, Brigada Militar, rede hoteleira, supermercados, escolas de ensino fundamental e médio, unidades de ensino

superior, sedes de cooperativas e a Escola Família Agrícola – EFASUL<sup>25</sup> (Figura 53D).



**Figura 53** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Da cultura material e imaterial, o município busca preservar suas origens etnoculturais promovendo eventos festivos, como a Festa Campeira do CTG Tropeiros da Amizade (no mês de fevereiro), o Festival da Cultura Alemã e Pomerana (no mês de junho), a Festa do Colono e do Motorista (no mês de julho), a Geração e Distribuição da Chama Crioula do Rio Grande do Sul (no mês de agosto), a Expofeira, a Ciranda

---

25. A Associação Comunitária Escola Família Agrícola da Região Sul (AEFASUL) tem como objetivo contribuir para a formação de jovens agricultores e suas famílias. A AEFASUL desenvolve, de forma gratuita, o Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agroecologia, com duração de três anos e meio, em parceria com o IFSul Rio-Grandense. A escola está localizada no Centro de Treinamento para Agricultores da EMATER – RS (CETAC), em Canguçu e os educandos são filhos/as de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e Quilombolas, muitos em situação de vulnerabilidade social.

Estudantil Nativista (no mês de outubro), o Festival de Bandas e Fanfarras, o Festquilombola, a Marcha para Jesus e Encontro de Trilheiros de Canguçu (no mês de novembro), e a Procissão Nossa Senhora da Conceição (no mês de dezembro).

Os principais elementos do patrimônio cultural material são a Casa da Cultura Marlene Barbosa Coelho, o Museu Municipal Capitão Henrique José Barbosa, a Casa da Família Piegas (onde funciona a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agrário), a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, o Clube Harmonia, o Obelisco, o Monumento ao Imigrante, a Cacimba do Ouro, a Antiga Estação Férrea, a Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, a Praça Ermandino Rodrigues Borges, o Parque Turístico Nossa Senhora da Conceição, as Ruínas da Real Feitoria do Linho Cânamo e as Ruínas da Fazenda Cristal.

Como potencialidades ambientais, destaca-se a presença, no entorno do sítio urbano, de área verde com mata nativa intercalada com campos naturais. A vulnerabilidade ambiental passa pela crescente expansão de franjas periféricas na sede, produto de assentamentos urbanos irregulares e destituídos de serviços do poder público.

O quinto e o sexto ponto de leitura da paisagem referem-se à UPN PS3, localizada na porção norte do município, no Cemitério dos Goulart e no Assentamento Renascer, respectivamente. No horizonte do cemitério foi possível constatar um relevo ondulado, de vegetação arbórea nativa com árvores de porte médio, em beira de sanga, ou seja, mata de galeria com áreas de formação de estepe com vegetação de gramíneas (Figura 54A). No Assentamento, há áreas baixas de várzeas com vegetação hidrófila (arbórea/árvores de baixo e médio porte), e áreas de relevo ondulado, vegetação mista e presença marcante de afloramentos rochosos. A cobertura vegetal é do tipo Estepe-Parque com floresta de galeria, representando a zona de transição entre campo e floresta (Figura 54B).

Dos usos atuais, há atividades agrícolas nas proximidades do cemitério, principalmente de cultivo de soja, pequenas hortas, frutíferas e criação de animais. No Assentamento Renascer, a produção agrícola está presente na totalidade dos lotes das famílias, seja para consumo próprio, seja para o mercado. A diversidade de produtos alimentícios



(Figura 54C), como o milho (crioulo e convencional), o arroz (orgânico e convencional), a soja, o leite e derivados, e o mel (processado na agroindústria do Assentamento) são os principais produtos comercializados (Figura 54D). As atividades não agrícolas são uma das estratégias de permanência das famílias assentadas. Há assalariados ou trabalhadores diários (safristas) tanto em atividades agrícolas quanto em atividades não agrícolas.



**Figura 54** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Do espaço construído, o cemitério encontra-se afastado de residências e ressalta-se a presença de lápides com sobrenomes de origem portuguesa, alemã, pomerana e italiana (Figura 55A). No Assentamento Renascer, encontram-se residências térreas, com galpões externos para secagem do tabaco ou como local de depósito de produtos agrícolas (Figuras 55B e 56C). Os assentados possuem, em média, 22 hectares de terra em seus lotes, sendo que uma parte da área do lote é destinada para APP's (Áreas de Proteção Permanente). O Assentamento conta com uma agroindústria de mel e uma cooperativa de leite, utilizando

máquinas e equipamentos agrícolas de forma coletiva (Figura 55D), uma Escola Estadual de Ensino Fundamental (Oziel Alves Pereira), uma Igreja Evangélica e uma Católica e casarões da antiga sede da fazenda.



**Figura 55** – Mosaico de imagens da paisagem no município de Canguçu.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O cemitério é uma das formas da cultura material presente na paisagem. O Assentamento tem como presença cultural material as igrejas, a escola, o CTG – Centro de Tradições Gaúchas – e os casarões da antiga fazenda (Figuras 56A e 56B).

Das vulnerabilidades ambientais, o assentamento possui cultivo de soja em áreas de declive acentuado (cursos d'água), com o agravamento de uma possível contaminação do solo. A proteção de cursos d'água intermitente é com mata nativa preservada, entretanto, em alguns lotes observa-se o cultivo próximo aos açudes. Há a presença significativa de plantio de eucalipto para corte e como quebra-vento. A potencialidade ambiental é diversa já que há multifuncionalidade, pluriatividade e diversidade de culturas alimentícias na localidade (Figuras 56C e 56D).



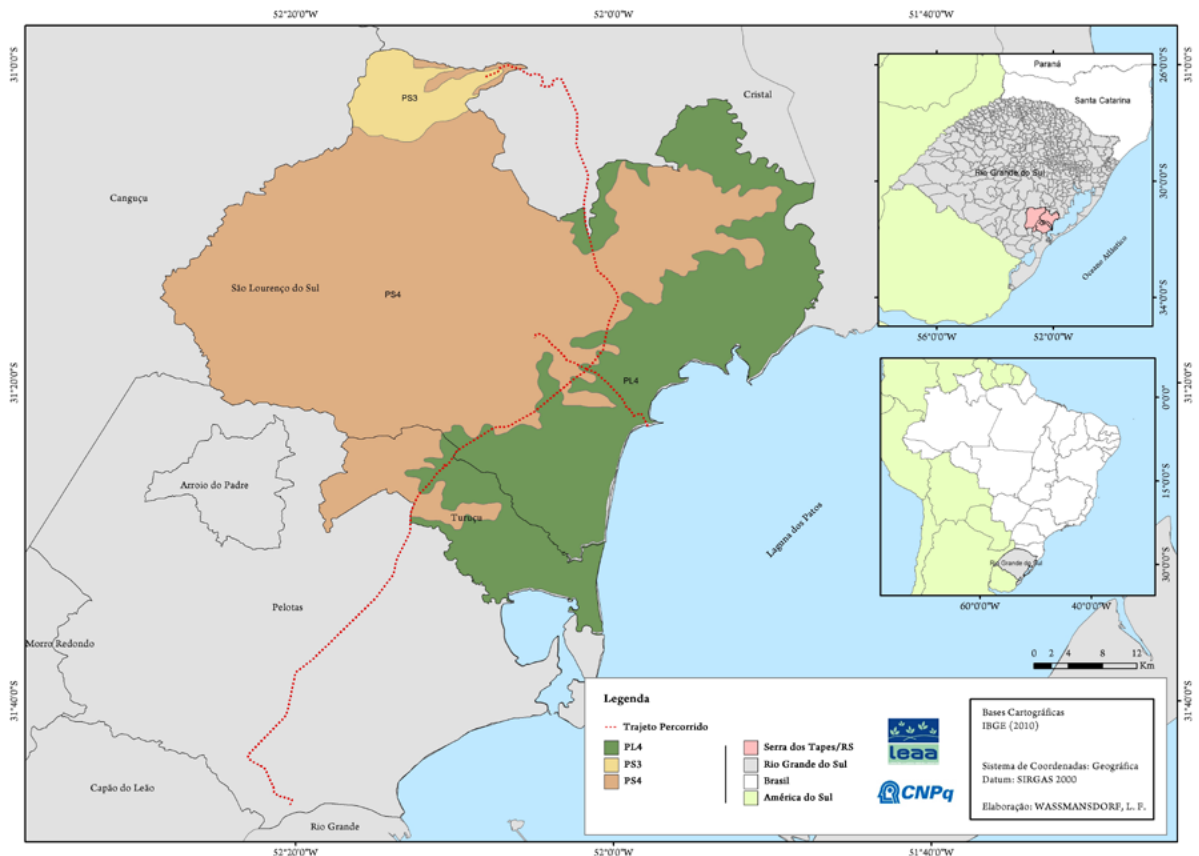
**Figura 56** – Mosaico de imagens da paisagem do Assentamento Renascer.  
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

### **Leitura da paisagem nas Unidades de Paisagem Natural (UPN) dos municípios de São Lourenço do Sul e Turuçu**

A leitura da paisagem realizada nos municípios de São Lourenço do Sul e Turuçu tomou como referência as Unidades de Paisagem Naturais UPNs PL4, PS3 e PS4 (Figura 57). O trajeto iniciou na porção norte do município de São Lourenço do Sul, na UPN PS3. Essa UPN corresponde à região da borda norte do Escudo Sul-rio-grandense, e que neste recorte localiza-se na extremidade sul da UPN. Esse ponto de leitura de paisagem refere-se a nascentes do Rio Camaquã, tendo como referencial a Fazenda Chiatonni. O segundo ponto de leitura foi no 1º Distrito de São Lourenço do Sul, a localidade de Boqueirão, que corresponde a UPN PS4 no município. Nesse ponto localizam-se o centro comercial e o cemitério do distrito. O terceiro ponto de leitura é referente à UPN PL4 do município, junto à costa da Laguna dos Patos e ao centro da cidade de São Lourenço do Sul. Nesse ponto, a Planície Costeira é caracteri-



zada pela margem oeste da Laguna dos Patos. O quarto e último ponto de observação na mesma UPN PL4 se localiza no município de Turuçu, correspondendo à sede urbana do município.



**Figura 57** – Mapa das Unidades de Paisagem Natural nos municípios de São Lourenço do Sul e Turuçu. Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010) e SEMA (2010).

O primeiro ponto de leitura localiza-se na Fazenda Chiatonni, na UPN PS3 (3º Distrito – Localidade da Esperança), localizada ao norte do município de São Lourenço do Sul. Este ponto situa-se na região da borda norte do Escudo Rio-grandense, podendo observar-se o relevo aplainado, levemente ondulado com colinas baixas. As características típicas dessa região fisiográfica favorecem a presença de vegetação mista e cobertura vegetal do tipo Estepe-Parque, embora, marcadamente, modificada pela interferência antrópica com a atividade agrícola,



estas formações vegetais podem ser observadas na paisagem. A vegetação apresenta áreas extensas de cultivo de soja e arroz, gramíneas nas áreas de campo e áreas de vegetação arbórea de porte alto, como a silvicultura (eucalipto) e a mata ciliar próxima ao Arroio Sapato. Em uma porção da UPN PS3, há vegetação arbórea e arbustiva de porte médio e alto, com resquícios de mata de galeria com diversas espécies nativas.

A característica da cobertura vegetal mais marcante é a transição entre campo e floresta, peculiar da UPN PS3. A área situada na região do baixo curso do Rio Camaquã tem o Arroio Sapata como principal corpo hídrico e as altitudes não ultrapassam os 100m.

O espaço construído é marcado pela proximidade com a BR116, facilitando o escoamento de produtos agrícolas característicos do modelo patronal e da estrutura fundiária de propriedades rurais de grandes extensões de área. As principais atividades agrícolas são o arroz, a soja e a pecuária de corte (Figura 58A).

Nas proximidades da sede da Fazenda Chiatonni há a presença de residências destinadas aos trabalhadores e suas famílias e todas as construções são térreas e de alvenaria. Não há presença de atividades de horticultura ou frutíferas para o consumo das famílias. As construções que marcam a paisagem são os silos destinados para o armazenamento de grãos (Figura 58B). Na área limítrofe ao Arroio Sapato, a paisagem é bordeada por mata ciliar de espécies nativas (Figura 58C). O acesso à propriedade é por meio de estrada sem pavimentação asfáltica (Figura 58D).



**Figura 58** – Mosaico de imagens da paisagem no município de São Lourenço do Sul. Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O segundo ponto de leitura da paisagem localiza-se no 1º Distrito de São Lourenço do Sul, denominado Boqueirão. O ponto referenciado pertence à UPN PS4, encontra-se em área urbanizada e de altimetria de aproximadamente 120m. Destaca-se por corresponder a compartimento da escarpa leste do Escudo Rio-grandense, tal unidade apresenta um relevo fortemente ondulado e íngreme, com a paisagem marcada pela presença de morros (Figura 59A). A vegetação é arbórea e arbustiva, com árvores de porte baixo, médio e alto e diversas espécies nativas, resquícios de Mata Atlântica (Aroeira, Palmeira, Figueira) (Figura 59B). Identifica-se a formação de uma bacia centrípeta com vegetação arbórea de árvores de porte médio e alto (Figura 59C), e, no horizonte, uma vegetação de estepe com atividade agrícola, formando uma zona de transição entre área florestal e área de estepe (Figura 59D). A rede hídrica pode ser notabilizada pelo exponencial gradiente de altitude e pelas matas de galeria reveladas nessa paisagem.



**Figura 59** – Mosaico de imagens de paisagem no município de São Lourenço do Sul. Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Dos usos atuais, a dinâmica da paisagem é caracterizada pela presença de atividades agrícolas e não agrícolas. Essa dinâmica é visível no espaço construído, onde todas as residências, distribuídas ao longo da ERS 265, possuem quintal com hortas domésticas, pomar de frutíferas e criação de animais para o consumo doméstico (Figuras 60A, 60B e 60D). Na localidade encontra-se a presença de estabelecimentos de agroindústrias familiares que produzem doces e conservas de frutas, produtos de panificação, queijarias, embutidos, entre outros (Figura 60C).

Da cultura material, observam-se alguns casarões de arquitetura antiga (Figura 61A), a Igreja da Nossa Senhora da Conceição (Figura 61B), a sede da Associação de Moradores do Boqueirão, a Unidade Básica de Saúde, a sede do Esporte Clube do Boqueirão e o Cemitério do Boqueirão (Figura 61C). Esse Distrito é marcado pela presença das etnias pomerana e alemã e apresenta boa infraestrutura urbana como acesso por ruas com cobertura asfáltica e vários estabelecimentos comerciais (Figura 61D).





**Figura 60** – Mosaico de imagens da paisagem no município de São Lourenço do Sul. Fonte: Pesquisa de campo (2020).



**Figura 61** – Mosaico de imagens da paisagem no município de São Lourenço do Sul. Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O terceiro ponto de leitura da paisagem é na UPN PL4, na sede urbana do município de São Lourenço do Sul, nas praias das Ondinas, Nereidas e Barrinha, localizadas na margem oeste da Laguna dos Patos (Figura 62A), com altimetria pouco superior a 0m. Nessa unidade há a presença de pequenas lagoas e corpos d'água que deságuam na Laguna dos Patos, compondo uma área de características úmidas, banhados e matas paludosas (Figura 62B). As formações pioneiras de vegetação com influência fluvial ou lacustre, com extensas faixas de Mata Atlântica, também são comuns nessa UPN (Figura 62C). Cabe destaque os afloramentos rochosos em beira de praia (Figura 62D).



**Figura 62** – Mosaico de imagens da paisagem no município de São Lourenço do Sul. Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A morfologia do relevo é plana, com solo arenoso próprio da praia e com afloramentos rochosos espalhados entre os sedimentos e a Laguna. Ao adentrar a linha de costa, os contornos morfológicos são assimétricos, formando “baías” que variam de 50 a 10 metros de extensão de praia.

Dos usos atuais, a atividade não agrícola é a principal, marcada pela presença de estabelecimentos comerciais e de rede hoteleira bem estruturada com vários hotéis, pousadas e *camping*. Mesmo se tratando de espaço urbanizado, notam-se atividades agrícolas em algumas residências, como hortas domésticas e criações de pequenos animais para o autoconsumo. Além disso, cabe destacar a atividade pesqueira da Colônia Z4, destinada para a comercialização do pescado.

Da cultura material ressaltam-se as casas antigas de arquitetura que remete ao início do povoamento da região (séculos XVIII e XIX), às igrejas católicas e protestantes e aos prédios públicos revitalizados, que preservam a história do município. Na praia das Nereidas há o monumento que presta homenagem a primeira missa (Cruz da Praia – Figura 63A) realizada em solo brasileiro, no litoral baiano, no início do século XVI. Ainda, encontra-se na Praia das Ondinas o monumento a Guiseppe Garibaldi, junto à praça Doutor Carlos Othon Knuppeln e o Largo de Eventos Culturais Laura da Nova Abreu (Figura 63B). Registra-se a presença de oferendas nas areias das praias, reflexo das manifestações religiosas de matriz africana na região (Figuras 63C e 63D).

No quarto ponto de leitura da paisagem na UPN PL4 encontra-se no município de Turuçu. Historicamente denominado de Vila Artur Lange, pertenceu a Pelotas até 1995, quando foi realizado um plebiscito favorável à emancipação política do distrito, que foi oficializada em outubro de 1997. A Vila Arthur Lange, cujo nome referia-se à presença do Curtume Arthur Lange, responsável pelo povoamento e urbanização da localidade, passa a se chamar Turuçu.

A sede urbana de Turuçu situa-se às margens da BR-116, pertencente à UPN PL4 em transição para a PS4. Sua morfologia do relevo é aplainada, com vegetação arbustiva, ou seja, árvores de porte baixo e médio, com mata de galeria, além de vegetação de gramíneas (Figura 64A). A zona de transição da PS4 para a PL4 revela uma vegetação de campos arbustivos e matas de galeria em baixa altimetria. O principal curso hídrico é o Arroio Grande, que segue na direção oeste do município e apresenta mata ciliar preservada (Figura 64B).

Dos usos atuais, dado que o município é essencialmente rural, as atividades agrícolas são diversas, tanto de commodities como a soja

quanto de hortifrutigranjeiros. O município é reconhecido como a capital estadual da agroindústria familiar, principalmente pela diversidade de produtos industrializados a partir do cultivo da pimenta. Esta especialidade possibilitou a criação da COOPER-Turuçu, cooperativa de agricultores familiares que, através do cultivo da pimenta, encontraram uma estratégia de permanência e reprodução social e econômica no espaço rural.

Do espaço construído, o sítio urbano de Turuçu tem a forma de “cidade-rua”. A urbanização típica de pequenas cidades onde a rua principal, neste caso a Avenida Arthur Lange, com uma extensão de pouco mais de 1km, concentra o comércio local como estabelecimentos agropecuários, igrejas, restaurantes, posto de combustível, prédios públicos e agência bancária. Há um predomínio de residências térreas, com quintal com hortas domésticas e criação de pequenos animais para o autoconsumo (aves, suínos).

Da cultura material, identifica-se a Paróquia Nossa Senhora Medianeira, construída em comemoração ao quinto aniversário, da então Vila Arthur Lange, em 1986. Ainda, próximo aos prédios públicos, há o monumento reproduzindo a pimenta malagueta, uma referência ao principal produto comercial do município (Figuras 64C e 64D).





**Figura 63** – Mosaico de imagens de paisagem no município de São Lourenço do Sul. Fonte: Pesquisa de campo (2020).



**Figura 64** – Mosaico de imagens de paisagem no município de Turuçu. Fonte: Pesquisa de campo (2020).



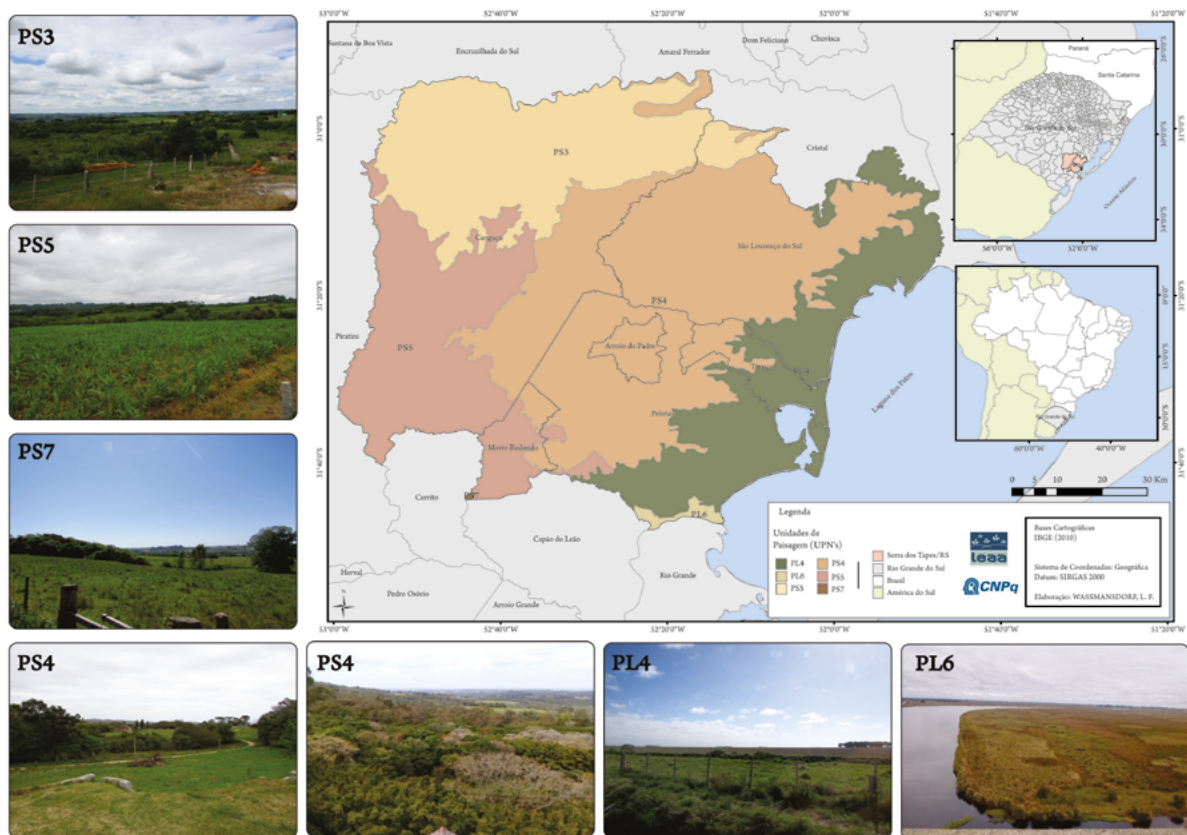
Enfim, a paisagem é tomada como categoria analítica tanto para o estudo do rural quanto do urbano, principalmente por ser a face visível das formas, funções, estruturas e processos, revela a velocidade de transformação desses espaços, uma vez que o urbano e o rural estão em constante transição, criando também paisagens híbridas, com sobreposições e intersecções entre rural e urbano.

À luz desse entendimento, a leitura da paisagem na Serra dos Tapes foi realizada pela observação *in loco*, identificando elementos como relevo, vegetação, rede hidrográfica e características de uso atual. As características de uso do espaço são marcadores das transformações na paisagem pela ação humana. A partir disso, a paisagem é compreendida como a síntese da relação da sociedade com o espaço, sendo que os elementos naturais e sociais são vistos de forma relacional. Como representação das formas de uso e apropriação do espaço pode-se observar que as paisagens se constituem em mosaicos marcados pela diversidade na organização espacial da Serra dos Tapes (Figuras 65 e 66).

No que tange ao uso das fotografias como recurso metodológico na leitura da paisagem, Gerhardt *et al.* (2015) alertam para a necessidade de olhar retrospectivamente e prospectivamente para os registros fotográficos. Em outras palavras,

Conhecer os elementos da paisagem, aqueles que são marcantes, referências e valorizados; determina o reconhecimento da sua estética e dos seus elementos constitutivos. Assim, registrar as paisagens pela câmera fotográfica representa reconhecer que esses elementos são o registro de um momento, ou seja, eles evoluem e se modificam com o tempo (GERHARDT *et al.*, 2015, p. 347).

Assim, a paisagem se apresenta como produto social, histórico e cultural pois, abarca tudo o que está presente ou já fez parte de um determinado espaço, tanto na esfera física quanto social, o concreto e o subjetivo, o material e o simbólico, na tentativa de compreender o espaço por intermédio das interrelações entre sociedade, natureza e paisagem.



**Figura 65** – Mosaico-síntese de imagens nas Unidades de Paisagens Naturais na Serra dos Tapes. Fonte: Pesquisa de campo (2020).



## Para finalizar

Este livro apresentou uma breve reflexão sobre a organização espacial da Serra dos Tapes, com a intenção de repensar as relações entre os ambientes físico, econômico, social e cultural, à luz dos processos de formação histórica, cujos reflexos estão impressos na configuração atual dessa porção do estado gaúcho.

A Serra dos Tapes também pode ser reconhecida como o lócus da agricultura familiar no sul do Rio Grande do Sul, pois, no seu território, encontram-se presentes sujeitos históricos do campesinato brasileiro, como as comunidades quilombolas, os colonos descendentes de europeus não-portugueses, os pescadores artesanais e os assentados de reforma agrária. Desse modo, a agricultura familiar nessa região traz a marca da diversidade de organizações espaciais, baseadas nas formas de ocupação do território, conectando as dimensões do viver, trabalhar e (re)produzir-se social e economicamente.

Ao longo do percurso de construção do texto, buscou-se privilegiar as relações, as dinâmicas e os processos que marcam o rural nesse recorte territorial. O desafio que se coloca, como perspectiva para o desenvolvimento de base territorial, é o de apostar no fortalecimento da agricultura familiar, pois esta é a principal responsável pela produção de alimentos e pela geração de trabalho e renda no rural.

A história recente do país tem contribuído para mostrar que a visão ideológica e preconceituosa sobre o papel subordinado da agricultura familiar, como mera demandante de políticas sociais compensatórias, serve apenas para ocultar a força econômica e a riqueza social e cultural desses sujeitos, que insistem e lutam para ocupar um lugar de protagonismo no desenvolvimento rural. Esse é o contexto em que se conformam as estratégias de reprodução social e econômica dos milhares de famílias de agricultores na Serra dos Tapes.

Por fim, compreende-se as tessituras paisagísticas, produzidas ao longo do tempo e no espaço, como expressão da apropriação da

natureza pelos grupos sociais, pois é a partir delas que se originam os processos de configuração espacial. Nesse sentido, “as geografias” da Serra dos Tapes são produto de “forças” sociais combinadas com os condicionantes naturais, em outras palavras, a paisagem é resultante da síntese entre “sujeitos, cultura, serra e mata”.

## Referências

AFFELDT, R. C. **Antecedentes e perspectivas sustentáveis para a agroindústria no município de Turuçu – RS: a pimenta e o morango**. 2007. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

BERGAMASCHI, H. D. E. Propriedade: identidade e cultura regional. *In*: GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (org). **Imigração e Cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 17-36.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR (CAPA). **Revelando os Quilombos no Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.

CHEMALE Jr., F. Evolução Geológica do Escudo Sul-Riograndense. *In*: HOLZ, M.; DE ROS, L. F., **Geologia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CIGO/UFRGS, 2000. p. 13-52. Disponível em: [http://multimidia.ufrgs.br/conteudo/bibgeo/repositorio/Memorial/decada5/geologia\\_RS.pdf](http://multimidia.ufrgs.br/conteudo/bibgeo/repositorio/Memorial/decada5/geologia_RS.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

COPSTEIN, R. O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre. n. 4, p. 1-43, 1975.

CUNHA, N. G. da et al. **Estudo dos solos do município de Morro Redondo**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 1996.

DAVID, C. de. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DIÁRIO DA MANHÃ. Estado dá início a inspeções para prevenir incêndios em portos. **Diário da Manhã**, Pelotas, 11 ago. 2020. Disponível

em: <http://diariodamanhapelotas.com.br/site/estado-da-inicio-a-inspecoes-para-prevenir-incendios-em-portos/>. Acesso em 02 nov. 2020.

DORS, Gisanara. **Delimitação dos índices de fragilidade ambiental do município de São Lourenço do Sul - RS**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental e Sanitária) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

DUTRA, E. J. S. **A Fumicultura no Passo dos Oliveiras, Canguçu RS: consequências na reorganização do setor agrário**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

ESCOLA H. S. **Festicap: Festival da cultura alemã e pomerana (2018)**. Disponível em: <http://escolaheitorsoaresribeiro.blogspot.com/2018/10/festicap-festival-da-cultura-alema-e.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

FACHEL, J. P.G. **As violências contra os alemães e seus descendentes durante a segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FARACO, C. Funcionários da limpeza urbana em Pelotas reclamam das condições de trabalho. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 22 out. 2014, Geral. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/10/funcionarios-da-limpeza-urbana-em-pelotas-reclamam-das-condicoes-de-trabalho-cj5vr3yjr0qhtxbj0emignm8m.html>. Acesso em: 02 nov. 2020.

GERHARDT, T. E. *et al.* Paisagens, pessoas e vidas rurais: imagens de um espaço de vida. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p. 345-374, ago./dez., 2015.

GOIS, G. R. **O papel da agricultura e do trabalho não agrícola na reprodução socioeconômica de famílias quilombolas na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul: um olhar sobre perspectivas de desenvolvimento local**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GOMES, A. S. A atividade da pesca e os direitos dos trabalhadores da pesca no Brasil nas práticas políticas de Carlos da Silva Santos. **História e Cultura**, Franca, v. 5, n. 1, p. 208-233, mar. 2016.



GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise**: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Áreas dos municípios brasileiros em 1º de julho de 2017**. Área dos Municípios 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 2 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 2 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**: Canguçu. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/cangucu.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**: São Lourenço do Sul. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/sao-lourenco-do-sul.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 1º de julho de 2019**. Estimativa populacional 2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2019.

LANDO, A. M.; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. H. (orgs.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 9-46.

LAZZARI, B. M. **Imigração e ideologia**: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875). Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

MACHADO, C. J. B. **“Aqui até o arado é diferente”**: transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no Assentamento União, Rio Grande do Sul. 2014.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MENASCHE, R. (org.). **Saberes e sabores da colônia**: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

MEURER, M.; FLACH, C. W. A Geomorfologia do município de Arroio do Padre-RS e as suas relações com as alterações geomorfológicas da enxurrada de 15 de novembro de 2010. **Revista Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 37 n. 3, p. 311-328, set./dez. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sul do Rio Grande do Sul** (Relatório Preliminar). Brasília: MDA/SDT - CODETER, 2006.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). A pesca no Brasil. Junho de 2014. Disponível em: <http://200.198.202.145/index.php/pesca>. Acesso em: 16 mar. 2019.

MÜLLER FILHO, I. L. Notas para o estudo da geomorfologia do Rio Grande do Sul, Brasil. **Publicação Especial n.1**, Departamento de Geociências da UFSM, Santa Maria, 1970.

PICCOLO, H I. L. Rio Grande do Sul, século XIX - imigração alemã e construção do estado nacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 85-98, jul./dez. 1997.

PINHEIRO, P. dos S. Comunidades quilombolas na região das antigas charqueadas: territórios negros e políticas públicas no município de São Lourenço do Sul, RS. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. XI, n. 22, p. 324-341, 2014.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

PREFEITURA DE CANGUÇU. **Cacimba do Ouro**. Disponível em: <https://www.cangucu.rs.gov.br/portal/noticias/0/9/4777/Cacimba-do-Ouro>. Acesso em: 13 ago. 2020.

PREFEITURA DE MORRO REDONDO. **Dados Gerais**. Disponível em: <http://www.pmmorroredondo.com.br/dadosgerais.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE. **Plano Ambiental Municipal de Arroio do Padre, RS**. Arroio do Padre/RS, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO REDONDO. Plano municipal de saneamento básico do município de Morro Redondo (2016). Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RZ1u-fE8930QJ:https://www.camaramorroredondo.com.br/projetos/2016/201624-a4.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17 set. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURUÇU. **Lei Orgânica do Município de Turuçu**. Organização política-administrativa. Outubro de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURUÇU. **Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos de Turuçu/RS**. s.d.

PRIBE, P. D. A. **Os sistemas e os códigos culturais pomeranos na localidade de Canguçu Velho - Canguçu/RS**. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

PRIEBBERNOW, H. M. Um olhar “poliocular” sobre a agricultura familiar camponesa: a multifuncionalidade da agricultura no Assentamento Renascer-Canguçu/RS. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

PUNTEL, G. A. A paisagem na Geografia. *In*: VERDUM, R. *et al.* (org.). **Paisagem**: leituras, significados, transformações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 23-33

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensaio de monografia natural. 3. ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, V. S.; SALAMONI, G. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, 2011.

ROCHA, L. H. M.; MIORIN, V. M. F. A importância da terra na organização espacial: a formação econômico-social do espaço Sul-riograndense. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 3, n. 1, p. 7-36, 1989.

ROCKENBACH, S. A., FLORES, H. A. H. **Imigração alemã, 180 anos, história e cultura**. Porto Alegre: Corag, 2004.

RÖLKE, H. R. **Descobrendo raízes, aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia**. Vitória: UFES; Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

ROSA, M. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 1985.

ROSS, J. L. S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, v. 4, p. 25-39, 1985.

RUBERT, R. A.; SILVA, P. S. da. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251-275.

SALAMONI, G. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SALAMONI, G.; ACEVEDO, H.; ESTRELA, L. **Os pomeranos: valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Editora Universitária, 1995.

SALAMONI, G.; WASKIEVICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SCHOPF, W. J. Ritmo e modo da evolução microbiana pré-cambriana. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 195-216, jan./abr., 1995.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA (SEMA). **Zoneamento Ambiental da Silvicultura**: estrutura, metodologia e resultados. Rio Grande do Sul, v. 1, mar. 2010.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA (SEMA). **Zoneamento Ambiental da Silvicultura**: diretrizes da silvicultura por unidade de paisagem e bacia hidrográfica. Rio Grande do Sul, v. 2, mar. 2010.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica: um estudo de caso. **Anuário Antropológico**, Brasília. v. 91, p.31-63, 1991.

SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992.

SCHIERHOLT, J. A. **Estrela ontem e hoje**. Lajeado: Novak – Editora Multimídia, 2002.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: uma análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005.

SIMCH, T. L. **Produção familiar na agricultura**: um exemplo de tipologia no município de Canguçu/RS. 2002. Tese (Doutorado em Integração Regional) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2002.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. A. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R. *et al.* (org.). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 27-38

TUBINO, N. **A germanidade no Brasil**. Porto Alegre: Sociedade Germânia, 2007.

VERDUM, R. *et al.* (Orgs.). **Paisagem**: leituras, significados, transformações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Orgs.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

VIA Ecológica Serra dos Tapes/RS. Disponível em: <https://www.serra-dostapes.com.br/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

VIEIRA, E F. **Rio Grande do Sul: geografia física e vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

## **Sobre as/os autoras e autores**

### ***Giancarla Salamoni***

Graduada em Bacharelado em Geografia (UFSM), mestre e doutora em Geografia (UNESP/Rio Claro). Professora titular do Departamento de Geografia (UFPel), atuando nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Líder do grupo de pesquisa Estudos Agrários e Ambientais (CNPq/UFPel) e coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA).

### ***Ana Carolina Bilhalva Dremer***

Graduada em Licenciatura em Geografia (UFPel) e mestre em Geografia (PPGeo/UFPel). Integrante do grupo de pesquisa Estudos Agrários e Ambientais (CNPq/UFPel) e do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA).

### ***Luiz Felipe Wassmansdorf***

Graduando em Licenciatura em Geografia (UFPel). Bolsista de iniciação científica (PBIP-AF/UFPel). Integrante do grupo de pesquisa Estudos Agrários e Ambientais (CNPq/UFPel) e do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA).

### ***Maiara Tavares Sodré***

Graduada em Licenciatura em Geografia (UFPel), mestre em Geografia (PPGeo/FURG), doutora em Geografia (UNESP/ Presidente Prudente). Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Agrários e Ambientais (CNPq/UFPel), do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA) e do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA).

### ***Maria Regina Caetano Costa***

Graduada em Ciências Sociais (UFPel), mestre em Ciências e doutora em Agronomia (UFPel). Professora adjunta do Departamento de Geografia (UFPel). Integrante do grupo de pesquisa Estudos Agrários e Ambientais (CNPq/UFPel) e do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA).



### ***Mateus Silva da Rosa***

Graduado em Bacharelado em Geografia (UFPel) e mestre em Geografia (PPGeo/FURG). Bolsista de iniciação científica (FAPERGS). Integrante do grupo de pesquisa Estudos Agrários e Ambientais (CNPq/UFPel) e do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA).

### ***Tieissa Fonseca da Silva***

Graduanda em Licenciatura Geografia (UFPel). Bolsista de Extensão (PROBEC/UFPel). Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Agrários e Ambientais (CNPq/UFPel) e do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA).

Apoio:

